

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
---------------------	---

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	2
---------------------------------------	---

2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	3
--------------------------------------	---

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	4
-------------------------------	---

3.4 - Política destinação de resultados	5
---	---

3.5 - Distribuição de dividendos	
----------------------------------	--

3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	8
--	---

3.7 - Nível de endividamento	9
------------------------------	---

3.8 - Obrigações	10
------------------	----

3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	11
---	----

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	12
------------------------------------	----

4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	25
-------------------------------------	----

4.3 - Processos não sigilosos relevantes	26
--	----

4.5 - Processos sigilosos relevantes	31
--------------------------------------	----

4.6 - Processos repetitivos ou conexos	32
--	----

4.7 - Outras contingências relevantes	33
---------------------------------------	----

4.8 - Regras-país origem/país custodiante	34
---	----

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	35
---	----

5.4 - Alterações significativas	38
---------------------------------	----

6. Histórico do emissor

6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	39
---	----

6.3 - Breve histórico	40
-----------------------	----

6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	41
--	----

6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	44
--------------------------------------	----

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	45
--	----

Índice

7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	46
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	47
8.2 - Alterações na condução de negócios	48
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	49
9. Ativos relevantes	
9.1.a - Ativos imobilizados	50
9.1.b - Ativos Intangíveis	51
9.1.c - Participação em sociedades	
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	53
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	54
10.2 - Resultado operacional e financeiro	73
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	83
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	88
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	92
10.8 - Plano de Negócios	93
10.9 - Outros fatores com influência relevante	94
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	95
11.2 - Acompanhamento das projeções	98
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	100
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	113
12.7/8 - Composição dos comitês	132
12.9 - Relações familiares	
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	141
13. Remuneração dos administradores	
13.2 - Remuneração total por órgão	142
13.11 - Remuneração máx, mín e média	
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	144

Índice

13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	145
14. Recursos humanos	
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	146
15.3 - Distribuição de capital	153
15.7 - Principais operações societárias	154
16. Transações partes relacionadas	
16.2 - Transações com partes relacionadas	155
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	156
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	157
17.2 - Aumentos do capital social	
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	
17.4 - Redução do capital social	
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	161
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	164
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	168
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	
18.8 - Títulos emitidos no exterior	
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	171
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	175
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	176

Índice

21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	177
21.3 - Responsáveis pela política	178
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	179

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Luiz Fernando Rolla

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Djalma Bastos de Moraes

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Cargo do responsável

Os diretores acima qualificados, declaram que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	418-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29		
Período de prestação de serviço	02/07/2007		
Descrição do serviço contratado	<ul style="list-style-type: none"> •Auditoria das demonstrações contábeis anuais (Legislação Brasileira); •Auditoria das demonstrações contábeis trimestrais (Legislação Brasileira); •Auditoria das demonstrações contábeis anuais (USGAAP); •Tradução de Relatórios; •Revisão de Declaração de Rendimentos •Revisão trimestral das provisões do IR e CS s/lucro •Consultoria para implantação dos controles internos e relatório atestando avaliação dos mesmos (Lei Sarbanes-Oxley); 		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Auditoria = R\$1.688mil; Outros Serviços = R\$199mil		
Justificativa da substituição	As Informações Trimestrais da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2007 foram revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu, sendo que a partir dessa data foi substituída pela KPMG-Auditores Independentes, que realizou os serviço de auditoria independente nos demais períodos de 2007 e nos exercícios de 2008 e 2009.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marco Túlio Fernandes Ferreira	02/07/2007	499.953.166-68	rua Paraíba, 1122, 13 ANDAR, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30130-918, Telefone (031) 21285700, Fax (31) 21285702, e-mail: mtferreira@kpmg.com.br

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

Não temos outras informações para esse item que a Companhia julgue relevantes.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras

(Reais Unidade)

Exercício social (31/12/2009)

Exercício social (31/12/2008)

Exercício social (31/12/2007)

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

a. regras sobre retenção de lucros

A Cemig GT não possui retenção de lucros.

b. regras sobre distribuição de dividendos

As regras sobre distribuição de dividendos se encontram no Estatuto Social estão conforme os Artigos 21 a 24 do Estatuto Social da Cia.:

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda, a contribuição social sobre o lucro líquido e, sucessivamente, as participações dos empregados e administradores.

O lucro líquido apurado em cada exercício social será assim destinado:

- a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;*
- b) 50% (cinquenta por cento), no mínimo, será distribuído, como dividendo obrigatório ao Acionista Único - CEMIG, observadas as demais disposições do Estatuto e a legislação aplicável;*
- c) o saldo, após a retenção dos valores destinados aos investimentos previstos em orçamento de capital e/ou investimento elaborado, em observância do Plano Diretor da Companhia e aprovado pelo Conselho de Administração do Acionista Único - CEMIG, será distribuído ao Acionista Único - CEMIG a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, observada a disponibilidade de caixa livre.*

Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a Companhia poderá, observada a legislação pertinente e a critério do Conselho de Administração, declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive como antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso.

O Conselho de Administração poderá deliberar o pagamento de juros sobre o capital próprio, na forma da legislação, em substituição total ou parcial dos dividendos de que trata o item anterior, ou em adição aos mesmos, devendo as importâncias pagas ou creditadas a tal título serem imputadas aos valores dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de cada ano, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, reverterão em benefício da Companhia.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de cada ano, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não existem eventuais restrições à distribuição de dividendos.

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

Documento ainda não preenchido!

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

Não foram declarados, nos últimos 03 exercícios sociais, dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2009	6.819.294.000,00	Índice de Endividamento	2,46000000	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2009)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
	Garantia Real		256.025.181,11	237.978.394,62	258.412.372,89	499.288.045,27	1.251.703.993,89
	Quirografárias		2.848.573.669,57	988.299.021,91	1.569.505.804,82	161.211.953,59	5.567.590.449,89
Total			3.104.598.850,68	1.226.277.416,53	1.827.918.177,71	660.499.998,86	6.819.294.443,78
Observação							

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	5.877	-	-	-	-	-	-	-	5.877
Euro	2.957	2.793	1.396	-	-	-	-	-	7.146
	8.834	2.793	1.396	-	-	-	-	-	13.023
Indexadores									
UMBND\$	2.941	3.134	3.453	3.804	4.133	4.527	4.219	442	26.653
Índice Geral de Preços - Mercado-IGP-M	-	-	-	-	-	-	-	37.053	37.053
Índice Interno da Eletrobrás - FINEL	12.323	12.323	12.323	11.296	-	-	-	-	48.265
Índice Preço ao Consumidor Amplio-IPCA	613	1.226	105.798	56.639	-	-	-	-	164.276
Certificado Depósito Interbancário - CDI	3.483.190	637.591	695.779	490.626	300.455	-	-	-	5.607.641
URTJ	57.313	65.752	68.971	72.548	86.928	89.821	83.660	397.390	922.383
	3.556.380	720.026	886.324	634.913	391.516	94.348	87.879	434.885	6.806.271
	3.565.214	722.819	887.720	634.913	391.516	94.348	87.879	434.885	6.819.294

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

a. ao emissor

Dificuldades na captação de recursos.

O mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, assim como a oferta de crédito às companhias brasileiras são influenciados, em vários graus, pela economia global e condições do mercado, especialmente pelos países da América Latina e outros mercados emergentes. Crises no Brasil e em outros países emergentes ou políticas econômicas de outros países, dos Estados Unidos em particular, podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, assim como a oferta de crédito para as companhias brasileiras.

Caso, no futuro, a Cemig apresente necessidade de obter recursos junto a instituições financeiras ou por meio da captação de recursos no mercado de capitais, eventuais dificuldades na sua obtenção poderão postergar ou impedir a realização de projetos da Companhia ou representar um aumento nos custos de captação da mesma. Em ambos os casos, os resultados financeiro e operacional da Companhia poderão ser adversamente afetados, bem como a sua capacidade de honrar compromissos financeiros.

Decisões adversas em processos judiciais.

A Companhia é parte em vários processos judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais, que são ajuizados no curso habitual dos seus negócios. Se a Companhia for condenada a efetuar pagamentos em montante superior aos valores provisionados, poderá haver um impacto negativo em sua condição financeira e seu resultado operacional. Para maiores informações vide item 4.3 deste relatório.

A Companhia necessita de novos financiamentos para cumprimento de seu Plano de Investimentos.

A Companhia possui uma política de obtenção de recursos para suas atividades baseada em financiamentos adquiridos junto a instituições financeiras, instituições de fomento nacionais e internacionais e operações de colocação de títulos e valores mobiliários representativos de dívida nos mercados brasileiro e internacional, além de financiamentos via Eletrobrás. O insucesso na realização de novas operações similares, com o objetivo de refinar suas operações vincendas, poderá resultar em dificuldades na obtenção dos recursos necessários para o cumprimento das obrigações assumidas em operações de financiamento já contratadas ou em um aumento nos custos de captação da Companhia, o que poderá afetar negativamente seu resultado financeiro e operacional, bem como afetar sua capacidade de pagamento das obrigações assumidas.

A Companhia está sujeita a regras e limites para contingenciamento de crédito do setor público e a restrições para utilização de determinados recursos por ela captados, o que poderá dificultar a obtenção de financiamentos.

Como uma sociedade de economia mista indiretamente controlada pelo Estado de Minas Gerais, a Companhia está sujeitas às regras e limites impostos às instituições financeiras

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

com relação ao contingenciamento de crédito ao setor público editadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil. Essas regras estabelecem determinados parâmetros e condições para que as instituições financeiras possam oferecer crédito a entidades do setor público. Dessa forma, a Companhia poderá ter dificuldades para obter financiamentos perante instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, o que poderá dificultar a implementação de seu Plano de Investimentos ou o refinanciamento de suas obrigações financeiras. Essas regras também estabelecem que uma empresa estatal, de modo geral, somente poderá captar recursos: (i) no mercado local, por meio de empréstimos para refinanciamento de dívida e por meio de captações de recursos mediante a emissão de valores mobiliários; e (ii) no mercado externo, por meio de financiamento de importações, refinanciamento de dívidas registradas no Banco Central do Brasil e financiamentos concedidos por organismos multilaterais. Em decorrência dessas regulamentações, a capacidade de contrair dívida da Companhia fica mais uma vez limitada, podendo afetar negativamente a implementação do seu Plano de Investimentos ou o refinanciamento de suas obrigações financeiras.

Há restrições contratuais à capacidade de endividamento da Companhia.

Além dos limites para contingenciamento de crédito do setor público, a Companhia está sujeita a certas cláusulas e condições que restringem sua autonomia e capacidade de contrair novos empréstimos em virtude de contratos por ela celebrados para a captação de recursos. Na hipótese de descumprimento, pela Companhia, de qualquer disposição dos referidos contratos, tornar-se-ão exigíveis os valores vincendos (principal, juros e multa) objeto dos referidos contratos. O vencimento antecipado das obrigações da Companhia poderá acarretar sérios efeitos sobre sua situação financeira, considerando-se inclusive a previsão de vencimento cruzado de outras obrigações da Companhia, conforme cláusulas presentes em diversos contratos de empréstimos e financiamento por ela celebrados com terceiros. Ademais, a existência de limitações ao endividamento da Companhia poderá afetar sua capacidade de captar novos recursos necessários ao financiamento de suas atividades e de suas obrigações vincendas, o que poderá influenciar negativamente a capacidade da Companhia de honrar seus compromissos financeiros.

A não conclusão ou eventual atraso na construção dos projetos de expansão da capacidade de geração e transmissão de energia elétrica da Companhia podem afetar adversamente seu resultado operacional e financeiro.

A Companhia prevê um aumento na sua capacidade de geração e uma ampliação em seu sistema de transmissão de energia elétrica. A não conclusão ou eventual atraso na construção dos projetos de expansão da capacidade de geração e transmissão de energia elétrica da Companhia em virtude dos riscos associados à construção de aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão de energia elétrica, tais como o aumento do custo de mão de obra, bens e serviços, riscos de erros de projeto, perdas e danos causados a terceiros, restrições ambientais e atraso no término da construção das obras, poderá implicar custos operacionais e/ou financeiros adicionais, afetando adversamente o resultado operacional e financeiro da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Os seguros contratados pela Companhia podem ser insuficientes para ressarcir eventuais danos.

A Companhia mantém apenas seguro de incêndio e riscos operacionais, tais como danos em equipamentos. A Companhia não pode garantir que seus seguros são suficientes para cobrir integralmente quaisquer responsabilidades incorridas de fato no curso de seus negócios ou que esses seguros continuarão disponíveis no futuro. A ocorrência de sinistros que ultrapassem o valor segurado ou que não sejam cobertos pelos seguros contratados podem gerar custos adicionais inesperados e significativos para a Companhia, acarretando um efeito adverso em suas atividades, resultados operacionais e condição financeira.

Temos responsabilidade objetiva por quaisquer danos decorrentes da prestação inadequada de serviços elétricos.

Nos termos da legislação brasileira, temos responsabilidade objetiva pelos danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada de serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica. Ademais, os danos causados a consumidores finais em decorrência de interrupções ou distúrbios dos sistemas de geração, transmissão ou distribuição, nos casos em que essas interrupções ou distúrbios não são atribuídos a um membro identificável do ONS (Operador Nacional do Sistema), ou do ONS propriamente dito, os mesmos deverão ser compartilhados entre companhias de geração, distribuição e transmissão. Até que um critério final seja definido, a responsabilidade por tais danos será compartilhada na proporção de 35,7% para os agentes de distribuição, 28,6% para os agentes de transmissão e 35,7% para os agentes de geração. Essas proporções são determinadas pelo número de votos que cada classe de concessionárias de energia recebe nas Assembleias Gerais do ONS e, portanto, podem ser alteradas no futuro. Dessa forma, nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados.

Operamos sem apólices de seguro contra catástrofes e responsabilidade civil.

Não possuímos seguro de responsabilidade civil que cubra acidentes e não solicitamos propostas relativas a este tipo de seguro. Ademais, não solicitamos proposta para, tampouco contratamos, cobertura de seguro contra catástrofes que possam afetar nossas instalações, tais como terremotos e inundações, risco de paralisação dos negócios ou falhas operacionais do sistema. Acidentes ou eventos catastróficos poderão afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais ou situação financeira. Além disso, podemos incorrer em obrigações além dos limites previstos nas nossas apólices de seguros atuais.

Nem todos os bens e ativos da Companhia poderão ser objeto de execução para satisfazer suas obrigações financeiras.

Na qualidade de concessionária de serviços públicos, todos os bens da Companhia, essenciais à prestação de serviços públicos e vinculados às concessões por ela detidas, devem ser revertidos ao poder concedente ao final dos Contratos de Concessão e não estão sujeitos à penhora ou execução judicial. Desse modo, na hipótese de inadimplemento pela

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Companhia, nem todos os seus bens e ativos poderão ser objeto de execução para satisfazer suas obrigações.

Disputas trabalhistas, greves e/ou interrupções de trabalho poderão ter um impacto negativo sobre os negócios da Companhia.

Praticamente todos os empregados da Companhia estão abrangidos pela legislação trabalhista brasileira aplicável a empregados do setor privado. Todos os anos são celebrados acordos coletivos com sindicatos que representam a maioria dos empregados da Companhia. Ademais, atualmente, a Companhia encontra-se como parte em uma grande quantidade de reclamações trabalhistas instauradas por seus empregados e que se referem, de forma geral, à remuneração de hora extra e de adicional de periculosidade. A Companhia também é parte em ações relacionadas à terceirização de mão-de-obra, instauradas por empregados de seus contratantes e subcontratantes exigindo o pagamento de obrigações trabalhistas pendentes. Para maiores informações sobre processos trabalhistas, vide item 4.3 deste relatório.

Disputas contratuais, greves, reclamações ou outros tipos de conflitos atinentes aos empregados da Companhia ou a sindicatos que os representem, poderão causar efeito adverso sobre seus negócios, resultados operacionais ou situação financeira e sobre sua capacidade de manter os níveis normais de serviço ou operar seus negócios da maneira que seus consumidores esperam.

A Companhia pode não conseguir executar integralmente sua estratégia de negócio, podendo gerar prejuízos em seus negócios e resultados operacionais.

A capacidade da Companhia de implementar a sua estratégia de negócios depende de uma série de fatores, incluindo a habilidade de:

- estabelecimento de posições de compra e venda vantajosas;*
- crescimento com disciplina financeira;*
- maximização da eficiência da carteira de clientes;*
- aumento da carteira de clientes livres; e*
- eficiência operacional.*

A Companhia não pode garantir que quaisquer desses objetivos serão integralmente realizados. Caso a Companhia não seja bem sucedida em concretizar suas estratégias, a condição financeira e os resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Somos controlados pelo Governo Estadual, o qual poderá ter interesses diversos dos interesses dos investidores.

Na qualidade de nosso acionista controlador, o governo do Estado de Minas Gerais exerce influência substancial sobre a orientação estratégica dos negócios da CEMIG. Serão realizadas eleições em Minas Gerais em outubro de 2010. O período anterior às eleições

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

poderá promover alterações nas políticas governamentais existentes, e a administração pós-eleição poderá buscar a implementação de novas políticas. Não é possível analisar o impacto e os efeitos que isso possa causar sobre nós ou nossos resultados operacionais. O governo do Estado de Minas Gerais atualmente detém 51% das nossas ações ordinárias, e, conseqüentemente, tem o direito à maioria dos votos em decisões tomadas em nossas assembleias gerais, podendo (i) eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração da CEMIG e (ii) determinar as matérias que exijam aprovação por quorum qualificado dos nossos acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e época de pagamento de quaisquer dividendos.

As operações da CEMIG causaram e continuarão a causar impacto importante sobre o desenvolvimento comercial e industrial do Estado de Minas Gerais e sobre suas condições sociais. No passado, o Governo Estadual utilizou e poderá utilizar no futuro sua qualidade de acionista controlador da CEMIG para decidir se deveremos nos dedicar a certas atividades e efetuar certos investimentos destinados, principalmente, a promover seus objetivos políticos, econômicos ou sociais e não necessariamente para lograr o objetivo de melhoria dos nossos negócios e/ou resultados operacionais.

c. a seus acionistas

não aplicável

d. a suas controladas e coligadas

não aplicável

e. a seus fornecedores

A atual estrutura do setor elétrico brasileiro é altamente concentrada em geração hidrelétrica, o que a torna sujeita a certos riscos.

O setor elétrico brasileiro é altamente concentrado em geração hidrelétrica e enfrenta uma limitação natural de sua capacidade de geração, tendo em vista que as usinas hidrelétricas não podem gerar mais energia elétrica do que é possível em função dos recursos hídricos do país. Assim, fatores naturais podem afetar nossa capacidade de geração, em razão do aumento ou redução do nível dos reservatórios. O controle do nível dos reservatórios pelo ONS (Operador Nacional do Sistema) procura otimizar o nível de água disponível para a geração hidrelétrica em cada uma das usinas associadas aos respectivos reservatórios. Neste contexto, o ONS poderá, por exemplo, impedir que uma usina de geração localizada na nascente de um rio aumente sua vazão de água, caso isto possa prejudicar as demais usinas ao longo do mesmo rio. Da mesma maneira, o ONS poderá decidir aumentar a geração termelétrica e reduzir a geração hidrelétrica com o fim de preservar a água dos reservatórios.

A baixa geração de energia em razão de condições hidrológicas adversas, não totalmente cobertas pelo MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), poderiam resultar no aumento de custos e diminuição do fluxo de caixa. Adicionalmente, caso os leilões de energia nova realizados nos termos da legislação pertinente não resultem em uma expansão da capacidade de geração de energia para adequar os níveis à crescente demanda, medidas de racionamento podem vir a ser adotadas. Qualquer limitação da capacidade da

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Companhia na geração de energia elétrica poderá prejudicar seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

f. a seus clientes

A atividade de comercialização de energia está sujeita a riscos de mercado como a volatilidade dos preços e quantidade de energia ofertada, que podem impactar negativamente nos resultados da Companhia.

Os preços nos mercados de energia elétrica seguem o equilíbrio padrão de oferta e demanda. Tendo em vista que o sucesso do negócio de comercialização de energia elétrica depende da comercialização de energia a um preço maior do que o adquirido das geradoras ou do mercado, uma variação brusca dos preços poderá levar a Companhia a negociarem energia a um preço mais baixo do que o previsto, o que poderá impactar negativamente seus resultados. Os preços de energia, conforme mencionado, variam em função da oferta e demanda, que podem ser impactados, entre outros fatores, por: (i) ausência de investimentos no setor elétrico necessários para acompanhar o crescimento da demanda; (ii) variação da demanda em função do crescimento econômico ou de recessões econômicas; e (iii) programas de redução compulsória do consumo ou racionamento de energia.

Não é possível antecipar com precisão as variações que se observam nos preços de compra e venda de energia elétrica, assim, variações de preços que não tenham sido antecipadas pela Companhia, poderão impactar negativamente seu desempenho financeiro.

As regras para a venda de energia elétrica e as condições de mercado podem afetar os preços de venda de energia.

De acordo com a legislação aplicável, nossas companhias de geração de energia não estão autorizadas a vender energia diretamente para nossas distribuidoras. Dessa forma, nossas companhias de geração de energia vendem a energia em um mercado regulamentado por meio de leilões públicos realizados pela ANEEL (o “Mercado Regulamentado”, o “ACR” ou o “Pool”) ou no Ambiente de Contratação Livre (o “ACL”). A legislação aplicável permite aos distribuidores que celebrarem contratos com as nossas companhias de geração de energia no âmbito do Mercado Regulamentado reduzir a quantidade de energia contratada em alguns contratos até um determinado limite, expondo nossas companhias de geração de energia ao risco de não venderem a energia remanescente a preços adequados.

Realizamos atividades de comercialização por meio de contratos de compra e venda de energia, principalmente no ACL, por meio de nossas subsidiárias de geração e comercialização de energia. Os contratos firmados no ACL com consumidores que possam comprar energia diretamente de companhias de geração ou de comercialização de energia, designados “Consumidores Livres”, são, em geral, consumidores com demanda igual ou superior a 3 MW ou consumidores com demanda entre 500 kW e 3 MW das chamadas “fontes renováveis de energia”, tais como pequenas centrais

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

hidrelétricas e usinas de co-geração, sobretudo usinas de etanol. Contratos antigos com consumidores, superiores a 3 MW, possibilitam a estes a flexibilidade de comprar um maior ou menor volume de energia (de 5% em média) de nossa companhia em relação ao originalmente contratado, o que poderá acarretar um impacto prejudicial sobre nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira. Contratos recentes, assinados a partir de 2005, em geral, não permitem este tipo de flexibilidade na compra de energia.

Apesar da estratégia de evitar carregar posições, buscando vender a energia comprada o mais rápido possível, a falta de liquidez para a execução das políticas de venda ou a volatilidade dos preços futuros devido a condições de mercado e/ou percepções de mercado, podem afetar negativamente nossos resultados esperados. Adicionalmente, caso não consigamos vender toda a capacidade de energia nos leilões públicos regulados ou no ambiente de contratação livre, a capacidade não vendida será liquidada na CCEE, a preços de liquidação (Preço de Liquidação de Diferenças), ou PLD, que, por sua própria essência, tendem a ser muito voláteis, especialmente como ocorreu nos últimos anos. Se isso ocorrer em períodos de baixos preços de liquidação, nossas receitas e resultados operacionais poderão ser afetados adversamente.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

O impacto de uma escassez de energia e conseqüente racionamento de energia, como ocorreu em 2001 e 2002, poderá causar um efeito adverso significativo sobre os negócios e resultado operacional da Companhia.

A energia hidrelétrica é a principal fonte de energia no Brasil e representou cerca de 80% da capacidade instalada de geração do país no final de 2009. Tendo em vista que o nível pluviométrico nos anos anteriores a 2001 foi abaixo da média, os reservatórios e, conseqüentemente, a capacidade hidrelétrica nas regiões sudeste, centro oeste e nordeste do Brasil também apresentaram níveis baixos. As tentativas de compensar a dependência em usinas hidrelétricas com usinas térmicas movidas a gás foram adiadas. Em resposta à escassez de energia, o governo criou, em 15 de maio de 2001, a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, para coordenar e administrar um programa de redução do consumo de energia, e assim evitar a interrupção do fornecimento. Esse programa, conhecido por Racionamento, estabeleceu limites de consumo de energia para clientes industriais, comerciais e residenciais, esses limites variavam de 15% a 25% de redução do consumo de energia. O programa foi aplicado de junho de 2001 a fevereiro de 2002. Em conseqüência do Racionamento, as receitas com a venda de energia da Companhia foram reduzidas nesse período. Na hipótese de outra escassez de energia, o governo poderá implementar políticas que podem incluir o racionamento do consumo de energia, o que poderá causar um efeito adverso relevante na condição financeira e resultado operacional da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A construção, expansão e operação das usinas hidrelétricas e termelétricas de geração de energia da Companhia envolvem riscos significativos que podem levar à perda de receita ou aumento de despesas.

A construção, expansão, manutenção e operação de instalações e equipamentos para a geração de energia envolvem vários riscos, incluindo:

- incapacidade de obter permissões e aprovações governamentais obrigatórias, principalmente aquelas relacionadas ao meio ambiente;
- indisponibilidade de equipamentos;
- indisponibilidade dos sistemas de distribuição e/ou transmissão;
- interrupção do fornecimento;
- interrupções no trabalho;
- greves e outras disputas trabalhistas;
- agitações sociais;
- interferências meteorológicas e hidrológicas;
- problemas inesperados de engenharia e de natureza ambiental;
- atrasos na construção e na operação ou custos excedentes não previstos; e
- indisponibilidade de financiamentos adequados.

A ocorrência destes ou outros problemas poderá afetar adversamente a capacidade da Companhia de gerar energia em quantidade compatível com suas projeções ou com suas obrigações perante seus clientes, o que pode ter um efeito relevante adverso em sua situação financeira e em seu resultado operacional.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

Não há como garantir se, e em que condições, as concessões atuais da Companhia serão renovadas. Os planos de expansão da Companhia poderão ser prejudicados caso ela não consiga obter novas concessões ou perca alguma das concessões que possui atualmente.

Conduzimos a grande maioria das nossas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica por meio de contratos de concessão, celebrados com o Governo Federal. A Constituição Brasileira exige que todas as concessões de serviços públicos sejam objeto de licitação. Em 1995, em um esforço para implementar esses dispositivos constitucionais, o Governo Federal instituiu certas leis e regulamentos, denominados coletivamente como Lei de Concessões, os quais regem os procedimentos de licitação do setor elétrico. De acordo com a Lei de Concessões, conforme modificada pela Lei do Novo Modelo do Setor, as concessões existentes poderão ser renovadas pelo Governo Federal por períodos adicionais de até 20 anos, mediante requerimento efetuado pela concessionária, independentemente de sujeição ao processo de licitação, contanto que a concessionária tenha observado padrões mínimos de desempenho e que a

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

proposta seja aceitável ao Governo Federal. À luz do grau de discricionariedade conferido ao Governo Federal - que é frequentemente orientado pela ANEEL - pela Lei de Concessões em relação a novos contratos de concessão e no que diz respeito à renovação de concessões existentes e, dada a ausência de precedentes de longa data explicitando como o Governo Federal pretende exercer seu poder discricionário, interpretar e aplicar a Lei de Concessões, não podemos garantir que novas concessões serão obtidas ou que nossas concessões atuais serão renovadas em termos tão favoráveis quanto aqueles atualmente em vigor. A não renovação de quaisquer de nossas concessões poderá afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

As operações, equipamentos e instalações da Companhia estão sujeitos a ampla regulamentação ambiental e de saúde que podem se tornar mais rigorosos no futuro e resultar em maiores responsabilidades e investimentos de capital.

As atividades de geração e transmissão da Companhia estão sujeitas a uma abrangente legislação ambiental em âmbito federal, estadual e municipal. Essas normas incluem a obrigação de obtenção de licenças ambientais para a construção de novas instalações ou a instalação de novos equipamentos necessários às operações da Companhia. É possível que as regras de proteção ambiental e de saúde nos forcem a alocar investimentos de capital para a observância de normas e, conseqüentemente, realocar recursos de outros investimentos planejados. Isso poderá ter um efeito adverso significativo sobre a condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

De acordo com o art. 1º, § 2º, inc, III, da Lei Federal nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal Federal), a Reserva Florestal Legal constitui-se em área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.

Em Minas Gerais, onde se encontram a maior parte dos empreendimentos da Cemig, a Lei Estadual nº14.309, de 19 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto nº43.710, de 08 de janeiro de 2004, que instituiu a Política Florestal e de Proteção à Biodiversidade, ratificou a obrigação contida no Código Florestal Federal, quanto à necessidade de constituição da Reserva Florestal Legal, correspondente a 20% da área total da propriedade rural, como instrumento de proteção à biodiversidade e abrigo à flora e fauna no Estado. Entretanto, tanto a Lei Federal nº. 4.771/1965, quanto a Lei Estadual nº14.309/2002, são omissas quanto ao conceito de propriedade ou posse rural.

O conceito normativo encontrado na legislação nacional para propriedade rural situa-se no "Estatuto da Terra", instituído pela Lei Federal nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que em seu artigo 4º, I define imóvel rural como sendo "o prédio rústico, de área

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial”.

No âmbito federal, a equipe técnica de licenciamento do IBAMA, no licenciamento corretivo das usinas da Cemig, manteve o entendimento, expresso em correspondência enviada à Companhia, em 29 de julho de 2008, manifestando contrário à necessidade da constituição da Reserva Florestal Legal.

No Estado de Minas Gerais, com o objetivo de definir se obrigação da constituição da Reserva Florestal Legal abrange os empreendimentos do Setor Elétrico, foi emitida Nota Jurídica pela Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais - AGE, em 30 de outubro de 2008, respondendo à consulta feita pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD e pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE, apresentando entendimento no sentido de que “é obrigatória a averbação de Reserva Florestal Legal para empreendimentos do setor elétrico, tanto para os em implantação quanto aos a serem implantados”.

Fundamentada em entendimentos jurídicos diferentes, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE, encaminhou nova consulta à Advocacia Geral do Estado – AGE, solicitando a revisão da referida Nota Jurídica.

Concordante com o entendimento defendido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE, a CEMIG justifica sua tese pela não obrigatoriedade da medida de constituição da Reserva Florestal Legal de seus empreendimentos, sob os seguintes argumentos:

- Os empreendimentos do setor elétrico são atividades de utilidade pública, explorados mediante uma Concessão ou Autorização federal para explorar o potencial hidrelétrico, transmitir e distribuir energia elétrica e, definitivamente, não se caracterizam como sendo uma propriedade ou posse rural.*
- A aquisição dos imóveis para a instalação dos empreendimentos se deve em função dessa Concessão ou Autorização do poder concedente, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, ocorrendo à título precário, ou seja, ao final da Concessão ou Autorização, os bens são revertidos à União.*
- Os impactos ambientais causados à biodiversidade pela implantação dos empreendimentos do Setor Elétrico já se encontram amplamente compensados. Como exemplo da compensação ambiental prevista na legislação nacional e já aplicada ao Setor citamos: (i) Compensação Ambiental prevista na Lei Federal nº9.985, de 18 de julho de 2000, a Lei do SNUC; (ii) Compensação Florestal por supressão de vegetação e intervenção em área de preservação permanente, prevista no §4º do art. 4º da Lei Federal nº4.771, de 15 de setembro de 1965 (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001); (iii) Compensação Ambiental pelo corte e supressão de vegetação do bioma Mata Atlântica, conforme Lei Federal nº 11.458, de 22 de dezembro de 2006; (iv) Taxa Florestal pela retirada de vegetação para a instalação dos empreendimentos, conforme previsto na Lei Estadual nº4.747, de 09 de maio de 1968.*

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

- *Não se pode, portanto, violar o princípio do non bis in idem. E dessa obrigatoriedade caracterizaria um duplo encargo imposto às Concessionárias.*

A Cemig encaminhou suas justificativas à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE, apresentando os aspectos contra a referida obrigação da Reserva Florestal Legal. Até o momento, a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais – AGE não respondeu ao pedido de revisão da Nota Jurídica formulado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE.

A Companhia está sujeita a uma ampla legislação e a grandes alterações regulatórias e, assim sendo, não se pode prever com exatidão os impactos relacionados a estas mudanças.

Em 15 de março de 2004, foi aprovada a Lei nº 10.848 que alterou substancialmente as diretrizes do setor até então vigentes. A implementação do novo modelo do setor elétrico no Brasil (“Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico”), promoveu profundas modificações em sua estrutura, dentre as quais: (i) a alteração das regras sobre a compra e venda de energia elétrica entre as empresas geradoras de energia e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica; (ii) novas regras para licitação de empreendimentos de geração; (iii) a criação da CCEE e de novos órgãos setoriais; e (iv) a alteração nas competências do Ministério de Minas e Energia e da ANEEL. O Governo poderá estabelecer novos procedimentos de comercialização de energia e a Companhia não poderá ter certeza a respeito do efeito de tais procedimentos sobre sua condição financeira e resultado operacional. Além disso, mudanças marginais na legislação setorial podem também impactar negativamente os resultados e a condição financeira da Companhia.

A Companhia poderá ser punida pela ANEEL por descumprimento de seus Contratos de Concessão e da regulamentação aplicável

As atividades de geração e transmissão da Companhia são realizadas de acordo com os seus respectivos Contratos de Concessão. Com base nas disposições dos Contratos de Concessão da Companhia e na legislação aplicável, a ANEEL poderá aplicar penalidades caso descumpram quaisquer de suas disposições. Dependendo da gravidade do descumprimento, tais penalidades poderão incluir:

- *advertência;*
- *multas por descumprimento do respectivo Contrato de Concessão de até 2% da receita da Companhia auferida no exercício encerrado imediatamente anterior a data do descumprimento;*
- *restrições ao funcionamento das instalações e equipamento existentes;*
- *intervenção; e*
- *término da concessão.*

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Além disso, o Governo Federal tem o poder de terminar as concessões da Companhia antes do final do prazo em caso de falência ou dissolução, ou por meio de encampação e caducidade.

É possível que a ANEEL aplique penalidades pelo descumprimento dos Contratos de Concessão pela Companhia ou termine antecipadamente as concessões. Caso os Contratos de Concessão sejam terminados, a Companhia não poderá operar seus negócios. Além disso, o pagamento a que a Companhia terá direito quando do término de suas respectivas concessões poderá não ser suficiente para liquidação total de seus passivos, e esse pagamento poderá ser postergado por muitos anos. Se o respectivo Contrato de Concessão da Companhia for rescindido por sua culpa, o montante do pagamento devido poderá ser reduzido de forma significativa com a imposição de multas ou outras penalidades. Desta forma, a aplicação de multas ou penalidades ou o término antecipado da concessão da Companhia poderão ter um efeito adverso significativo sobre sua condição financeira e os seus resultados operacionais.

Existe uma contestação judicial em torno da Lei 10848/04, sob a qual se fundamenta grande parte do marco regulatório do setor elétrico nacional

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua sujeita a regulamentação, e, atualmente, tem sua constitucionalidade contestada perante o Supremo Tribunal Federal por meio das ações diretas de inconstitucionalidade n.º 3090 e 3100 (“ADINs”). O Governo Federal recorreu, arguindo que, tendo em vista que a medida provisória que deu origem a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico foi convertida em lei mediante um projeto de conversão, as ADINs haviam perdido o objeto e solicitou seu arquivamento. No entanto, a votação do Supremo Tribunal Federal, de 04 de agosto de 2004, rejeitou o recurso do Governo e confirmou a decisão de dar prosseguimento ao julgamento do mérito das ações. No dia 08 de abril de 2005 o julgamento das ADINs foi novamente suspenso em virtude do pedido de vista por um dos Ministros; contudo, nesse julgamento houve 5 votos em favor da Nova Lei e 2 desfavoráveis. No dia 11 de outubro de 2006, o STF decidiu, por maioria, indeferir a medida cautelar solicitada nas ADINs. Não existe ainda uma decisão sobre este mérito. Uma decisão final sobre esta questão depende do voto da maioria de onze Ministros, sendo que é necessário um quorum de, no mínimo, oito Ministros. Não existe ainda uma decisão sobre este mérito e, portanto, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico está atualmente em vigor. Se a íntegra, ou parte substancial da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico for considerada inconstitucional, o marco regulatório previsto pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico poderá não vir a ser implementado, gerando incerteza em relação a forma e ao momento da realização das mudanças no setor elétrico. Não existe ainda uma decisão definitiva sobre este mérito.

O efeito das reformas sob a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o resultado das ADINs e as futuras reformas no setor da energia são difíceis de prever, mas poderão ter impacto adverso sobre os negócios e resultado operacional da Companhia, bem como em sua capacidade de acesso ao mercado financeiro.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

- i. aos países estrangeiros onde o emissor atue*
Não aplicável.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Não temos outras informações para esse item que a Companhia julgue relevantes.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

- a. juízo**
- b. instância**
- c. data de instauração**
- d. partes no processo**
- e. valores, bens ou direitos envolvidos**
- f. principais fatos**
- g. se a chance de perda é:**
 - i. provável**
 - ii. possível**
 - iii. remota**
- h. análise do impacto em caso de perda do processo**
- i. valor provisionado, se houver provisão**

A Cemig Geração e Transmissão S/A figuram como parte em processos administrativos e judiciais, os quais não são classificados como sigilosos.

Encontram-se relacionados neste relatório todos os processos administrativos e judiciais em andamento, de natureza Ambiental, Cível, Direito Administrativo, Regulatório e Tributário, cadastrados no Sistema de Gestão de Processos Jurídicos – GPJuri, classificados como relevantes, de valores iguais ou superiores a R\$50 milhões, com a posição atualizada até 31/12/2009, cujas contingências de perda estão avaliadas como “provável” e “possível”, critério utilizado para classificação de relevância, onde a CEMIG e as suas Subsidiárias figuram como partes Devedoras.

Os valores envolvidos são avaliados pelos advogados externos e internos, responsáveis pela condução dos processos, sendo as contingências de perda classificadas em Provável, Possível ou Remota, considerando os critérios determinados nas Instruções Contábeis – IC, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444 de 26/10/2001, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, item 6.3.22 – Provisão para Contingências, conforme a seguir:

- constituir e registrar provisão para as causas cujo desfecho negativo para as concessionárias e permissionárias seja classificado como "provável" e que seja praticável determinar o respectivo montante envolvido;*
- divulgar, em nota explicativa às demonstrações contábeis, as causas cujos desfechos negativos para as concessionárias e permissionárias sejam classificados como "possível"; e*

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

• divulgar, a critério da administração, em nota explicativa, as causas cujos desfechos negativos para as concessionárias e permissionárias sejam considerados "remoto".

Informamos que, em decorrência da desverticalização pela qual passou a CEMIG, nos processos em que a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) figura como parte, a sua substituição processual pelas subsidiárias integrais CEMIG Distribuição S/A (CEMIG D) e CEMIG Geração e Transmissão S/A (CEMIG GT), ocorre gradativamente e de acordo com o andamento processual, dependendo de deferimento pelo poder judiciário.

A seguir, são apresentados os detalhes dos processos:

<i>Processo de natureza Ambiental</i>	
<i>a. juízo</i>	<i>Processo nº 002408137311-0 - Justiça Comum - Belo Horizonte - MG - 2ª Vara Faz. Publ. e Autarquias</i>
<i>b. instância</i>	<i>1ª - Justiça Comum</i>
<i>c. data de instauração</i>	<i>22/07/2008</i>
<i>d. partes no processo</i>	<i>Autor: Associação do Meio Ambiente Regional de Patrocínio - AMAR</i> <i>Réus: CEMIG Geração e Transmissão S/A, Companhia Energética de Minas Gerais, Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM e Southern Electric Brasil Participações Ltda.</i>
<i>e. valor envolvido</i>	<i>R\$1.080.756.211,4</i>
<i>f. principais fatos</i>	<i>Trata-se de Ação Civil Pública proposta pela Associação do Meio Ambiente Regional de Patrocínio, contra a CEMIG, Southern Electric e FEAM, na qual a requerente alega a existência de danos potenciais à saúde pública; prejuízos pela inexistência de escada de peixes; existência de altas taxas de cianobactérias; existência de doenças endêmicas (leishmaniose e esquistossomose); risco de eutrofização; contaminação por biocidas persistentes; contaminação por mercúrio; necessidade de desapropriação de 500 metros no entorno do reservatório e reposição de mata ciliar e da averbação da reserva legal; inconsistência da operação. Requereu, em pedido de liminar, que a licença da operação LO 111/05 (UHE Nova Ponte) fosse cassada ou suspensa até que nela sejam estabelecidas e</i>

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	<i>cumpridas as condicionantes pretendidas na presente lide, imprescindíveis à manutenção da saúde pública e à compensação/mitigação ambiental. Em audiência a Juíza acolheu a exceção de incompetência e declinou a competência para o foro da capital do Estado. A CEMIG protocolizou Agravo Retido em face da decisão interlocutória que deferiu o pedido de emenda à inicial.</i>
<i>g. chance de perda</i>	<i>Possível</i>
<i>h. análise do impacto, em caso de perda do processo</i>	<i>Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.</i>
<i>i. Valor provisionado, se houver provisão</i>	<i>Não há provisionamento</i>

<i>Processos de natureza Regulatório</i>	
<i>a. juízo</i>	<i>Processo nº 20023400026509-0 - J. Federal - Brasília - DF - 15ª Vara Federal</i>
<i>b. instância</i>	<i>2ª - TRF 1ª Região - Brasília - DF - 3ª Seção</i>
<i>c. data de instauração</i>	<i>23/11/2002</i>
<i>d. partes no processo</i>	<i>Autor: AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S/A</i> <i>Réus: Agência Nacional de Energia Elétrica, CEMIG Geração e Transmissão S/A, Centrais Elétricas de Santa Catarina, Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, Companhia Energética de Pernambuco, Companhia Energética do Rio Grande do Norte, Elektro Eletricidade e Serviços S/A, Guaraniana Comércio e Serviços S.A e Rosal Energia S/A</i>
<i>e. valor envolvido</i>	<i>R\$ 94.739.757,42</i>
<i>f. principais fatos</i>	<i>Em 04/11/2008, a CEMIG GT impetrou o Mandado de</i>

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	<i>Segurança nº 20080100059059-7, requerendo sua habilitação como assistente litisconsorcial passivo na Ação Ordinária nº 2002.34.00.026509-0, ajuizada pela AES Sul contra a ANEEL, através da qual aquela autora requer a anulação do Despacho ANEEL nº 288/2002 que determinou as diretrizes de interpretação da Resolução ANEEL nº 290/2000, e assim, modificou a situação da AES Sul Distribuidora, de credora para devedora do antigo Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A CEMIG GT obteve liminar para suspender o depósito determinado em liquidação financeira no valor histórico de R\$79.210.083,73, e foi habilitada como assistente litisconsorcial passivo também por liminar na Ação Ordinária. Caso a AES Sul seja vitoriosa nessa Ação Ordinária, a CEMIG GT deverá pagar esse valor atualizado à época.</i>
<i>g. chance de perda</i>	<i>Possível</i>
<i>h. análise do impacto, em caso de perda do processo</i>	<i>Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.</i>
<i>i. Valor provisionado, se houver provisão</i>	<i>Não há provisionamento</i>

<i>Processos de natureza Tributária</i>	
<i>a. juízo</i>	<i>Processo nº 20063800022523-7 - Federal - Belo Horizonte - MG - 14ª Vara</i>
<i>b. instância</i>	<i>2ª - TRF 1ª Região (Brasília - DF) - 7ª Turma</i>
<i>c. data de instauração</i>	<i>10/07/2006</i>
<i>d. partes no processo</i>	<i>Autor: Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S/A e Cemig Geração e Transmissão S/A Réu: Delegado da Receita Federal de Belo Horizonte</i>
<i>e. valor envolvido</i>	<i>R\$92.685.722,40</i>
<i>f. principais fatos</i>	<i>No ano de 2006, a CEMIG e Subsidiárias pagaram aos seus empregados uma indenização pelo direito referente aos</i>

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	<p><i>anuênios futuros que seriam incorporados aos seus salários, sobre o qual não foi efetuada a retenção do Imposto de Renda, por ser considerada pela Concessionária que essa obrigação não incide sobre verbas indenizatórias, pelo que foram a CEMIG e as Subsidiárias notificadas pela Receita Federal e pelo INSS, tendo em vista a divergência nos entendimentos.</i></p> <p><i>Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa, a CEMIG e suas Subsidiárias impetraram Mandado de Segurança, que permitiu efetuar o depósito judicial no valor da potencial obrigação de IRPF.</i></p> <p><i>O escritório responsável pela condução do processo avaliou a contingência com base na jurisprudência do STJ, que há muito diferencia as verbas salariais das verbas indenizatórias, deixando claro que o pagamento decorrente da supressão de vantagens incorporadas ao patrimônio do empregado, por força de acordo coletivo, tem caráter indenizatório.</i></p> <p><i>Em decisão de 16/02/2007, o pedido de liminar foi indeferido e a segurança vindicada foi denegada. Em maio/2007 os Autos foram remetidos à Procuradoria Regional da República para apresentação de parecer. A CEMIG interpôs Apelação, que foi recebida em seu efeito devolutivo em 28/03/2007, aguardando julgamento por parte do TRF da 1ª Região.</i></p>
<i>g. chance de perda</i>	<i>Possível</i>
<i>h. análise do impacto, em caso de perda do processo</i>	<i>Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.</i>
<i>i. Valor provisionado, se houver provisão</i>	<i>Não há provisionamento</i>

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

A Cemig GT não é parte em processos classificados como sigilosos.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

a. valores envolvidos

b. valor provisionado, se houver

c. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência

A Cemig GT possui partes em processos administrativos e judiciais repetitivos ou conexos, conforme apresentados a seguir:

Processos Judiciais de natureza Regulatória

Com fundamento em estudos unilaterais específicos realizados por entidades contratadas para tal fim, diversos Municípios ajuizaram, individualmente, ações ordinárias que têm por objeto a imediata redução da cobrança de 360h mensais, o que corresponde a 12h por dia, por ponto de iluminação pública, para os valores encontrados nos respectivos laudos unilaterais, considerando para tal o tempo efetivo de uso da iluminação em face da luminosidade natural e das ausências de fornecimento de energia, além da quantidade de lâmpadas efetivamente em funcionamento, bem como a devolução, pela CEMIG aos Municípios, do suposto excedente cobrado nos 10 anos que antecederam a propositura das ações.

Processos Judiciais, de natureza Tributária - - Imposto Territorial Rural (ITR)

A Secretaria da Receita Federal autuou a CEMIG e suas Subsidiárias, relativamente à falta de recolhimento do ITR sobre as áreas de reservatório (áreas alagadas) das Usinas da CEMIG, entendendo que tal recolhimento não é devido, por que as áreas são consideradas bens afetos à concessão, cujas contingências de perda estão avaliadas como “remota”.

A Companhia foi autuada, também, pelas autoridades fiscais relativamente à exigência da ITR sobre imóveis adquiridos para fins de reassentamento da população atingida pela construção da UHE Irapé e, nestes casos, a contingência de perda é avaliada como ‘provável’ em função da natureza da ação e da situação fática envolvida.

O valor envolvido nestes processos era de, aproximadamente R\$680 milhões em 31/12/2009.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

Todas as informações que entendemos relevantes e pertinentes a este tópico foram contempladas nos itens anteriores.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

c. hipóteses de cancelamento de registro

d. outras questões do interesse dos investidores

O país de origem da Companhia é o Brasil.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Cemig Geração e Transmissão possuía, em 31 de dezembro de 2009, operações contratadas de hedge.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

	<i>Consolidado e Controladora</i>	
	2009	2008
EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO		
<i>Dólar Norte-Americano</i>		
<i>Empréstimos e Financiamentos</i>	5.877	43.083
<i>(-) Operações contratadas de hedge/swap (*)</i>	75.000	59.873
	<u>80.877</u>	<u>102.956</u>
<i>Yen</i>		
<i>Empréstimos e Financiamentos</i>	-	100.160
<i>(-) Operações contratadas de hedge</i>	-	(100.073)
	<u>-</u>	<u>87</u>
<i>Euro</i>		
<i>Empréstimos e Financiamentos</i>	7.146	12.919
Passivo Líquido Exposto	<u>88.023</u>	<u>115.998</u>

(*) Inclui a operação contratada de R\$75.000

Deve-se ressaltar que a exposição demonstrada acima às taxas de câmbio é mitigada pela Companhia também através dos contratos de venda de energia a consumidores livres de longo prazo indexados a variação do dólar norte-americano (PTAX). Esses contratos representam uma receita anual de cerca de US\$120 milhões.

A Companhia, com base na MCM Consultores Associados, estima que, em um cenário provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real no final de 2010 será de 0,51% (dólar = R\$1,75 e euro = R\$2,52). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

<i>Risco - Exposições Cambiais</i>	<i>Exposição Atual</i>	<i>Cenário Provável</i>	<i>Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%</i>	<i>Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%</i>
<i>Dólar Norte-Americano</i>				
<i>Empréstimos e Financiamentos</i>	5.877	5.907	7.384	8.861
<i>(-) Operações Contratadas de Hedge/swap</i>	75.000	75.379	94.224	113.069
	<u>80.877</u>	<u>81.286</u>	<u>101.608</u>	<u>121.930</u>
<i>Euro</i>				
<i>Empréstimos e Financiamentos</i>	7.146	7.182	8.977	10.773
<i>Passivo Líquido Exposto</i>	<u>88.023</u>	<u>88.468</u>	<u>110.585</u>	<u>132.703</u>
<i>Efeito Líquido da Depreciação Cambial</i>		<u>(445)</u>	<u>(22.562)</u>	<u>(44.680)</u>

Risco de Taxa de juros

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (Libor), no montante de R\$5.877, em 31 de dezembro de 2009.

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia e suas controladas ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Ativos				
<i>Aplicações Financeiras</i>	3.023.205	861.948	2.821.954	852.213
<i>Ativos Regulatórios</i>	165.307	19.183	165.307	19.183
<i>Operações Contratadas de Hedge/Swap</i>	75.000	-	75.000	-
	<u>3.263.512</u>	<u>881.131</u>	<u>3.062.261</u>	<u>871.396</u>
Passivos				

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

<i>Empréstimos e Financiamentos</i>	(5.607.641)	(2.458.158)	(5.390.898)	(2.458.158)
<i>Passivos Regulatórios</i>	-	(24.292)	-	(23.827)
<i>Operações Contratadas de Hedge/Swap</i>	(120.000)	(40.164)	-	(40.164)
	<u>(5.727.641)</u>	<u>(2.522.614)</u>	<u>(5.390.898)</u>	<u>(2.522.149)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(2.464.129)</u>	<u>(1.641.483)</u>	<u>(2.328.637)</u>	<u>(1.650.753)</u>

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia, com base na MCM Consultores Associados, estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC no final de 2010 será de 11,25%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a variação da taxa SELIC.

<i>Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais</i>	<i>Exposição Atual</i>	<i>Cenário Provável</i>	<i>Cenário Possível</i>	<i>Cenário Remoto</i>
	<i>SELIC 8,75%</i>	<i>SELIC 11,25%</i>	<i>SELIC 14,06%</i>	<i>SELIC 16,88%</i>
Ativos				
<i>Aplicações Financeiras</i>	3.023.205	3.363.316	3.448.268	3.533.522
<i>Ativos Regulatórios</i>	165.307	183.904	188.549	193.211
<i>Operações Contratadas de Hedge/Swap</i>	75.000	83.438	85.545	87.660
	<u>3.263.512</u>	<u>3.630.658</u>	<u>3.722.362</u>	<u>3.814.393</u>
Passivos				
<i>Empréstimos</i>	(5.607.641)	(6.238.501)	(6.396.075)	(6.554.211)
<i>Passivos Regulatórios</i>	-	-	-	-
<i>Operações Contratadas de Hedge/Swap</i>	(120.000)	(133.500)	(136.872)	(140.256)
	<u>(5.752.884)</u>	<u>(6.372.001)</u>	<u>(6.532.947)</u>	<u>(6.694.467)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(2.464.129)</u>	<u>(2.741.344)</u>	<u>(2.810.586)</u>	<u>(2.880.074)</u>
Efeito Líquido da Variação da SELIC		<u>(277.215)</u>	<u>(346.457)</u>	<u>(415.945)</u>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não temos outras informações para esse item que a Companhia julgue relevantes.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	08/09/2004
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações/Subsidiária Integral da Companhia Energética de Minas Gerais (Empresa de Economia Mista)
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	10/10/2006

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

A Cemig Geração e Transmissão constitui uma sociedade anônima, na forma de subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

Tem por objetivo social estudar, planejar, projetar, construir, operar explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha o controle acionário.

Deve também desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial e prestar serviços de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior, e exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

a. Evento

Participação Acionária na Transmissora Aliança de Energia S.A

b. principais condições do negócio

Em 26/04/2009, a Cemig GT celebrou contrato de compra e venda de ações com a empresa italiana Terna S.p.A., relativas ao capital social da holding de transmissão de energia Terna Participações S.A..

Em 03/11/2009, foi realizado o fechamento dessa aquisição, através da Transmissora do Atlântico de Energia S.A. - TAESA, uma sociedade formada pela Cemig Geração e Transmissão (Cemig GT) e o Fundo de Investimento em Participações Coliseu (FIP), com participação no capital social de 49% e 51%, respectivamente.

Foram adquiridas 173.527.113 ações ordinárias, representativas de 65,85% do capital total e 85,26% do capital votante da Terna, pelo preço de R\$2.148.379.099,24, correspondente a R\$37,14 por unit, sendo cada unit constituída por uma ação ordinária e duas ações preferenciais, e R\$12,38 por cada ação ordinária ou preferencial. Nesta mesma data, a Terna passou a ser denominada Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (Aliança).

Em 28/12/2009, a TAESA foi cindida e incorporada pela Aliança, ocorrendo a versão do Acervo Líquido Cindido para a Transmissora Alterosa de Energia S.A.. Essa empresa assumiu as obrigações relativas à Oferta Pública de Ações (OPA) da Aliança, de forma a estender aos minoritários as mesmas condições de venda de ações. Após a incorporação, Cemig GT e FIP passaram a deter, de forma direta, respectivamente, 32,27% e 33,59%, do capital social total e 41,78% e 43,48% do capital votante da Aliança.

Em 11/05/2010, foi realizada a liquidação da OPA, tendo sido adquiridas 25.841.774 units, representativas de 29.990.598 ações ON e 59.981.196 ações PN, ao preço de R\$38,73 por unit ou R\$12,91 por ação ON ou PN, totalizando uma movimentação financeira de R\$1 bilhão.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Após a OPA, Cemig GT e FIP passaram a deter, juntos, 95,28 % do Capital Total da Aliança, de forma direta e indireta, respectivamente, 56,7% e 38,6%, do capital social total e 48% e 50% do capital votante da Aliança.

c. sociedades envolvidas

- Transmissora Aliança de Energia S.A.
- Transmissora Atlântico de Energia S.A. (incorporada em 28/12/2009)
- Transmissora Alterosa de Energia S.A. (a ser incorporada até 31/08/2010)
- Transmissora Alvorada de Energia S.A. (a ser incorporada até 31/08/2010)
- Cemig Geração e Transmissão S.A.
- Fundo de Investimento em Participações Coliseu – FIP Coliseu

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

Com a Oferta Pública de Ações – OPA, a Cemig GT e FIP Coliseu, através da Alterosa, ampliaram sua participação no capital total da Aliança em 29,42 %, sendo 12,69 % ON e 86,17 % PN.

Após a OPA, Cemig GT e FIP passaram a deter, juntos, 95,28 % do Capital Total da Aliança, sendo 97,96 % das ações ON e 86,17 % das ações preferenciais, com investimento total no valor de R\$ 3.149.231.009,00.

e. quadro societário antes e depois da operação

1. Quadro Societário da Aliança antes da OPA

Acionista/Cotista	ON		PN		Total	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
FIP Coliseu	88.498.815	43%	-	-	88.498.815	34%
Cemig GT	85.028.274	42%	-	-	85.028.274	32%
Conselheiros	22	0%	-	-	22	0%
Pessoas Vinculadas	2	0%	-	-	2	0%
Ações em circulação no Mercado	29.990.598	15%	59.981.196	100%	89.971.794	34%
Total	203.517.711	100%	59.981.196	100%	263.498.907	100%

2. Quadro Societário da Aliança após a OPA

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Acionista/Cotista	ON		PN		Total	
<i>1 - FIP Coliseu</i>	<i>101.675.151</i>	<i>50,00%</i>	-	<i>0,00%</i>	<i>101.675.151</i>	<i>38,60%</i>
<i>2 - CEMIG GT</i>	<i>97.693.712</i>	<i>48,00%</i>	<i>51.683.548</i>	<i>86,20%</i>	<i>149.377.260</i>	<i>56,70%</i>
<i>Conselho</i>	<i>22</i>	<i>0,00%</i>	-		<i>22</i>	<i>0,00%</i>
<i>Pessoas Vinculadas</i>	<i>2</i>	<i>0,00%</i>	-		<i>2</i>	<i>0,00%</i>
<i>Ações em circulação no Mercado</i>	<i>4.148.824</i>	<i>2,00%</i>	<i>8.297.648</i>	<i>13,80%</i>	<i>12.446.472</i>	<i>4,70%</i>
Total	203.517.711	100%	59.981.196	100%	263.498.907	100%

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

O emissor não está sujeito à Lei de Falência.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

A Cemig Geração e Transmissão é uma empresa mista de capital aberto, subsidiária integral da Cemig – Companhia Energética de Minas Gerais, concessionária de serviços públicos de energia elétrica, com desenvolvimento de atividades nas áreas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Não temos outras informações para esse item, que a Companhia julgue relevantes.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante**a. controladores diretos e indiretos**

A Cemig Geração e Transmissão é controlada pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), que por sua vez é controlada pelo Estado de Minas Gerais.

b. controladas e coligadas; c) participações do emissor em sociedades do grupo

Subsidiárias e Controladas	Sociedade	Sede	Participações no Capital - %
<i>Baguari Energia S.A.</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>69,4</i>
<i>Cemig Baguari Energia S.A.</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>100</i>
<i>Central Eólica Praia do Morgado S.A</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>49</i>
<i>Central Eólica Praias de Parajuru S.A</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>49</i>
<i>Central Eólica Volta do Rio S.A</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>49</i>
<i>Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>49</i>
<i>Guanhães Energia S.A.</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>49</i>
<i>Hidrelétrica Cachoeirão S.A.</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>49</i>
<i>Hidrelétrica Pipoca S.A.</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>49</i>
<i>Madeira Energia S.A.</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>10</i>
<i>Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.</i>	<i>Coligada</i>	<i>Brasil</i>	<i>48</i>

c. participações de sociedades do grupo no emissor

Não há participações.

d. sociedades sob controle comum

Não há.

8. Negócios  **ordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios**

Vide item 8.1

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não temos outras informações para esse item que a Companhia julgue relevantes.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
---------------------------------------	---------------------	-------------------	--------------------------	---------------------

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
---------------	--------------------	---------	---	------------------------------------

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Documento ainda não preenchido!

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Não existem outras informações que julgamos relevantes, além daquelas já expostas neste formulário.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Cemig GT teve em 2009 de extraordinárias realizações. Ampliamos significativamente a nossa posição no setor de transmissão, com a aquisição de participações na TAESA - Transmissora Alterosa de Energia Elétrica e em três parques eólicos no Ceará, representando investimentos superiores a R\$1,2 bilhão. Esses investimentos consolidam a Cemig GT como uma das principais empresas no setor de geração e transmissão do Brasil e da América Latina.

É necessário destacar, em primeiro lugar, que essa expansão foi cuidadosamente planejada e constam do nosso Plano Diretor, sempre como o foco na orientação de crescer com sustentabilidade, ou seja, fazer uma expansão com rentabilidade, mantendo a solidez de nosso balanço e ampliando a nossa posição no cenário de energia elétrica do Brasil e com a firme posição de agregar valor para os nossos acionistas.

Em segundo lugar, cabe destacar que esse feito foi conseguido com êxito, em que pese o cenário caótico de crise que abalou as economias mundiais e do Brasil no primeiro semestre de 2009. Cientes de que o momento era de oportunidade, a Cemig GT agiu com ousadia, mas sem perder, em nenhum momento, a responsabilidade de fazer negócios com a perspectiva de retorno seguro para a companhia e seus acionistas.

Nesse contexto de insegurança nossas operações foram afetadas. Observamos, por exemplo, uma redução em nosso mercado de consumidores livres. Conseguimos compensar a redução das operações de nossos consumidores industriais, através do aumento na venda para Distribuidoras no mercado regulado, em contratos de curto prazo e a preços mais vantajosos. Em função da nossa estratégia, o nosso faturamento cresceu mais de 16%.

Todos os contratos de nossa Companhia têm cláusulas de “take or pay” que asseguram a estabilidade de sua receita, mas nossas ações comerciais levaram à realocação da energia contratada e não utilizada pelos nossos clientes livres, trazendo mais resultados para a Companhia e reforçando nossa vocação para suprir soluções em energia.

Esses resultados demonstram o sucesso da nossa atividade de comercialização e fazem da Companhia a maior fornecedora de energia para o mercado de consumidores livres do Brasil.

Outro ponto a ser ressaltado é o nosso esforço na busca de redução dos custos operacionais. Continuamos com o Programa de Eficiência Operacional e com a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

implementação de iniciativas que contribuirão para melhorar nossas margens de rentabilidade nos próximos anos e para ampliar a geração de valor para os acionistas.

Entre as principais medidas adotadas, destacamos os programas de demissão incentivada, implementados em 2008 e 2009 e que contaram com a adesão de mais de 350 empregados. Essa diminuição no quadro de empregados terá um efeito positivo e permanente nas despesas e nos resultados da Companhia já a partir de 2010.

Em função dessas medidas, conseguimos superar a crise internacional e encerramos o ano com um lucro de 1.309 milhões, um significativo aumento de 32,7% em relação a 2008. Da mesma forma, a geração de caixa foi de R\$ 2,4 bilhões, medida pelo Lajida, e apresentou uma variação positiva de 24,8% em relação a 2008.

Tais resultados evidenciam que, em um cenário macroeconômico de menores incertezas, a Companhia está preparada para crescer de forma sustentável, mantendo o compromisso previsto no seu planejamento de ser uma das empresas consolidadoras do setor elétrico nacional.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

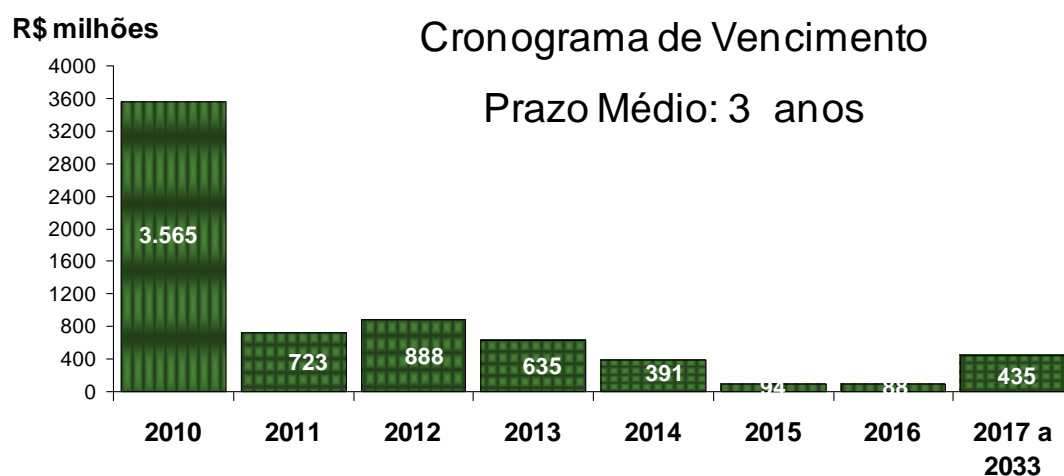
i) hipóteses de resgate;

ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A CEMIG GT tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2009, por um endividamento de aproximadamente R\$ 6,8 bilhões, com 52,28% e 47,72% do endividamento de curto e de longo prazo, respectivamente, sendo que 75,73% do endividamento de curto prazo já foi transferido para o longo através da 2ª emissão de debêntures simples da CEMIG GT, ocorrida em 15 de janeiro de 2010 e totalmente subscrita em 10 de março de 2010. Já em 31 de dezembro de 2008, a estrutura de capital contemplava um endividamento de aproximadamente R\$ 2,7 bilhões, com 26,83% e 63,17% do endividamento de curto e de longo prazo, respectivamente, e em 31 de dezembro de 2007, a estrutura de capital contemplava um endividamento de aproximadamente R\$ 3,1 bilhões, com 12,99% e 87,01% do endividamento de curto e de longo prazo, respectivamente. Em vista disso, o endividamento da CEMIG GT tem prazo compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Empresa liquidez e flexibilidade operacional.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O endividamento da CEMIG GT, posição em 31 de dezembro de 2009, tem seu cronograma de amortizações satisfatoriamente escalonado ao longo dos anos, com prazo médio de 3 anos e pagamentos de até R\$900 milhões, aproximadamente, a partir de 2011, refletindo o esforço empreendido pela Empresa no alongamento do perfil da sua dívida, conforme gráfico abaixo:



Fonte: Companhia

O custo médio da dívida da CEMIG GT tem se reduzido ao longo dos anos (5,11% a.a. a preços constantes em 31 de dezembro de 2009, 9,58%a.a. em dezembro de 2008 e 7,68%a.a. em dezembro de 2007), reflexo da concentração da dívida em contratos indexados em CDI (82% do total em 2009, 89% em 2008 e 89% em 2007). A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Empresa, destacada pela posição bastante confortável em relação aos parâmetros usualmente praticados no mercado financeiro para os indicadores ali referidos:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	2009	2008	2007
EBITDA / Juros	6,71	5,22	4,69
Dívida Líquida / EBITDA	1,57	0,97	1,3
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)	51%	44%	51%

Fonte: Companhia

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da companhia, além das legalmente previstas.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Devemos destacar a capacidade de geração de caixa da Companhia. Em 2009, foram gerados pelas atividades operacionais o expressivo montante de R\$1.556 milhões de disponibilidades, enquanto que em 2008, foram gerados R\$1.047 milhões e em 2007, R\$1.051 milhões.

O caixa da Companhia era de R\$3.044 milhões em 31 de dezembro de 2009, R\$862 milhões em 31 de dezembro de 2008 e R\$916 milhões em 31 de dezembro de 2007.

Por outro lado, a dívida líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2009 é de R\$3.775 milhões. Já em 31 de dezembro de 2008 a dívida líquida era de R\$1.879 milhões e em 31 de dezembro de 2007 era de R\$2.080 milhões. Em 2009, a geração de caixa obtida em um período de 2,5 anos é superior ao saldo devedor e em 2008 e 2007, tais valores significam que a geração de caixa obtida em um período de 2 anos é superior ao saldo devedor. Tais índices trazem conforto para a Administração e investidores em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros.

A dívida total está perfeitamente escalonada. Apesar da parcela de curto prazo registrada nas Demonstrações Financeiras ser de R\$3.565 milhões, a Companhia emitiu em 2010 debêntures não conversíveis que foram utilizadas para a amortização dessa dívida de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

curto prazo e permitindo o escalonamento da dívida da Companhia em condições adequadas, perfeitamente ajustadas à geração de caixa da Companhia.

O passivo circulante era de 5.028 milhões, em 31 de dezembro de 2009, R\$1.791 milhões em 31 de dezembro de 2008 e R\$1.701 milhões, em 31 de dezembro de 2007. As principais obrigações referem-se aos empréstimos e financiamentos e dividendos a serem pagos ao acionista controlador.

Dessa forma, consideramos que a Companhia tem alta capacidade de pagamento em relação aos seus compromissos financeiros, mantendo o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas e empregados e também garantir os seus investimentos e aquisições futuras.

d) Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes Utilizadas

Na Cemig GT, foram captados, em 2009, R\$3.494 milhões, sendo R\$ 663 milhões através de operações de rolagem de dívidas bancárias, R\$130 milhões através de contratos celebrados com o BNDES e com a FINEP, para investimento na UHE Baguari e a realização de estudos de inventário de usinas, respectivamente, e R\$ 2.700 milhões através da emissão de Notas Promissórias, para utilização dos recursos na aquisição das ações da Terna Participações S.A. e outros investimentos. Além disso, foram prorrogados vencimentos de dívidas, no montante de R\$63 milhões, através de aditivos a contratos existentes. Para uma visão consolidada da Cemig GT, vale registrar a contratação de cerca de R\$423 milhões em financiamentos por parte de suas subsidiárias.

Vale destacar em 2008, na Cemig GT, a aprovação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES da concessão de um financiamento no valor de R\$122 milhões em moeda corrente para a Cemig GT, para utilização dos recursos no reembolso de aportes realizados e em futuros aportes na Baguari Energia S.A., uma empresa de propósito específico com 69,39% de participação acionária da Cemig GT e 30,61% de Furnas, juntas participando em 49% de um Consórcio com a empresa Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A., da Neoenergia, para a construção da UHE Baguari, com potência instalada de 140 MW e investimentos da ordem de R\$ 500 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Cemig GT realizou, em 21 de dezembro de 2007, sua 2ª Emissão de Notas Promissórias (Commercial Papers) no valor total de R\$200 milhões, com vencimento em 180 dias.

e) Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes que Pretende Utilizar para Cobertura de deficiências de Liquidez

Deve-se atentar para o fato de ser a CEMIG GT uma subsidiária integral da CEMIG, essa uma sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, estar sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2827, de 30/03/2001, do Banco Central, restam à CEMIG GT as seguintes opções de captação:

Empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;

- Emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (debêntures, commercial papers, eurobonds, quotas de fundos de recebíveis);*
- Financiamento para importação;*
- Financiamento de agências multilaterais;*
- Financiamentos de órgãos de fomento;*
- Empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.*

Diretrizes para a captação de recursos de terceiros

A importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da empresa reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital da empresa, reduzindo o custo do capital. Além disso, permite à empresa acessar uma seleção maior de alternativas de investimento aceitáveis.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Empresa e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da empresa.

Nesse sentido, deve-se observar as seguintes orientações:

- *Aproveitar as condições favoráveis de mercado*

Momentos de grande liquidez nos mercados de dívida, que oferecem recursos abundantes e mais baratos, devem ser aproveitados para alavancar a expansão das atividades da Empresa, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.

- *Manter alongado o cronograma de amortização da dívida*

Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Empresa, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo. Entretanto, o prazo mais longo possível pode não ser o ideal em certas situações, por estar, eventualmente, associado a um custo financeiro maior.

- *Reduzir o custo financeiro*

Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ela é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Empresa, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados.

- *Otimizar a exposição à moeda estrangeira*

Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Empresa. A Cemig, por ter sua remuneração tarifária basicamente atrelada ao IGP-M, deve depositar nesse indexador a maior fatia da composição da dívida. Entretanto,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que a parcela que não contar com a proteção de hedge (Ver Política de Hedge da Cemig) não represente risco financeiro material para a Empresa.

- *Manter coerência com o Plano Diretor da Empresa*

A Cemig tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a saúde financeira da Empresa. Tais limites foram definidos no bojo do Plano Diretor da Cemig, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da Empresa serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais limites são: Dívida / EBITDA menor ou igual a 2 e Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) menor ou igual a 40%, entre outros.

- *Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de rating e dos credores*

Não menos importantes são as percepções de risco do mercado, o qual define parâmetros para atestar a qualidade de crédito da Empresa e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de empréstimo/financiamento prevêm cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhe o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Empresa parecer estar se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Empresa em níveis que denotem “grau de investimento”, ou seja, investimento de baixo risco, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. O órgão regulador (ANEEL) também impõe alguns parâmetros financeiros a serem seguidos para o reconhecimento da base de remuneração tarifária da Empresa, que é revisada de 5 em 5 anos.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Contratos Financeiros Relevantes

A CEMIG GT celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

<i>BNDES</i>	2026	<i>TJLP+2,34</i>	R\$	5.246	118.913	124.159	-
<i>Bradesco S.A</i>	2013	<i>CDI + 1,70</i>	R\$	36.875	102.288	139.163	140.388
<i>Bradesco S.A</i>	2014	<i>CDI + 1,70</i>	R\$	456	1.365	1.821	2.079
<i>Bradesco S.A (15)</i>	2010	<i>113,00 do CDI</i>	R\$	2.742.383	-	2.742.383	
<i>Debêntures (4)</i>	2009	<i>CDI + 1,20</i>	R\$	-	-	-	357.472
<i>Debêntures (4)</i>	2011	<i>104,00 do CDI</i>	R\$	3.365-	238.816	242.181	243.950
<i>Debêntures – Governo do Estado de M.G. (4) (6)</i>	2031	<i>IGP-M</i>	R\$	-	37.053	37.053	32.936
<i>ELETROBRÁS</i>	2013	<i>FINEL + 7,50 a 8,50</i>	R\$	12.323	35.942	48.265	60.799
<i>Santander do Brasil S.A</i>	2013	<i>CDI + 1,70</i>	R\$	8.185	22.286	30.471	30.828
<i>UNIBANCO S.A</i>	2009	<i>CDI + 2,98</i>	R\$	-	-	-	107.081
<i>UNIBANCO S.A</i>	2013	<i>CDI + 1,70</i>	R\$	49.708	134.296	184.004	185.989
<i>Energ Power (9)</i>	2012	<i>IPCA</i>	R\$	218	655	873	-
<i>FINEP (9)</i>	2015	<i>URTJ+5,00</i>	R\$	37	7.904	7.941	-
<i>ORTENG Equipamentos e Sistemas(9)</i>	2012	<i>IPCA</i>	R\$	94	283	377	-
<i>Construtora Quebec (9)</i>	2012	<i>IPCA</i>	R\$	301	901	1.202	-
<i>UNIBANCO S.A (5)</i>	2020	<i>TJLP+2,55</i>	R\$	715	6.437	7.152	4.062
<i>Banco do Brasil S.A. (5)</i>	2020	<i>TJLP+2,55</i>	R\$	2.731	25.501	28.232	28.794
<i>BNDES (7)</i>	2033	<i>TJLP+2,40</i>	R\$	-	134.660	134.660	-
<i>Debêntures (7)</i>	2013	<i>IPCA</i>	R\$	-	161.824	161.824	-
<i>BNDES (Repasse) (7)</i>	2033	<i>TJLP</i>	R\$	-	108.562	108.562	-
<i>BNDES (8)</i>	2024	<i>TJLP + 2,5</i>	R\$	-	25.248	25.248	-
<i>CEF S/A (10)</i>	2022	<i>TJLP+3,50</i>	R\$	4.789	59.381	64.170	-
<i>CEF S/A (11)</i>	2022	<i>TJLP+3,50</i>	R\$	5.026	51.096	56.122	-
<i>CEF S/A (12)</i>	2022	<i>TJLP+3,50</i>	R\$	6.541	82.416	88.957	-
<i>BNDES (13)</i>	2018	<i>TJLP</i>	R\$	32.228	244.952	277.180	-
<i>BNDES (13)</i>	2018	<i>UMBND</i>	R\$	2.941	23.712	26.653	-
<i>Sindicato Bancos Novatrans (13)</i>	2013	<i>CDI + 0,90</i>	R\$	5.311	15.683	20.994	-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

<i>Sindicato Bancos (13)</i>	2010	CDI + 1,50	R\$	180.472	-	180.472	-
<i>Banco Pine (14)</i>	2010	CDI + 4,80	R\$	15.272	-	15.272	-
<i>Dívida em Moeda Nacional</i>				3.556.380	3.249.891	6.806.271	2.584.749
<i>Total Geral Consolidado</i>				3.565.214	3.254.080	6.819.294	2.740.911

Fonte: Companhia

(1) a (3) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (1) 111,00% do CDI; (2) CDI + 2,98% a.a.; (3) CDI + 3,01% a.a.

(4) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(5) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.

(6) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.

(7) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Madeira Energia S.A.

(8) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A

(9) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A

(10) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Morgado S.A

(11) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A

(12) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Volta do Rio S.A

(13) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto TAESA

(14) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto EBTE

(15) Nota Promissória da Companhia

Contratos em Moeda Estrangeira

Segue abaixo breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da CEMIG GT, em 31 de dezembro de 2009:

Banco BNP Paribas Brasil S.A. - Contrato de Mútuo para Repasse de Empréstimo Externo n° REP – 00015/05

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em abril de 2005, a CEMIG GT celebrou Contrato para Repasse de Empréstimo Externo com o Banco BNP Paribas Brasil S.A. (o “BNP Paribas”), tendo a CEMIG como garantidora, em que foi acordado o repasse de recursos, a título de mútuo, no valor de até US\$ 13 milhões (com valor em reais limitado à R\$ 34,6 milhões), mediante dois desembolsos. Sobre o principal da dívida incidem juros de 1,0% ao ano acima da taxa Interbancária de Londres – LIBOR, para 6 (seis) meses, acrescida de 0,875% sobre o saldo devedor (este valor a ser pago a título de comissão de repasse). O contrato foi objeto de aditamentos em 11 de abril de 2005 e em 8 de julho de 2005 e o respectivo vencimento se dará em abril de 2010. O primeiro desembolso ocorreu em 15 de abril de 2005, no valor de R\$ 16,3 milhões, e o segundo em 22 de abril de 2005, no valor de R\$ 15,6 milhões. A CEMIG GT obteve do BNP Paribas dispensa para o cumprimento dos covenants financeiros deste contrato até março de 2010, conforme correspondência datada de 8 de setembro de 2009. O saldo devedor deste empréstimo em 31 de dezembro de 2009 era de R\$4,3 milhões.

Contratos em Moeda Nacional

Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da CEMIG GT, em 31 de dezembro de 2009:

Banco do Brasil S.A.

A CEMIG GT celebrou diversos instrumentos com o Banco do Brasil S.A., cujas descrições resumidas estão abaixo discriminadas:

- *Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.337*

Em outubro de 2005, celebrou o Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.337, no valor de R\$ 35,7 milhões, utilizado no pagamento da dívida da companhia, tendo como garantia uma Nota Promissória, juntamente com o aval da CEMIG. Sobre o principal, incidem juros compreendendo a variação do CDI mais spread de 1,7% a.a.. A amortização da dívida será efetuada em quatro parcelas anuais consecutivas, iniciando em outubro de 2010 e finalizando em outubro de 2013. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2009 era de R\$36,3 milhões.

- *Cédulas de Crédito Bancário nos 330.800.383, 330.800.384, 330.800.385, 330.800.386 e 330.800.393*

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em outubro de 2006, emitiu as Cédulas de Crédito Bancário nos 330.800.383, 330.800.384, 330.800.385, 330.800.386 e 330.800.393, no valor de R\$ 100 milhões cada uma, perfazendo um montante total de R\$ 500 milhões, utilizados para pagamento de parte de suas dívidas contraídas perante o próprio Banco do Brasil S.A., tendo como garantia o aval da CEMIG. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros à taxa de 104,1% da taxa média do CDI capitalizados mensalmente. A amortização de cada CCB será efetuada em três parcelas no valor de R\$ 33,3 milhões, com vencimentos em outubro de 2012, de 2013 e de 2014. O saldo devedor de cada uma dessas Cédulas em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 101,6 milhões, totalizando R\$ 508,0 milhões.

- *Cédulas de Crédito Bancário nos 330.800.376, 330.800.387, 330.800.388, 330.800.389, 330.800.390, 330.800.391, 330.800.394 e 330.800.395*

Em outubro de 2006, emitiu as Cédulas de Crédito Bancário nos 330.800.376, 330.800.387, 330.800.388, 330.800.389, 330.800.390, 330.800.391, 330.800.394 e 330.800.395, no valor de R\$ 35 milhões cada uma, perfazendo um montante total de R\$ 280 milhões, utilizados para pagamento de parte de suas dívidas contraídas perante o próprio Banco do Brasil S.A., tendo como garantia o aval da CEMIG. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros à taxa de 104,1% da taxa média do CDI capitalizados mensalmente. A amortização de cada CCB será efetuada em três parcelas no valor de R\$ 11,6 milhões, com vencimentos em outubro de 2012, de 2013 e de 2014. O saldo devedor de cada um dessas Cédulas em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 35,6 milhões, totalizando, aproximadamente, R\$ 284,4 milhões.

- *Cédula de Crédito Bancário nº 330.800.392*

Em outubro de 2006, emitiu a Cédula de Crédito Bancário nº 330.800.392, utilizados no valor de R\$ 120 milhões, para pagamento de parte de suas dívidas contraídas perante o próprio Banco do Brasil S.A., tendo como garantia o aval da CEMIG. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros à taxa de 104,1% da taxa média do CDI capitalizados mensalmente. A amortização da CCB será efetuada em três parcelas no valor de R\$ 40 milhões cada uma, com vencimentos em outubro de 2012, de 2013 e de 2014. O saldo devedor 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 121,9 milhões.

- *Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.257*

Em novembro de 2004, a CEMIG e o Banco do Brasil S.A. firmaram um contrato de empréstimo, no valor de R\$104,8 milhões, destinados à rolagem de dívida da companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, 50,56% do respectivo saldo devedor foi alocado na CEMIG GT por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a CEMIG GT, a CEMIG (na qualidade de avalista) e o Banco do Brasil S.A. Os juros incidentes sobre a operação foram de 111% da variação do CDI e o respectivo vencimento se deu em novembro de 2009, quando foi aditivado sendo o vencimento final prorrogado para novembro de 2012 e os juros incidentes sobre a operação alterados para 110% da variação do CDI. O saldo devedor 31 de dezembro de 2009 era de 53,7 milhões.

- *Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.591*

Em outubro de 2009, foi celebrado o Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.591, no valor de R\$152,5 milhões, destinados à rolagem de parte da dívida da companhia vencida naquele mês. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e será amortizado em 3 parcelas anuais, com início em outubro de 2010. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 110% da variação do CDI e o saldo devedor em 31 de dezembro de 2009 era de R\$155,1 milhões.

- *Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.592*

Em outubro de 2009, foi celebrado o Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.592, no valor de R\$428,4 milhões, destinados à rolagem de parte da dívida da companhia vencida naquele mês. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e será amortizado em 3 parcelas anuais, com início em outubro de 2010. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 110% da variação do CDI e o saldo devedor em 31 de dezembro de 2009 era de R\$435,0 milhões.

- *Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.638*

Em dezembro de 2009, foi celebrado o Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.638, no valor de R\$57,2 milhões, destinados à rolagem de parte da dívida da companhia vencida naquele mês. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e será amortizado em 3 parcelas anuais, com início em dezembro de 2010. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 110% da variação do CDI e o saldo devedor em 31 de dezembro de 2009 era de R\$57,3 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BRADESCO

Instrumento Particular de Financiamento com Taxa Flutuante

Em outubro de 2005, a CEMIG GT celebrou com o Banco Bradesco S.A. o Instrumento Particular de Financiamento com Taxa Flutuante, no valor total de R\$ 83,1 milhões, cuja garantia foi a emissão de nota promissória, garantida por aval da CEMIG. Sobre o saldo principal do contrato incidem juros à taxa 1,70% a.a., acrescida de 100% da taxa média do CDI, calculado diariamente com base em um ano de 252 dias úteis. O financiamento foi concedido com a finalidade de efetuar o pagamento de dívidas da CEMIG GT e será amortizado em quatro parcelas anuais, com início em outubro de 2010. O saldo devedor desse contrato em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 84,5 milhões.

UNIBANCO

Contrato de Promessa de Concessão de Empréstimos nº 734

Em agosto de 2005, a CEMIG GT celebrou com o UNIBANCO o Contrato de Promessa de Concessão de Empréstimos nº 734, com abertura de linha de crédito no valor de R\$ 925 milhões para rolagem de parte da dívida da companhia. Desse valor, foram utilizados R\$ 157,9 milhões, liberados em diversos desembolsos por meio de cartas de adesão. A respectiva amortização será efetuada nos vencimentos pactuados nas cartas de adesão, sendo que o vencimento final se dará em novembro de 2013. Os encargos incidentes sobre o financiamento foram de 1,7% a.a. + 100% CDI o saldo devedor desse contrato em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 161,7 milhões.

ELETROBRÁS

Instrumento Particular de Cessão e Direitos e Obrigações do Contrato Eletrobrás nº EFC – 1290/94

Em setembro de 1994, a CEMIG celebrou com a Eletrobrás o Contrato de Financiamento nº EFC – 1290/94, com abertura de linha de crédito no valor de R\$ 122,1 milhões, conforme

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

aditado. Sob o principal do valor contratado incidem juros a uma taxa apurada anualmente que corresponderá à média das taxas de juros das fontes que compuserem o FINEL. Em média, a taxa de juros paga no âmbito deste financiamento é de 6,5% a.a a título de juros e de 2% a.a à título de taxa de administração. O financiamento deverá ser pago em 180 parcelas, e, em vista do aditivo ao contrato, celebrado em julho de 1998, a carência foi alterada, sendo o pagamento da primeira parcela realizado em 30 de dezembro de 1998 e o da última parcela previsto para novembro de 2013. Em decorrência de seu processo de Desverticalização, a CEMIG cedeu os direitos e obrigações desse contrato para a CEMIG GT. O referido financiamento foi concedido para o pagamento de parte dos custos incorridos no período entre 1994 e 1997, com obras civis e montagem dos equipamentos da usina e das subestações da UHE Miranda. O saldo devedor desse contrato em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 48,3 milhões.

BNDES

Contrato de Abertura de Crédito nº 08.2.1074.1

Em março de 2009, a CEMIG GT celebrou com o BNDES, tendo como intervenientes a CEMIG e a Baguari Energia S.A., um contrato de abertura de crédito no valor total de R\$ 122 milhões, com a finalidade de implantar a UHE Baguari.

Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,34% ao ano acima da TJLP, pagos trimestralmente durante a carência e mensalmente durante o período de amortização, que será realizada em 192 parcelas mensais, sendo que o pagamento da primeira parcela ocorrerá em agosto de 2010. O vencimento final do contrato será em julho de 2026 e o respectivo saldo devedor em 31 de dezembro de 2009 era de 124,2 milhões.

Cédula de Crédito Bancário nº TJ5.01/02

Em outubro de 2005, a CEMIG GT emitiu em favor do Banco Itaú BBA S.A. (o "Itaú BBA") a Cédula de Crédito Bancário nº TJ5.01/02 no valor de R\$ 81,8 milhões, sendo a CEMIG garantidora desta operação. Sobre o saldo principal incidem juros à taxa de 100% da taxa média do CDI acrescidos da taxa de 1,70% ao ano. A CCB deverá ser paga em quatro parcelas anuais, com início em outubro de 2010. O referido crédito foi concedido para o pagamento de dívidas da CEMIG GT anteriormente contraídas junto ao Itaú BBA e para o

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

pagamento de debêntures da CEMIG GT. A CEMIG GT obteve do Itaú BBA dispensa para o cumprimento dos covenants financeiros deste contrato até dezembro de 2010, conforme correspondência datada de 11 de setembro de 2009. O saldo devedor desse financiamento, em 31 de dezembro de 2009, era de R\$ 83,2 milhões.

Cédula de Crédito Bancário em favor do Credit Suisse nºs, 224BG1, 224BG2, 224BG3, 224BG4, 224BG5, 224BG6, 224BG7, 224BG8, 224BG9, 224BG10, 224BG11, 224BG12, 224BG13, 224BG14, 224BG15, 224BG16, 224BG17, 224BG18.

Em abril de 2005, a CEMIG GT emitiu em favor do Banco Credit Suisse First Boston S.A. 18 Cédulas de crédito bancário no valor global de R\$ 75 milhões, sendo a CEMIG a garantidora desta operação. Sobre o saldo principal incidem juros à taxa de 106% da taxa média do CDI calculado diariamente com base em um ano de 252 dias úteis. As CCBs deverão ser pagas em uma única parcela no valor correspondente a cada cédula, em abril de 2010. O referido crédito foi concedido com a finalidade de pagamento de obrigações financeiras contraídas com o Banco do Brasil S.A. O saldo devedor total dessas Cédulas em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 75,2 milhões.

Grau de Subordinação da Dívida.

Cerca de 78% da dívida da CEMIG GT contam com garantia corporativa da empresa holding CEMIG e cerca de 18% da dívida são garantidos por recebíveis da empresa e das subsidiárias.

Restrições impostas à CEMIG GT

Em alguns contratos financeiros firmados com o Banco ItaúBBA, BNP Paribás, ABN (Santander) e Credit Suisse First Boston, há covenants financeiros que restringem o endividamento da empresa, conforme demonstrado a seguir:

<i>BNP Paribás</i>	<i>Covenants</i>	<i>Limites</i>
	<i>EBITDA / JUROS</i>	<i>>= 2,8</i>
	<i>DÍVIDA FINANCEIRA / (PATRIMÔNIO LÍQ. + DIV.</i>	<i><= 53%</i>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	<i>FINANCEIRA)</i>	
	<i>DÍVIDA FINANCEIRA / EBITDA</i>	<i><= 3,36</i>
<i>ITAÚ BBA</i>	<i>Covenants</i>	<i>Limites</i>
	<i>EBITDA/DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS</i>	<i>>= 2,8</i>
	<i>DÍVIDA/(PATRIMÔNIO LÍQ.+DIVIDA)</i>	<i><= 53%</i>
	<i>DÍVIDA / EBITDA</i>	<i><= 3,36</i>
	<i>DÍVIDA CURTO PRAZO/EBITDA</i>	<i><= 90%</i>
	<i>INVESTIMENTO / EBITDA</i>	<i><= 60%</i>
<i>CREDIT SUISSE FIRST BOSTON</i>	<i>Covenants</i>	<i>Limites</i>
	<i>EBITDA / RESULTADO FINANCEIRO (negativo)</i>	<i>>= 2,0</i>
	<i>DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA</i>	<i><=3,25</i>

A CEMIG GT obteve do Itaú BBA dispensa para o cumprimento dos covenants financeiros até dezembro de 2010, conforme correspondência datada de 11 de setembro de 2009, e do BNP Paribás obteve dispensa para o cumprimento dos covenants financeiros até março de 2010, conforme correspondência datada de 8 de setembro de 2009.

Há nos contratos financeiros da CEMIG GT cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso a empresa esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que comprometam o desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

A emissão de títulos e valores mobiliários pela CEMIG GT requer a autorização prévia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, bem como dos agentes repassadores de seus financiamentos.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Não existem limites de utilização de financiamentos já contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As principais variações que ocorreram nas Demonstrações Financeiras da Companhia em 2009 são como segue:

- Aumento de 180,73% no passivo circulante, de R\$1.791 milhões em 2008 para R\$5.028 milhões em 2009, em função da captação de R\$2.700 milhões em 2009, conforme maiores detalhes nos tópicos seguintes desta seção do relatório:*
- Aumento de 141,68% no ativo circulante, de R\$1.648 milhões em 2008 para R\$3.983 milhões em 2009, em função basicamente de um maior saldo de caixa decorrente das atividades operações e também da captação de recursos mencionada acima.*
- Aumento na rubrica de intangível, de R\$25 milhões em 2008 para R\$844 milhões em 2009, em função basicamente do ágio apurado nas aquisições ocorridas no exercício atual, conforme maiores detalhes nos tópicos seguintes desta seção do relatório.*

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor:

A Cemig GT teve em 2009 de extraordinárias realizações. Ampliamos significativamente a nossa posição no setor de transmissão, com a aquisição de participações na TAESA - Transmissora Alterosa de Energia Elétrica e em três parques eólicos no Ceará, representando investimentos superiores a R\$1,2 bilhão. Esses investimentos consolidam a Cemig GT como uma das principais empresas no setor de geração e transmissão do Brasil e da América Latina.

É necessário destacar, em primeiro lugar, que essa expansão foi cuidadosamente planejada e constam do nosso Plano Diretor, sempre como o foco na orientação de crescer com sustentabilidade, ou seja, fazer uma expansão com rentabilidade, mantendo a solidez de nosso balanço e ampliando a nossa posição no cenário de energia elétrica do Brasil e com a firme posição de agregar valor para os nossos acionistas.

Em segundo lugar, cabe destacar que esse feito foi conseguido com êxito, em que pese o cenário caótico de crise que abalou as economias mundiais e do Brasil no primeiro semestre de 2009. Cientes de que o momento era de oportunidade, a Cemig GT agiu com ousadia, mas sem perder, em nenhum momento, a responsabilidade de fazer negócios com a perspectiva de retorno seguro para a companhia e seus acionistas.

Nesse contexto de insegurança nossas operações foram afetadas. Observamos, por exemplo, uma redução em nosso mercado de consumidores livres. Conseguimos compensar a redução das operações de nossos consumidores industriais, através do aumento na venda para Distribuidoras no mercado regulado, em contratos de curto prazo e a preços mais vantajosos. Em função da nossa estratégia, o nosso faturamento cresceu mais de 16%.

Todos os contratos de nossa Companhia têm cláusulas de “take or pay” que asseguram a estabilidade de sua receita, mas nossas ações comerciais levaram à realocação da energia contratada e não utilizada pelos nossos clientes livres, trazendo mais resultados para a Companhia e reforçando nossa vocação para suprir soluções em energia.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Esses resultados demonstram o sucesso da nossa atividade de comercialização e fazem da Companhia a maior fornecedora de energia para o mercado de consumidores livres do Brasil.

Outro ponto a ser ressaltado é o nosso esforço na busca de redução dos custos operacionais. Continuamos com o Programa de Eficiência Operacional e com a implementação de iniciativas que contribuirão para melhorar nossas margens de rentabilidade nos próximos anos e para ampliar a geração de valor para os acionistas.

Entre as principais medidas adotadas, destacamos os programas de demissão incentivada, implementados em 2008 e 2009 e que contaram com a adesão de mais de 350 empregados. Essa diminuição no quadro de empregados terá um efeito positivo e permanente nas despesas e nos resultados da Companhia já a partir de 2010.

Em função dessas medidas, conseguimos superar a crise internacional e encerramos o ano com um lucro de 1.309 milhões, um significativo aumento de 32,7% em relação a 2008. Da mesma forma, a geração de caixa foi de R\$ 2,4 bilhões, medida pelo Lajida, e apresentou uma variação positiva de 24,8% em relação a 2008.

Tais resultados evidenciam que, em um cenário macroeconômico de menores incertezas, a Companhia está preparada para crescer de forma sustentável, mantendo o compromisso previsto no seu planejamento de ser uma das empresas consolidadoras do setor elétrico nacional.

A participação da Cemig GT nos leilões do ambiente de contratação regulada teve como grande destaque a venda efetuada no 9º Leilão de Ajuste, ocorrido em fevereiro de 2009. Esta modalidade de certame tem por objetivo complementar a disponibilidade de energia necessária ao atendimento do mercado consumidor das concessionárias de distribuição até o limite de 1% deste requisito. Excepcionalmente, para o ano de 2009, a ANEEL estabeleceu o limite de 5% da carga total contratada pelos agentes de distribuição.

A estratégia adotada de renegociação de contratos de seus clientes livres, aceitando devoluções de energia face à redução de consumo provocado pela retração econômica, possibilitou à Cemig GT uma maior disponibilidade para atuar no leilão, constituindo-se no maior vendedor considerando tanto a receita quanto o volume comercializado e com impactos positivos relevantes no resultado de 2009 da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A Cemig Geração e Transmissão S.A. promoveu no ano de 2009 um total 48 leilões, entre compras e vendas de energia, comercializando um volume de 19.044 GWh e participou de um total de 37 leilões de compra e venda de terceiros, comercializando um volume de 335.360 GWh. Desta maneira a Companhia comercializou um volume total de 354.404 GWh.

	2009	2008	2007	Var % 2009/2008	Var % 2008/2007
<i>Fornecimento bruto de energia elétrica</i>	3.562	3.154	2.782	12,94	13,37
<i>Consumidores finais</i>	1.765	1.934	1.663	(8,74)	16,30
<i>Suprimento a outras concessionárias</i>	1.660	1.084	1.047	53,14	3,53
<i>Transações com energia na CCEE</i>	133	136	72	(2,21)	88,89
<i>Vendas no Proinfa</i>	4	-	-	-	-
<i>Receita de uso da rede</i>	852	617	550	38,09	12,18
<i>Outras</i>	25	30	41	(16,67)	(26,83)
<i>Total</i>	4.439	3.801	3.373	16,79	12,69

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.562 milhões em 2009, comparados a R\$3.154 milhões em 2008, representando um aumento de 12,94%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 30,71% na quantidade de energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais em função de contratos dos leilões de ajuste de energia elétrica e de energia nova, com tarifa média de R\$125,00 a R\$145,77. Dessa forma a receita com energia vendida foi de R\$1.660 milhões em 2009 comparados a R\$1.084 milhões em 2008, um aumento de 53,14%.

Em contrapartida, ocorreu uma redução de 16,05% no volume de energia vendida para os consumidores livres, 16.423 GWh em 2009 comparado a 19.562 GWh em 2008, efeitos da crise internacional sobre a demanda de energia em 2009. A venda de energia foi de R\$1.765 milhões em 2009 comparados a R\$1.934 milhões em 2008, uma redução de 8,74%. Parte dessa redução foi compensada em função do reajuste nesses contratos em relação ao ano anterior, na maior parte, indexados a variação do IGP-M.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A receita de uso da rede refere-se basicamente a utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da Cemig Geração e Transmissão pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos através de Resolução pela ANEEL.

A receita de uso da rede foi de R\$852 milhões em 2009 comparados a R\$617 milhões, um aumento de 38,09% em decorrência da receita extraordinária, no valor de R\$158 milhões, referente a revisão tarifária da atividade de transmissão da Companhia reconhecida em junho de 2009.

As deduções à receita operacional foram de R\$910 milhões no exercício de 2009 comparados a R\$863 milhões no exercício de 2008, um aumento de 5,45%, em decorrência do acréscimo da receita tributável. Os tributos sobre receita teve um aumento de 6,56% em 2009 comparados a 2008 e os encargos do consumidor um aumento de 1,34% comparados os mesmos períodos.

As principais variações nas despesas em 2009 que impactaram o resultado operacional estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda no exercício de 2009 foi de R\$149 milhões comparados a R\$13 milhões no exercício de 2008, um aumento de 1.046,15%. Esta variação decorre de uma maior compra de energia em 2009 relacionada à atividade de comercialização.

Pessoal

A despesa com pessoal no exercício de 2009 foi de R\$309 milhões, comparados a R\$260 milhões no exercício de 2008, um aumento de 18,85%. Este resultado decorre principalmente dos reajustes salariais de 4,88% e 7,26% concedidos aos empregados em novembro de 2008 e 2009, respectivamente e provisão referente ao Programa Prêmio de Desligamento – PPD, no montante de R\$41 milhões em 2009, parcialmente compensados pela redução de 5,77% no número de empregados em 2009. Em 2008 a Cemig Geração e Transmissão possuía 2.166 empregados, reduzindo para 2.041 em 2009.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros no exercício de 2009 foi de R\$151 milhões, comparados a R\$114 milhões no exercício de 2008, um aumento de 32,46%, com as principais variações nos gastos com meio ambiente, consultoria referente á contratação de serviços relacionados à análise de aquisição de novos empreendimentos e gastos com serviços advocatícios pelo êxito no processo do Imposto Territorial Rural sobre áreas alagadas.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego no exercício de 2009 foi de R\$29 milhões, comparados a R\$48 milhões no exercício de 2008, representando uma redução de 39,58%. Esta despesa representa basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da Cemig Geração e Transmissão, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A redução dessa despesa em 2009 decorre basicamente do ajuste nas premissas atuariais em dezembro de 2008 que implicaram em uma redução nas obrigações líquidas da Companhia.

Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia

Esta despesa foi de R\$4 milhões no exercício de 2009, comparados a R\$70 milhões no exercício de 2008, representando uma redução de 94,29%. A redução decorre do fato de que em 2008 houve compra de combustível para a Usina de Igarapé, que entrou em operação em função do baixo nível de água nos reservatórios e para atendimento de demanda de energia para a Argentina.

As variações referentes a 2008 comparados a 2007 foram conforme segue:

Leilões de Energia Elétrica

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Durante o exercício de 2008, a Cemig GT participou de diversos leilões no ambiente regulado e livre.

No Ambiente de Contratação Livre - ACL, a Cemig GT vendeu aproximadamente 115.770 GWh a clientes livres e comercializadoras, e em contrapartida adquiriu 161.180 GWh em leilões, promovidos pela própria Cemig GT ou por terceiros.

Contratos com grandes consumidores - Fornecimento de energia elétrica ao Grupo Votorantim

A Cemig GT assinou contrato para fornecimento de energia elétrica ao Grupo Votorantim, para fornecimento de energia para instalações do grupo localizadas nas regiões Sudeste e Centro Oeste do País, o maior contrato já realizado no setor elétrico brasileiro. O contrato foi de R\$ 10,5 bilhões, com prazo de duração até 2028.

A negociação garante o fornecimento de energia atual e futuro ao Grupo Votorantim, possibilitando a expansão de seus negócios em Minas Gerais e no Brasil e se insere na estratégia da Cemig GT de tornar viável o crescimento industrial de seus clientes.

Revisão da Receita da Transmissão

Em 27 de junho de 2008, data do reajuste anual das receitas permitidas das concessionárias de transmissão, a ANEEL publicou os valores das receitas permitidas reajustados, com vigência a partir de 1º de julho de 2008 para a Cemig GT.

A receita anual total da Transmissora sofreu um reajuste de 11,80%, resultante da aplicação do IGP-M acumulado nos 12 meses anteriores e da entrada em operação comercial de novas obras.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.154 milhões em 2008, comparados a R\$2.782 milhões em 2007, representando um aumento de 13,37%. Este resultado decorre principalmente do aumento de 7,11% na quantidade de energia fornecida a consumidores industriais (19.561.574 MWh em 2008 comparados a 18.262.805 MWh em 2007) em função do bom desempenho da atividade industrial até o 3º trim/08 e das ações estratégicas de comercialização adotadas pela Companhia. Além disso, o aumento do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD nos primeiros meses do ano de 2008, utilizado para valorar a compra e venda de energia no Mercado de Curto Prazo, levou alguns consumidores a fazerem uso de flexibilidades contratuais, ampliando as compras de energia.

A receita com energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais foi de R\$1.084 milhões em 2008 comparados a R\$1.047 milhões em 2007, um aumento de 3,53%. Apesar da redução de 10,84% no volume de energia vendida, a tarifa média subiu de R\$77,24 para R\$89,72, uma variação de 16,16%.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se basicamente a utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da Cemig Geração e Transmissão pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos através de Resolução pela ANEEL e apresentou um aumento de 12,18% no exercício de 2008 comparado ao exercício de 2007 (R\$617 milhões em 2008 e R\$550 milhões em 2007). Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- *reajuste de 11,80% da receita permitida do segmento de transmissão, em julho de 2008, resultante do reajuste da receita anual através da aplicação do IGP-M acumulado nos 12 meses anteriores;*
- *entrada em operação de expansões da rede, com a consequente adição de receita pelo Órgão Regulador.*
- *contabilização, em junho de 2007, da redução na receita de uso da rede, no montante de R\$31 milhões, em função de revisão nos valores das receitas anuais permitidas vinculadas às novas instalações de transmissão integrantes da rede básica do sistema elétrico interligado e das demais instalações de transmissão para as concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica, em atendimento a determinações da ANEEL;*

Deduções à receita operacional

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As deduções à receita operacional foram de R\$853 milhões no exercício de 2008 comparados a R\$708 milhões no exercício de 2007, um aumento de 20,48%. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A CCC refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás. A despesa em 2008 foi de R\$34 milhões em comparação a R\$42 milhões em 2007, uma redução de 19,05%.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R\$37 milhões no exercício de 2008 comparados a R\$33 milhões no exercício de 2007, um aumento de 12,12%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Reserva Global de Reversão - RGR

A dedução à receita referente à RGR foi de R\$85 milhões no exercício de 2008 comparados a R\$72 milhões no exercício de 2007. Este é um encargo não gerenciável e o aumento deve-se a maior receita, base de cálculo do referido encargo, em 2008.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal no exercício de 2008 foi de R\$260 milhões, comparados a R\$228 milhões em 2007, representando um aumento de 14,04%. Este resultado decorre principalmente dos seguintes fatores:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- reajustes salariais de 5,00% e 7,26% concedidos aos empregados em novembro de 2007 e 2008, respectivamente;
- despesa com verbas rescisórias, em 2008, no montante de R\$14 milhões, decorrentes do Programa Prêmio de Desligamento – PPD;
- menor transferência de custos de pessoal para as obras em andamento (R\$13 milhões em 2008 e R\$23 milhões em 2007), tendo em vista o menor programa de investimentos em 2008.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R\$48 milhões em 2008, comparados a R\$23 milhões em 2007, representando um aumento de 108,70%. Esta despesa representa basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da Cemig Geração e Transmissão, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. O aumento da despesa com obrigações pós-emprego decorre de ajuste nas premissas atuariais em 2008, com a redução das taxas de juros utilizadas para o desconto a valor presente das obrigações atuariais.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

A despesa com Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão refere-se aos encargos devidos pelos agentes de geração de energia elétrica pela utilização das instalações componentes da rede básica. O aumento de R\$15 milhões na despesa em 2008 deve-se principalmente à entrada em operação da Usina de Irapé e ao reajuste médio de 3,5% na tarifa de transmissão -TUST em 2007 (efeito integral em 2008) e ao reajuste médio de 11,5% na TUST em junho de 2008.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A energia elétrica comprada foi de R\$13 milhões em 2008, comparados a R\$75 milhões em 2007, representando uma redução de 82,67%. A redução nessa despesa decorre de menor quantidade de energia de curto prazo adquirida no ano.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços (Opcional)

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor (Opcional)

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a . introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Cemig Geração e Transmissão participa acionariamente de outras sociedades ou consórcios em diversas áreas de atuação. Com vistas a concentrar investimentos em empreendimentos alinhados a seu core business e a seu referencial estratégico, a Companhia vem reavaliando sua carteira de ativos em participações.

A Cemig Geração e Transmissão S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da CEMIG. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores.

A Cemig Geração e Transmissão tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial;

(iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

Em 2009, a Cemig Geração e Transmissão adquiriu 49% da participação societária em três parques eólicos de propriedade da Energimp S.A. localizados no Ceará, com potência total de quase 100 MW e investimento de R\$ 223 milhões.

Com a concretização do negócio, a Cemig GT passa a ter participação de 49% nas seguintes empresas: Central Eólica Praias de Parajuru (28,8 MW), no município de Beberibe (a 110 km de Fortaleza), Central Eólica Praia do Morgado (28,8 MW) e Central

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Eólica Volta do Rio (42,0 MW), ambas no município de Acaraú (a cerca de 250 km de Fortaleza), totalizando 99,6 MW de potência instalada.

Em 23 de abril de 2009, a Companhia adquiriu 65,85% de participação acionária da Terna Participações S.A (“TERNA”), holding que atua no segmento de transmissão de energia, pertencente à Terna S.p.A, com presença em 11 Estados por R\$2,15 bilhões. A holding controla um total de seis empresas que, juntas, contam com mais de 3,71 mil quilômetros (informação não auditada pelos auditores independentes) de linhas de transmissão. A operação estava sujeita à condições suspensivas, inclusive aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O Conselho de Administração da CEMIG aprovou, em 05 de agosto de 2009, como alternativa à aquisição da totalidade das ações da TERNA detidas pela Terna Rete Elettrica Nazionale S.p.A (“TERNA S.p.A”), conforme facultado pelo Contrato celebrado entre a Cemig Geração e Transmissão e a TERNA S.p.A, a possibilidade de redução da participação final da Cemig Geração e Transmissão na referida aquisição para até 50% menos 1 (uma) ação ordinária e, quanto às ações preferenciais, até o percentual realizado pela Oferta Pública de Compra de Ações – OPA dos acionistas não controladores daquela Companhia, mediante parceria constituída com o Fundo de Investimento em Participações – FIP COLISEU.

O Conselho de Administração autorizou a cessão do contrato de Compra e Venda de Ações de aquisição da TERNA à Transmissora Atlântico de Energia Elétrica (“Atlântico”). O Conselho estabeleceu que a Cemig Geração e Transmissão mantivesse sua participação acionária na TAESA correspondente a 49% das ações ordinárias emitidas por aquela SPE, em associação com o FIP Coliseu, detentor dos 51% restante das ações ordinárias.

A Companhia anunciou, em 19 de outubro de 2009, o Encerramento de Distribuição Pública de Quotas da Primeira Emissão do Fundo de Investimento em Participações Coliseu – FIP Coliseu, estruturado pelo Banco Modal S.A., totalizando o valor de R\$1,33 bilhões. O montante foi suficiente para que este fundo adquirisse 51% das ações ordinárias TERNA.

Em 30 de outubro de 2009, a Cemig Geração e Transmissão e o FIP Coliseu efetuaram aporte de capital na Atlântico.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Em 03 de novembro de 2009 ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de ações celebrado com a TERNA S.p.A. com o pagamento e a transferência das ações de titularidade da TERNA para a Atlântico, na qual a Companhia detinha a participação de 49% do capital social. A operação envolveu a compra de 173.527.113 ações ordinárias representando aproximadamente 65,85% do capital total da TERNA.

A Cemig Geração e Transmissão possui 48 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 4 eólicas e 1 termelétrica e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão.

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas:

- *Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da usina hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais, e com capacidade instalada de 27 MW (informação não auditada pelos auditores independentes). A usina iniciou operações em 2009.*

- *Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Beberibe no Estado do Ceará e com capacidade instalada de 28,8 MW (informação não auditada pelos auditores independentes). A usina iniciou operações em agosto de 2009.*

- *Baguari Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 69,39%) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), 140 MW de potência instalada (informação não auditada pelos auditores independentes), localizada no rio Doce em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. A usina iniciou operações em setembro de 2009 (1ª unidade), em novembro de 2009 (2ª unidade), em março de 2010 (3ª unidade) e tem previsão para abril de 2010 (4ª unidade).*

- *Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) (anteriormente denominada Terna Participações S.A.) (controlada em conjunto – participação de 32,27%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 11 estados do país através das seguintes sociedades por ela controladas ou das quais participa: TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A.; Novatrans Energia S.A.; ETEO – Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A.; ETAU – Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.; Brasnorte Transmissora de Energia S.A. e Terna Serviços Ltda., que juntas possuem mais de 3.712 km (informação não auditada pelos*

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

auditores independentes) de linhas de transmissão de alta voltagem (de 230 a 500 Kv), integrantes da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

• *Transmissora Alterosa de Energia S.A. (“Alterosa”) (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Participação no capital de outras sociedades ligadas ao setor elétrico.*

Controladas em fase pré-operacional:

• *Guanhães Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das pequenas centrais hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães, e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis, todas no Estado de Minas Gerais. As usinas têm previsão de início de operação em agosto de 2011, e totalizarão uma capacidade instalada de 44 MW (informação não auditada pelos auditores independentes).*

• *Cemig Baguari Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos.*

• *Madeira Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 10,00%) – Implementação, construção, operação e exploração da usina hidrelétrica de Santo Antônio através da seguinte sociedade por ela controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, com potência de 3.150 MW (informação não auditada pelos auditores independentes) e previsão de início de operação comercial em 2012.*

• *Hidrelétrica Pipoca S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, com 20 MW de potência instalada (informação não auditada pelos auditores independentes), localizada no rio Manhuaçu, Municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em abril de 2010.*

• *Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”) (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. Previsão de entrada em operação em junho de 2010.*

• *Central Eólica Volta do Rio S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Aracajú no Estado do Ceará e com capacidade instalada de 42 MW (informação não auditada pelos auditores independentes). Previsão de entrada em operação em março de 2010.*

• *Central Eólica Praias do Morgado S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica*

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

localizada no município de Aracajú no Estado do Ceará e com capacidade instalada de 28,8 MW (informação não auditada pelos auditores independentes). Previsão de entrada em operação em março de 2010.

Em 2008 as novas aquisições foram como segue:

Aquisição de Participação em Empresas Transmissoras

• A Brookfield exerceu, em 24 de setembro de 2008, opção de venda para a CEMIG e Alupar Investimento S.A. na proporção de 95% e 5%, respectivamente, de suas ações representativas de 24,99% do capital votante da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE, 24,99% do capital votante da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP, 18,35% do capital votante da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE, 18,35% do capital votante da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE e 7,49% do capital votante da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE. O valor pago pela companhia referente a 95% das ações de propriedade da Brookfield foi de R\$480 milhões.

Constituição dos Consórcios UHE Itaocara, PCH Paracambi e PCH Lajes

• Em 03 de julho de 2008, o Conselho de Administração autorizou a participação da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 49% do capital social dos empreendimentos UHE Itaocara, PCH Paracambi e PCH Lajes em parceria com a Light, bem como a celebração dos seguintes contratos de constituição entre a Cemig GT e subsidiárias da Light, conforme a seguir: Consórcio UHE Itaocara, em parceria com a Itaocara Energia Ltda., Consórcio PCH Paracambi, em parceria com a Lightger Ltda., e Consórcio PCH Lajes, em parceria com a Light Energia S.A., todos tendo como objeto a análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração dos projetos e a implantação, operação, manutenção e exploração comercial dos respectivos empreendimentos.

c. eventos ou operações não usuais:

Não houve.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

i. mudanças significativas nas práticas contábeis:

A Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, no capítulo relativo à divulgação e preparação de Demonstrações Contábeis, que vieram a modificar, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos.

Essas mudanças de práticas contábeis estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008 e tiveram como objetivo aumentar a transparência das Demonstrações Contábeis das companhias brasileiras e a eliminação de algumas barreiras regulatórias que dificultavam o processo de convergência dessas Demonstrações às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS.

As modificações introduzidas pela referida legislação se caracterizam como mudança de prática contábil, e todos os ajustes com impacto nos resultados anteriores aos exercícios apresentados foram efetuados contra a rubrica de Lucros acumulados em 2008.

Pronunciamentos e Interpretações Técnicas emitidos pelo CPC e Deliberados pela CVM em 2009

Com intuito de criar novas normas contábeis, que fazem parte da agenda conjunta da CVM e do CPC, em continuidade ao processo de harmonização das normas contábeis brasileiras aos IFRS iniciado em 2008, o CPC emitiu diversos pronunciamentos no exercício de 2009, com aplicação obrigatória para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativas a 2009 para fins de comparabilidade, aprovados também pela CVM, alterando determinadas práticas contábeis atualmente adotadas pela Companhia.

Considerando a extensão da complexidade das alterações requeridas pelos novos pronunciamentos, a Companhia está avaliando os seus reflexos nas suas demonstrações contábeis, ao tempo em que participa das discussões e debates no mercado, em especial nos órgãos e associações da classe contábil e junto aos reguladores, que possivelmente se manifestarão sobre aspectos específicos para aplicação no setor elétrico.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Até que haja um maior entendimento sobre a aplicação prática dos pronunciamentos, não é possível avaliar e quantificar com razoável segurança os eventuais efeitos nas demonstrações contábeis.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do próximo exercício serão elaboradas conforme CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, conforme Instrução CVM 457 de 15 de julho de 2007.

j. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Considerando a extensão da complexidade das alterações requeridas pelos novos pronunciamentos, a Companhia está avaliando os seus reflexos nas suas demonstrações contábeis, ao tempo em que participa das discussões e debates no mercado, em especial nos órgãos e associações da classe contábil e junto aos reguladores, que possivelmente se manifestarão sobre aspectos específicos para aplicação no setor elétrico.

Até que haja um maior entendimento sobre a aplicação prática dos pronunciamentos, não é possível avaliar e quantificar com razoável segurança os eventuais efeitos nas demonstrações contábeis.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do próximo exercício serão elaboradas conforme CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, conforme Instrução CVM 457 de 15 de julho de 2007.

k. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Nenhuma ressalva constou no parecer dos auditores independentes. Apenas as ênfases abaixo:

1. *Conforme descrito nas notas explicativas nos 7, 15 e 20, a Cemig Geração e Transmissão S.A. possui registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente denominada como "MAE"). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de dezembro de 2009, os quais podem ser*

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

2. Em 31 de dezembro de 2009 a controlada indireta em conjunto Brasnorte Transmissora de Energia S.A. iniciou suas operações mediante obtenção do termo de liberação provisória para operação de 27 de novembro de 2009. Adicionalmente, a controlada indireta em conjunto Taesa Serviços Ltda. apresenta prejuízos acumulados. A recuperação dos valores registrados no investimento da Companhia e no ativo imobilizado consolidado, referente às tais controladas, no montante de R\$103,1 milhões e R\$91,1 milhões, respectivamente, depende do sucesso de suas operações futuras, sendo estas controladas dependentes do suporte financeiro dos acionistas e/ou terceiros até que as operações se tornem rentáveis. Consequentemente, o efeito proporcional na Companhia é de R\$33,3 milhões e R\$29,4 milhões, respectivamente.

3. A controlada em conjunto Madeira Energia S.A. - MESA e sua controlada incorreram em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas das operações. A realização do ativo imobilizado consolidado constituído pelos referidos gastos, que em 31 de dezembro de 2009 totalizavam R\$2.918,1 milhões e a reversão do passivo a descoberto no montante de R\$100,2 milhões, dar-se-á a partir do início das operações, previsto para o segundo semestre de 2011. Consequentemente, o efeito proporcional na Companhia é de R\$291,8 milhões e R\$10,0 milhões, respectivamente.

Em 2008, nenhuma ressalva constou no parecer dos auditores independentes. Apenas as ênfases abaixo:

1- Conforme mencionado na nota explicativa no 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as demonstrações contábeis referentes ao exercício anterior estão sendo apresentadas, para fins de comparação, nas mesmas bases adotadas para o exercício de 2008, conforme previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, aprovada pela Deliberação CVM no 506/06. Adicionalmente, de acordo com a Lei nº. 11.638/07 a demonstração de origens e aplicações de recursos, apresentada nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2007, foi substituída pela demonstração de fluxos de caixa.

2- Conforme descrito nas notas explicativas nos 7, 12 e 17, a Cemig Geração e Transmissão S.A. possui registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente denominada como "MAE"). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de dezembro de 2008, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Diretoria Executiva, incluindo o Diretor Presidente e o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações, é responsável por estabelecer e manter um sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

Os controles internos para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis incluem procedimentos que foram implementados para prover, com razoável certeza: (i) a confiabilidade dos registros das informações contábeis e financeiras; (ii) a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (iii) o processamento de pagamentos e recebimentos de acordo com autorizações da administração; e (iv) a detecção tempestiva de aquisições inapropriadas e da alienação ou destinação de ativos materiais. Enfatizamos que, devido às limitações inerentes aos controles internos, existe a possibilidade que tais controles não previnam ou detectem todas as deficiências. Adicionalmente, projeções relativas à avaliação de efetividade dos controles internos estão sujeitas ao risco de que os controles deixem de funcionar devido a mudanças nas condições em que operam ou deixem de estar em conformidade com políticas e procedimentos.

A administração avaliou a efetividade dos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis em 31 de dezembro de 2009, com base nos critérios estabelecidos no documento Integrated Internal Control Framework, emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission, ou COSO, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2009, o sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis é efetivo.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não foram reportadas deficiências relevantes de controle internos que possam comprometer a confiabilidade das demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos*
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos*
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*
- iv. contratos de construção não terminada*
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016 em diante</u>	<u>Total</u>
Empréstimos e Financiamentos	3.565.214	722.818	887.720	634.913	391.516	94.347	522.766	6.819.294
Dívida com Plano de Pensão-FORLUZ	18.895	16.125	15.134	9.752	10.337	10.958	124.064	205.265
CTSUL Termoelétrica I	-	-	-	-	-	-	46.796.091	46.796.091
CTSUL Termoelétrica II	-	-	-	-	-	-	3.534.956	3.534.956
Copel	-	-	-	415.399	351.869	367.744	785.416	1.920.428
UHE Santo Antônio	-	-	320.657	968.467	1.362.205	1.094.039	16.169.034	19.914.402
Compra de Energia - demais	<u>313.879</u>	<u>530.874</u>	<u>474.453</u>	<u>94.179</u>	<u>93.658</u>	<u>99.715</u>	<u>769.813</u>	<u>2.376.571</u>
Total	<u>3.897.988</u>	<u>1.269.817</u>	<u>1.697.964</u>	<u>2.122.710</u>	<u>2.209.585</u>	<u>1.666.803</u>	<u>68.702.140</u>	<u>81.567.007</u>

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não houve.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b) natureza e o propósito da operação

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.8, ainda não registrados nas Demonstrações Financeiras, que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia.

No caso das despesas futuras com compra de energia, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda dessa energia, quando será apurada uma margem de lucro operacional em função dessas operações.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a. objeto da projeção

Demonstrar as expectativas da potencial geração de caixa medida pelo indicador LAJIDA - Lucro antes dos juros, taxas, depreciação e amortização (ou EBITDA – Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization).

Apresentação ao mercado das perspectivas de LAJIDA (Guidance) garantindo o acesso democrático aos dados e informações a todos os investidores e analistas.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

As projeções de LAJIDA apresentadas ao mercado referem-se aos primeiros 2 (dois) anos.

O prazo de validade é de 1 (um) ano ou até a data de uma revisão do Guidance justificada por fatos que afetem de forma relevante os resultados (indicadores de desempenho) projetados.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

As projeções do Guidance são baseadas em premissas associadas a um cenário conservador, refletindo uma expectativa de crescimento vegetativo.

Algumas declarações contidas nesta apresentação são “projeções” contidas no conceito da Lei de Valores Mobiliários Americanos e estão sujeitas a riscos e incertezas. “Projeções” são previsões que podem diferir dos números definitivos e não estão sobre nosso controle. Para uma discussão dos riscos e incertezas, favor recorrer ao nosso formulário 20F, e, em particular, ao item 3 onde estão contidas “Informações Básicas – Fatores de Risco” e nos itens 4 e 5 deste formulário. Todos os valores estão coerentes com o BRGAAP.

Principais Premissas

- *Planejamento das empresas existentes, sem novas aquisições ou participações em leilões.*
- *As projeções não ainda não refletem os novos procedimentos contábeis correspondentes à norma internacional IFRS, incluindo o ICPC-01 (Concessões).*
- *O cenário macroeconômico e os indicadores financeiros elaborados pela consultoria especializada “MCM Consultores”, focando especialmente os desempenhos das economias nacional, mineira e internacional e as projeções de indicadores de evolução da inflação (IGP-M, INPC, IPCA), taxa de juros (Selic), variação do PIB, TJLP e cotação do dólar.*
- *Volume de vendas de energia aos mercados de consumidores livres.*
- *Expectativa de preços de venda futuros para contratos firmados com consumidores livres.*
- *Estratégias de comercialização.*
- *Evolução da receita de Transmissão.*

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

- *Evolução dos valores dos custos não gerenciáveis (compra de energia, custos de transporte e encargos setoriais).*
- *Comportamento dos custos gerenciáveis de PMSO (Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outras despesas de natureza operacional), considerando os parâmetros de empresas de referência regulatória (negócio Transmissão) e melhores práticas de mercado (negócio Geração).*
- *Impactos de implantação de iniciativas de eficiência operacional na evolução dos custos gerenciáveis (PMSO).*
- *Programa de Investimentos (os investimentos considerados nas projeções incluem apenas o crescimento vegetativo e a reposição de ativos).*
- *Resultados projetados para as demais empresas da Corporação (Participações) ligadas à Cemig Geração e Transmissão.*

Todas as premissas acima discriminadas, excetuando-se PMSO e investimentos, estão sujeitas a mudanças que escapam ao controle da Administração. Especificamente, a definição dos custos gerenciáveis (PMSO) e do montante de investimentos sofrem interferência da gestão da Corporação objetivando a sua otimização e adequação dos impactos às metas propostas para os resultados

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão¹

ANÁLISE DE RESULTADOS DO GUIDANCE CEMIG GT

INDICADOR : LAJIDA (EBITDA)

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissasGUIDANCE
2007

ORIGINAL	REALIZADO						
LAJIDA	2007		2008		2007		
(R\$ Milhões Correntes)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig GT	1.542	1.611	1.636	1.724	1.671	8,4%	3,7%

GUIDANCE
2008

ORIGINAL	REALIZADO						
LAJIDA	2008		2009		2008		
(R\$ Milhões Correntes)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig GT	1.745	1.885	1.760	1.900	1.922	10,2%	2,0%

GUIDANCE
2009

ORIGINAL	REALIZADO						
LAJIDA	2009		2010		2009		
(R\$ Milhões Correntes)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig GT	2.267	2.501	2.143	2.313	2.362	4,2%	-5,5%

GUIDANCE
2010

ORIGINAL	REALIZADO						
LAJIDA	2010		2011		2010		
(R\$ Milhões Correntes)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig GT Consolidada	2.182	2.666	2.479	3.030			

Termo de Renúncia:

Algumas declarações constantes nesta apresentação são “projeções” contidas no conceito da Lei de Valores Mobiliários Americanos e estão sujeitas a riscos e incertezas. “Projeções” são previsões que podem diferir dos números definitivos e não estão sob nosso controle. Para uma discussão dos riscos e incertezas tal como eles se relacionam a nós, favor recorrer ao nosso formulário 20F de 2008 e, em particular, ao item 3 onde estão contidas “Informações Básicas – Fatores de Risco”.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

- A Corporação apresentou projeções de LAJIDA nos últimos três exercícios sociais e as premissas e resultados foram amplamente divulgadas ao mercado.
- Os valores divulgados no Guidance anual atualizam as projeções do exercício anterior (ou as do próprio ano corrente, no caso de revisões do Guidance anual).

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

A comparação dos dados projetados com o efetivo desempenho do indicador LAJIDA pode ser visualizada nas próprias tabelas detalhadas no item 11.1.d. O dado verificado refere-se ao primeiro ano do horizonte de projeções.

Fatores que explicam os desvios nas projeções

Guidance 2007

Os resultados verificados para a Cemig Geração e Transmissão apresentou resultados positivos superiores ao limite máximo esperado da faixa de LAJIDA.

Guidance 2008

Os principais fatores que impactaram os resultados de 2008 na Cemig GT são:

Aumento do mercado de consumidores industriais em função do bom desempenho da atividade industrial até o 3º trimestre de 2008;

Ações estratégicas de comercialização adotadas pela Companhia.

Guidance 2009

Os principais fatores que impactaram os resultados de 2009 são:

Dificuldades regulatórias

Redução da receita de transmissão - R\$ 40 MM

- Menor do que a da audiência pública.

Aumento do PMSO (Pessoal, Materiais, Serviços e Outros)

Programa de Desligamento Voluntário – PDV

Aquisição da Terna (100,0% para 61,4%) – R\$ 60 MM.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

O Guidance 2010-2014 foi divulgado no XV Encontro Anual CEMIG-APIMEC, realizado em Belo Horizonte, em 31 de maio de 2010. As projeções de LAJIDA permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência – FR.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

a. atribuições de cada órgão e comitê

- **Caberá ao Conselho de Administração, além de outras matérias que lhe comete a lei:**
- *fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;*
- *eleger e destituir os Diretores da Companhia, observado o Estatuto Social;*
- *deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e quaisquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum;*
- *deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);*
- *deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e a constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia que, individualmente ou em conjunto, apresentem valor igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), inclusive aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que participe;*
- *convocar a Assembléia Geral;*
- *fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;*
- *manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva da Companhia;*
- *escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, entre empresas de renome internacional autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a auditar companhias abertas;*
- *autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);*
- *autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);*
- *autorizar a emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos, na forma de debêntures, notas promissórias, "commercial papers" e outros;*
- *aprovar o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual, bem como suas alterações e revisões;*
- *anualmente, fixar as diretrizes e estabelecer os limites, inclusive financeiros, para os gastos com pessoal, inclusive concessão de benefícios e acordos coletivos de trabalho, ressalvada a competência da Assembleia Geral e observado o Orçamento Anual aprovado;*
- *autorizar o exercício do direito de preferência e os acordos de acionistas ou de voto em subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;*
- *aprovar as declarações de voto nas assembleias gerais e as orientações de voto nas reuniões dos conselhos de administração das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia, quando envolver participação no capital de outras sociedades ou consórcios, devendo as deliberações, em qualquer caso e não somente nas matérias relativas à participação no capital de outras sociedades ou consórcios, observar as disposições no Estatuto Social, o Plano Diretor e o Plano Plurianual e Estratégico;*

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- *aprovar a constituição de, e a participação no capital social em, quaisquer sociedades, empreendimentos ou consórcios;*
- *aprovar a instituição de comitês, na forma do seu Regimento Interno, devendo cada respectivo comitê, previamente à deliberação do Conselho de Administração, dar o seu parecer, não vinculante, (i) sobre as matérias cuja competência lhe for atribuída pelo Regimento Interno e (ii) com relação a qualquer matéria, desde que solicitado por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração. Caso o quociente de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração não seja um número inteiro, para fins de interpretação desta cláusula, será considerado o número inteiro inferior mais próximo do resultado fracionado; e,*
- *autorizar as provisões contábeis da Companhia, em valor igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), mediante proposta da Diretoria Executiva.*

O Conselho de Administração, mediante resoluções específicas, poderá delegar à Diretoria Executiva a competência para autorizar a celebração de contratos de comercialização de energia elétrica e de prestação de serviços de distribuição e transmissão, nos termos da legislação e do Estatuto Social.

Os limites financeiros para deliberação do Conselho de Administração serão corrigidos, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado-IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.

Anualmente, o Conselho de Administração fará a avaliação de seu desempenho, visando aprimorar suas funções, devendo a metodologia adotada ser previamente aprovada pelos Conselheiros e compor o processo geral de avaliação dos procedimentos e controles internos.

DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é permanente e suas atribuições são as fixadas na Lei de Sociedades por Ações.

Pelo menos um dos membros do Conselho Fiscal assistirá às reuniões do Conselho de Administração em que se deliberar sobre os assuntos em que deva opinar.

O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer de seus membros, poderá solicitar aos auditores independentes esclarecimentos ou informações necessários à apuração de fatos específicos.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

DOS COMITÊS

Os Comitês não têm função executiva e poder de decisão e são compostos por membros, efetivos e suplentes, do Conselho de Administração para assegurar objetividade, consistência e qualidade ao processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e, se necessário, pareceres ao Conselho.

Data da instalação dos comitês: 30-08-2006.

a) Comitê de Apoio ao Conselho – avaliar e recomendar, previamente às reuniões do Conselho de Administração, as eventuais correções nos conteúdos das pautas das reuniões, priorização dos assuntos da pauta, exame da documentação necessária para o entendimento dos Conselheiros, a quantidade, qualidade e conteúdo do material, a necessidade de apresentações/esclarecimentos, o detalhamento das matérias, as conformidades com o Estatuto Social e, outras medidas que se façam necessárias à objetividade das reuniões;

b) Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade – propor ao Conselho de Administração a estrutura e constituição de Comitês, a condução da avaliação periódica do Conselho de Administração, dos Comitês, do Presidente e do Secretário do Conselho, as ações de melhoria da dinâmica de funcionamento do Conselho de Administração, os critérios para avaliação e desenvolvimento da Governança Corporativa e da Sustentabilidade, as regras para o tratamento dos conflitos de interesse dos acionistas, entre si e com a Companhia, a revisão das responsabilidades dos Comitês, a reavaliação da sua estrutura e o perfil e as necessidades de novos membros, emitindo pareceres para o Conselho de Administração;

c) Comitê de Recursos Humanos – examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Gestão Empresarial, sobre assuntos referentes a recursos humanos, emitindo pareceres para o Conselho de Administração;

d) Comitê de Estratégia – examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações e a Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios, sobre as diretrizes para a formulação, pela Diretoria Executiva, do Plano Diretor, o acompanhamento do Planejamento Estratégico e do Orçamento Anual, os critérios para avaliação dos resultados da Companhia, a antecipação de tendências estratégicas no setor e no mercado para melhor posicionar a Empresa no seu ambiente competitivo, emitindo pareceres para o Conselho de Administração;

e) Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos – examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações, sobre os assuntos econômico-financeiros, tais como: empréstimos/refinanciamentos, gestão da dívida, análise de riscos financeiros, fluxo de caixa, resultado empresarial, covenants/BSC, execução orçamentária e política de dividendos e emissão de ações e debêntures; acompanhar a gestão de riscos da Companhia; identificar, avaliar, monitorar de forma contínua o risco e propor estratégias de gestão e mitigação de riscos; acompanhar o desempenho dos controles (SOX); acompanhar a evolução dos passivos da Companhia; acompanhar a aplicação do modelo integrado de análise de risco nos projetos da Companhia; propor critérios para identificação de riscos inerentes à atuação dos Conselheiros, bem como ações preventivas; emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Promover a

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

interação entre o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, referente aos assuntos da auditoria interna e externa;

f) Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas – examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios e a Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações, sobre o desenvolvimento de estudos para potenciais aquisições e/ou participações em novos negócios; avaliar e propor premissas para investimentos (TIR, pay back, custo de capital e outros indicadores de risco/retorno que se fizerem necessários); avaliar os pontos positivos e negativos de cada potencial negócio por meio de análises preliminares apresentadas pela Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios; opinar sobre a continuidade dos estudos para cada opção de aquisição e/ou participação analisada; opinar sobre potenciais aquisições e/ou participações em novos negócios, previamente analisadas pela Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios; analisar os pontos positivos e negativos de cada negócio potencial através de estudos detalhados desenvolvidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios; identificar potenciais problemas e abordagens a serem seguidas na negociação e aquisição de negócios; opinar sobre a aquisição e/ou participação em cada opção previamente analisada; opinar sobre matérias significativas referentes às subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia; opinar sobre potenciais alienações de participações societárias coordenadas pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações ouvidas as demais Diretorias; analisar a viabilidade econômico-financeira de cada potencial alienação através de estudos detalhados desenvolvidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios; identificar potenciais problemas e abordagens a serem seguidas na negociação e alienação de negócios; opinar sobre a alienação e/ou desinvestimento em cada opção previamente analisada; emitindo pareceres para o Conselho de Administração.

Cada Comitê deverá:

- ter autonomia no desempenho das suas atribuições, porém ciente da sua interdependência com os outros Comitês e subordinação ao Conselho de Administração;*
- buscar entendimento consensual entre os participantes quanto ao verdadeiro significado de cada uma das suas atribuições e de sua Razão de Ser;*
- ter clareza de entendimento do sentido e significado dos Comitês e suas relações com o Conselho de Administração;*
- atuar na defesa da Companhia, buscando sempre o seu desenvolvimento sustentável;*
- buscar as melhores fontes e referências nas matérias de sua especialidade;*
- informar ao Conselho de Administração os resultados de sua atuação;*
- adotar, como desafio e elemento básico, a criatividade, tornado-se consciente de que a inovação é um fato coletivo e decorre da competência em combinar diferenças de estilos, conhecimentos e habilidades;*
- estar consciente de que o sucesso do Conselho de Administração depende da qualidade da sua dinâmica como equipe, das informações nas quais baseia as decisões e no foco nas questões substantivas ou essenciais;*
- atuar permanentemente como apoio ao Conselho de Administração.*

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

As recomendações e orientações resultantes das atividades dos Comitês não são vinculantes para os membros do Conselho de Administração.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Compete à Diretoria Executiva a gestão corrente dos negócios da Companhia, obedecidos o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e o Orçamento Anual, elaborados e aprovados de acordo com o Estatuto Social.

Dependerão de deliberação da Diretoria Executiva as seguintes matérias:

- aprovar o plano de organização da Companhia, bem como a emissão e modificação das normas correspondentes;*
- examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o Plano Plurianual e Estratégico, bem como suas revisões, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos;*
- examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o Orçamento Anual, o qual deverá refletir o Plano Plurianual e Estratégico então vigente, assim como suas revisões;*
- deliberar sobre o remanejamento de investimentos ou despesas previstos no Orçamento Anual que, individualmente ou em conjunto, durante o mesmo exercício financeiro, apresentem valores inferiores a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), com a consequente readequação das metas aprovadas, respeitado o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;*
- aprovar a alienação ou constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valores inferiores a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);*
- autorizar os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia, com base no Orçamento Anual aprovado, que, individualmente ou em conjunto, apresentem valores inferiores a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), inclusive a realização de aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas, e nos consórcios de que participe, ressalvado o disposto na alínea "o" do inciso IV do artigo 17 do Estatuto Social;*
- aprovar, mediante proposta do Diretor-Presidente, elaborada, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas e o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações, as declarações de voto nas Assembleias Gerais das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios dos quais participe a Companhia, devendo as deliberações observarem as disposições do presente Estatuto, as deliberações do Conselho de Administração, o Plano Diretor e o Plano Plurianual e Estratégico;*

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- *autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais) e inferior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);*
- *autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor inferior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);*
- *autorizar as provisões contábeis da Companhia, em valor inferior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), mediante proposta do Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações;*
- *aprovar a designação de empregados para o exercício de cargos gerenciais da Companhia, mediante proposta do Diretor interessado, observado o disposto na alínea 'h' do inciso I do artigo 17 do Estatuto Social;*
- *autorizar os gastos com pessoal e os acordos coletivos de trabalho, observados a competência da Assembléia Geral, as diretrizes e os limites aprovados pelo Conselho de Administração e o Orçamento Anual aprovado;*
- *examinar e deliberar acerca da contratação de consultores externos, quando solicitado por qualquer Diretoria, observado o disposto no artigo 12, alínea "j", e artigo 16, § 4º, alínea "h" do Estatuto Social.*

A prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos será efetuada pelo Diretor-Presidente, conjuntamente com um Diretor, ou por mandatário devidamente constituído.

A outorga de procurações deverá ser realizada pelo Diretor- Presidente, conjuntamente com um Diretor, ressalvada a competência definida na alínea "c" do inciso I, do artigo 17 do Estatuto Social, para a qual será exigida apenas a assinatura do Diretor-Presidente.

Atribuição dos membros da diretoria

Do Diretor-Presidente:

- a) superintender e dirigir os trabalhos da Companhia;*
- b) coordenar a elaboração, a consolidação e a implementação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia, no caso das coligadas e controladas em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores da Companhia*
- c) representar a Companhia em juízo, ativa e passivamente;*
- d) assinar, juntamente com um dos Diretores, os documentos de responsabilidade da Companhia;*
- e) apresentar o relatório anual dos negócios da Companhia ao Conselho de Administração e à Assembléia Geral Ordinária;*

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- f) admitir e demitir pessoal da Companhia;*
- g) conduzir as atividades de auditoria interna, ouvidoria, secretaria geral e planejamento estratégico;*
- h) propor à Diretoria Executiva, para aprovação, em conjunto com o Diretor a que estiver vinculado o empregado, as indicações para os cargos gerenciais da Companhia;*
- i) propor as indicações para os cargos de Administração e Conselhos Fiscais das subsidiárias integrais, da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, ouvido o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações, e das controladas e coligadas da Companhia e dos consórcios de que a Companhia participe, ouvido o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.*

Do Diretor Vice-Presidente:

- a) substituir o Diretor-Presidente nos casos de ausência, licença, impedimentos temporários, renúncia ou vaga;*
- b) propor a melhoria das políticas e diretrizes de responsabilidade social e de sustentabilidade da Companhia;*
- c) definir as políticas e diretrizes de meio ambiente, de desenvolvimento tecnológico, de alternativas energéticas e de normalização técnica;*
- d) coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação ao meio ambiente, ao processo tecnológico e à gestão estratégica de tecnologia;*
- e) coordenar a implantação e a manutenção dos sistemas de qualidade da Companhia;*
- f) promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia;*
- g) monitorar a condução dos planos para o atendimento das diretrizes ambientais, tecnológicas e da melhoria da qualidade.*

Do Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações:

- a) prover os recursos financeiros necessários à operação e expansão da Companhia, conforme Orçamento Anual, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento, bem como os serviços correlatos;*
- b) coordenar a elaboração e a consolidação do Orçamento Anual da Companhia, no caso das coligadas e controladas em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores da Companhia*
- c) proceder à avaliação econômico-financeira dos projetos de investimento da Companhia, exceto aqueles de responsabilidade da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas;*
- d) acompanhar o desempenho econômico-financeiro dos projetos de investimento, conforme metas e resultados aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração;*
- e) contabilizar e controlar as operações econômico-financeiras da Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e demais controladas;*
- f) determinar o custo do serviço e estabelecer política de seguros, conforme delineado no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia;*
- g) detalhar a programação financeira de curto, médio e longo prazos, conforme previsto no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e no Orçamento Anual;*
- h) controlar o capital social da Companhia, bem como propor à Diretoria Executiva, para deliberação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto, a política de governança com o mercado e de dividendos da Companhia e suas subsidiárias integrais e controladas e sugerir o mesmo para as empresas coligadas;*
- i) coordenar a elaboração e a negociação das tarifas de fornecimento e de distribuição de energia elétrica junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel;*

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- j) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições;*
- k) representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais entidades do mercado de capitais;*
- l) promover a gestão financeira da Companhia e das suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que a Companhia participe, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto neste Estatuto;*
- m) realizar o controle dos resultados econômico-financeiros das participações da Companhia nas subsidiárias integrais, controladas e coligadas;*
- n) propor à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no presente Estatuto, (i) os aportes de capital nas subsidiárias integrais; e, (ii) os aportes de capital, o exercício de direito de preferência e a celebração de acordos de votos, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, nas controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;*
- o) participar das negociações que envolvam a constituição e a alteração de documentos societários de todas as empresas nas quais a Companhia detenha qualquer participação;*
- p) coordenar, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes;*
- q) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho financeiro das controladas e coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia.*

Do Diretor de Gestão Empresarial:

- a) prover pessoal adequado à Companhia;*
- b) definir a política de recursos humanos da Companhia, orientar e promover sua aplicação;*
- c) orientar e conduzir as atividades relacionadas a estudos organizacionais e sua documentação;*
- d) definir, conduzir e supervisionar a política de telecomunicações e informática da Companhia;*
- e) projetar, implantar e manter os sistemas de telecomunicações e de informática da Companhia;*
- f) definir políticas e normas sobre serviços de apoio, tais como transportes, comunicação administrativa, vigilância e de adequação dos locais de trabalho do pessoal;*
- g) prover a Companhia de recursos e serviços de infra-estrutura e de apoio administrativo;*
- h) coordenar as políticas, processos e meios de segurança patrimonial, segurança do trabalho e vigilância aprovados pela Companhia;*
- i) conduzir as negociações dos acordos coletivos de trabalho, em conformidade com as diretrizes e limites aprovados pelo Conselho de Administração, encaminhando as propostas negociadas para aprovação da Diretoria Executiva;*
- j) administrar o processo de contratação de obras e serviços e de aquisição e alienação de materiais e imóveis;*
- k) proceder ao controle de qualidade do material adquirido e da qualificação dos prestadores de serviços contratados;*
- l) administrar e controlar o estoque de material, promover a triagem e a recuperação do material usado, bem como promover a venda de material excedente, inservível e de sucata;*
- m) promover e implementar programas de incremento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e melhoria continuada de fornecedores de materiais e serviços de interesse da Companhia, isoladamente ou em cooperação com outras Diretorias ou órgãos de fomento e entidades de classe, no âmbito do Estado de Minas Gerais;*
- n) conduzir programas de gestão empresarial e de ações ambientais no âmbito da Diretoria;*

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

o) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor inferior a R\$2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais);

p) propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva, para aprovação, dentre empregados da Companhia, as indicações para os cargos de membros efetivos e suplentes do Comitê de Administração do Prosaúde Integrado;

q) propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva para aprovação, dentre os empregados da Companhia, as indicações de empregados para compor o Comitê de Negociação Sindical, assim como a designação de seu coordenador;

r) apresentar à Diretoria Executiva as avaliações advindas de programa de desenvolvimento de sucessão de lideranças implantado pela Companhia, visando subsidiar as deliberações da Diretoria acerca das indicações de empregados para cargos gerenciais.

Do Diretor de Geração e Transmissão:

a) zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de transmissão;

b) elaborar o planejamento da geração e da transmissão;

c) operar e manter os sistemas de geração e transmissão e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;

d) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;

e) desenvolver e conduzir as ações hidrometeorológicas de interesse da Companhia;

f) gerir as operações decorrentes da interligação do sistema elétrico de transmissão da Companhia com os de outras empresas, bem como a conexão de agentes à rede básica da Companhia;

g) representar a Companhia junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, à Associação Brasileira das Geradoras de Energia Elétrica – Abragee e demais entidades representativas dos setores de geração e transmissão de energia elétrica;

h) gerir os laboratórios e oficinas centrais da Companhia;

i) coordenar e implantar projetos de reforma, modernização, melhoria, reativação e desativação nas instalações de geração e transmissão;

j) propor e implementar as medidas que visem assegurar a conectividade dos diversos agentes do setor elétrico, ligados ao sistema de transmissão da Companhia;

k) propor e implementar as políticas e diretrizes que visem assegurar a integridade das instalações de geração e transmissão e gerir a segurança industrial dessas instalações;

l) gerenciar e promover a política de segurança do trabalho da Companhia no âmbito de suas atividades;

m) gerenciar a implantação dos empreendimentos de expansão de geração, transmissão e cogeração, promovendo o projeto, a construção e a montagem, e assegurando o desempenho físico-financeiro desses empreendimentos;

n) fornecer apoio técnico às negociações para viabilização dos empreendimentos de expansão da geração, transmissão e co-geração e participar da negociação de documentos dos consórcios de empreendedores e de sociedades de propósitos específicos;

o) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das subsidiárias integrais da Companhia.

Do Diretor Comercial:

a) elaborar pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia;

b) coordenar o planejamento e a execução da compra de energia para atender ao mercado da Companhia;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- c) coordenar a compra e venda de energia nas suas diferentes formas e modalidades, compreendendo a importação, exportação e a participação em todos os segmentos de mercados especializados de energia;*
- d) representar a Companhia junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, responsabilizando-se pelas operações realizadas no âmbito daquela Câmara, e representar a Companhia perante as demais entidades de comercialização de energia elétrica;*
- e) coordenar o estabelecimento dos preços de compra e venda de energia elétrica, e propor à Diretoria Executiva para aprovação;*
- f) estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para os consumidores, individualmente, ou grupos de consumidores, atendidos em tensão maior ou igual a 2,3 kV e demanda contratada igual ou maior que 500 kW, assim como grupos empresariais;*
- g) identificar, medir e gerenciar os riscos associados à comercialização de energia;*
- h) negociar e gerenciar a comercialização de transporte e conexão de qualquer acessante ao sistema de distribuição;*
- i) negociar e gerenciar os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS e de conexão do Sistema de Distribuição com as transmissoras;*
- j) gerenciar a comercialização, em interação com a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, dos créditos de carbono da Companhia;*
- k) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das subsidiárias integrais da Companhia.*

Do Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas:

- a) promover a busca, a análise e o desenvolvimento de novos negócios da Companhia nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, petróleo e gás, assim como em outras atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;*
- b) promover as análises de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental dos novos negócios para a Companhia, em interação com as Diretorias relacionadas aos referidos negócios;*
- c) coordenar as negociações e implementar as parcerias, consórcios, sociedades de propósito específico e demais formas de associação com empresas públicas ou privadas necessárias ao desenvolvimento de novos negócios, bem como a negociação de contratos e documentos societários dos empreendimentos;*
- d) coordenar, em conjunto com o Diretor-Presidente, a elaboração e a consolidação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia; e, com o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações, do Orçamento Anual no que tange às coligadas e controladas;*
- e) coordenar a participação da Companhia nos processos licitatórios para obtenção de outorga de concessões em todas as áreas de sua atuação;*
- f) buscar, coordenar, avaliar e estruturar as oportunidades de aquisição de novos ativos em todos os setores e atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;*
- g) coordenar a participação da Companhia nos leilões de novos negócios promovidos por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, inclusive agências reguladoras;*
- h) promover a busca e a análise, no âmbito da Companhia, das oportunidades de negócios relacionados ao aproveitamento de créditos de carbono;*
- i) elaborar o planejamento e o Programa de Investimentos de novos negócios em todos os setores e atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;*
- j) representar a Companhia junto às entidades de planejamento da expansão do setor elétrico nas suas áreas de atuação;*
- k) acompanhar, na Companhia, o planejamento energético do País.*

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- l) propor, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração, premissas para os novos investimentos a serem feitos pela Companhia (TIR, pay back, custo de capital, e outros indicadores de risco/retorno que se fizerem necessários);*
- m) propor, em conjunto com o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no presente Estatuto, as matérias referentes a aportes de capital, exercício de direito de preferência e celebração de acordos de votos nas controladas e coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;*
- n) coordenar, no âmbito da Companhia, as negociações que envolvam a constituição e a alteração de documentos societários das controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia;*
- o) acompanhar e supervisionar a gestão e o desenvolvimento das controladas e coligadas, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto neste Estatuto;*
- p) coordenar, em conjunto com o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes;*
- q) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das controladas e coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia;*
- r) representar a Companhia, nos termos do § 3º do artigo 11 deste Estatuto, nos comitês de apoio aos Conselhos de Administração de suas controladas e coligadas;*
- s) coordenar os assuntos referentes aos novos negócios e à gestão de participações da Companhia, suas controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia, em interação com as demais Diretorias da Companhia.*

Do Diretor sem designação específica:

- a) praticar os atos próprios previstos na legislação e no presente Estatuto, e exercer as atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.*

Do Diretor de Gás:

- a) coordenar, em nome da Companhia e de suas subsidiárias integrais e controladas, todas as atividades relacionadas à exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de petróleo e gás ou de subprodutos e derivados diretamente ou através de terceiros;*
- b) propor à Diretoria Executiva diretrizes, normas gerais e planos de operação, prospecção, exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de atividades dos negócios de petróleo e gás;*
- c) desenvolver pesquisas, análises e estudos de investimentos e novas tecnologias relacionadas a petróleo e gás e, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, estudos e desenvolvimentos de negócios no referido setor;*
- d) desenvolver normatização para projetos no campo de petróleo e gás;*
- e) propor à Diretoria Executiva plano plurianual de investimentos e despesas da Gasmig;*
- f) propor à Diretoria Executiva, em conjunto com o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações e com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, o plano plurianual de investimentos e despesas de outras sociedades de propósitos específicos associadas às atividades de petróleo e gás;*
- g) consolidar a gestão das políticas de segurança de trabalho da Gasmig e de outras sociedades de propósitos específicos, no âmbito das atividades de petróleo e gás, em consonância com as diretrizes gerais ditadas pela Companhia, através da Diretoria de Gestão Empresarial;*

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- h) desenvolver pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia no âmbito das atividades de petróleo e gás;*
- i) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;*
- j) representar a Companhia nas diversas entidades que congregam as empresas do setor de petróleo e gás.*

Do Diretor Jurídico:

- a) coordenar, executar e controlar os assuntos da área jurídica;*
- b) apoiar as demais áreas da Companhia, incluindo, quando solicitado, subsidiárias integrais, coligadas e controladas, no que tange aos aspectos legais e jurídicos;*
- c) gerenciar todos os processos, administrativos e judiciais, em que a Companhia seja parte e, periodicamente ou quando solicitado, informar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração sobre a estratégia processual e jurídica adotada, bem como o andamento e evolução de tais processos.*

Do Diretor de Relações Institucionais e Comunicação:

- a) coordenar a representação das subsidiárias integrais da Companhia, junto às agências reguladoras, em todas as questões institucionais associadas ao setor energético;*
- b) coordenar o relacionamento das subsidiárias integrais da Companhia com as instituições e agentes do setor energético, as concessionárias e as associações setoriais;*
- c) coordenar o processo envolvendo as notificações das agências reguladoras, em conjunto com as Diretorias envolvidas;*
- d) coordenar, baseado no Planejamento Estratégico da Companhia, a elaboração da Política Institucional das subsidiárias integrais da Companhia;*
- e) coordenar o acompanhamento das proposições de atos regulatórios divulgados através de audiências ou consultas públicas das agências reguladoras e Ministério das Minas e Energia e a manifestação da Empresa juntamente com as Diretorias envolvidas;*
- f) coordenar a análise e a promoção da elaboração de cenários regulatórios, assegurando a avaliação de impactos nos negócios das subsidiárias integrais da Companhia, visando subsidiar o planejamento estratégico corporativo;*
- g) coordenar a elaboração da Política de Comunicação Empresarial das subsidiárias integrais da Companhia;*
- h) coordenar as ações para a manutenção e o fortalecimento da credibilidade da marca e a reputação das subsidiárias integrais da Companhia;*
- i) coordenar as ações relativas à preservação do Projeto Memória das subsidiárias integrais da Companhia, zelando pelo acervo físico dessas Empresas;*
- j) coordenar o planejamento, controle e divulgação das informações institucionais e administrativas da Companhia.*

As competências de representação perante órgãos técnicos, administrativos e associações outorgadas aos Diretores não exclui a competência de representação do Diretor-Presidente nem a necessidade de observância das disposições previstas no Estatuto Social no que diz respeito à prévia obtenção das autorizações dos órgãos da Administração para contrair obrigações em nome da Companhia.

As competências de celebração de contratos e demais negócios jurídicos e a constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia outorgadas aos Diretores não excluem a competência da Diretoria Executiva e do Conselho de

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Administração, conforme o caso, nem a necessidade de observância das disposições previstas no Estatuto Social no que diz respeito aos limites financeiros e à prévia obtenção das autorizações dos órgãos da Administração, quando for o caso.

Além do exercício das atribuições que lhes são fixadas no Estatuto Social, compete a cada Diretoria assegurar a cooperação, a assistência e o apoio às demais Diretorias no âmbito de suas respectivas competências, visando à consecução dos objetivos e interesses maiores da Companhia.

Os projetos desenvolvidos pela Companhia, no âmbito da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, uma vez estruturados e constituídos, deverão ser assumidos pelas respectivas Diretorias a que competirem a sua construção, execução, operação e comercialização, conforme definido no Estatuto Social.

Compete a cada Diretor, no âmbito de sua atuação, promover as ações necessárias ao cumprimento e à efetiva implementação das políticas de segurança do trabalho aprovadas pela Companhia.

O limite financeiro estabelecido na alínea "o" do inciso IV do artigo 17 do Estatuto Social será corrigido, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado-IGPM, da Fundação Getúlio Vargas."

b. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Item Opcional

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Item Opcional

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

O mesmo que a Diretoria (a)

e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Item Opcional

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Arlindo Porto Neto		Pertence apenas à Diretoria	05/05/2010	Até AGO de 2013.	0
007.940.236-49	Administrador	19 - Outros Diretores	05/05/2010	Sim	0%
Não					
Frederico Pacheco de Medeiros		Pertence apenas à Diretoria	20/01/2011	Até AGO de 30/04/2013	0
666.838.586-91	Advogado	19 - Outros Diretores	20/01/2011	Sim	0%
Não					
José Raimundo Dias Fonseca		Pertence apenas à Diretoria	20/01/2011	Até AGO de 2013	0
261.986.576-04	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	20/01/2011	Sim	0%
Não					
Luiz Fernando Rolla		Pertence apenas à Diretoria	03/01/2011	Até AGO de 2013	0
195.805.686-34	Engenheiro Eletricista	12 - Diretor de Relações com Investidores	03/01/2011	Sim	0%
Não					
Luiz Henrique de Castro Carvalho		Pertence apenas à Diretoria	05/05/2010	Até AGO de 2013	0
315.051.986-15	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	05/05/2010	Sim	0%
Não					
Luiz Henrique Michalick		Pertence apenas à Diretoria	20/01/2011	Até AGO de 2013	0
177.342.826-87	Jornalista	19 - Outros Diretores	20/01/2011	Sim	0%
Não					
Maria Celeste Morais Guimarães		Pertence apenas à Diretoria	03/01/2011	Até AGO de 2013	0
374.076.436-87	Contadora	19 - Outros Diretores	03/01/2011	Sim	0%
Não					
José Carlos de Mattos		Pertence apenas à Diretoria	20/01/2011	Até AGO de 2013	0
070.853.896-72	Professor	19 - Outros Diretores	20/01/2011	Sim	0%
Não					
FUAD JORGE NOMAN FILHO		Pertence apenas à Diretoria	03/01/2011	Até AGO de 2013	0
009.880.816-87	Economista	19 - Outros Diretores	03/01/2011	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Não					
Adriano Magalhães Chaves		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013.	0
086.051.928-79	Engenheiro Eletricista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/01/2011	Sim	0%
Não					
Antonio Adriano Silva		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013.	0
056.346.956-00	Administrador e publicitário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/01/2011	Sim	0%
Não					
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013.	0
539.109.746-00	Técnico Administrativo	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/01/2011	Sim	0%
Não					
Cezar Manoel de Medeiros		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013.	0
006.688.346-68	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/01/2011	Sim	0%
Não					
Eduardo Borges de Andrade		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013.	0
000.309.886-91	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/01/2011	Sim	0%
Não					
Francelino Pereira dos Santos		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013.	0
000.115.841-49	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/01/2011	Sim	0%
Não					
Franklin Moreira Gonçalves		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013.	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
754.988.556-72	Tecnólogo em processamento de dados	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/01/2011	Sim	0%
Empregado.					
Guilherme Horta Gonçalves Junior		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013.	0
266.078.757-34	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/01/2011	Sim	0%
Não					
Guy Maria Villela Pachcoal		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013.	0
000.798.806-06	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/01/2011	Sim	0%
Não					
João Camilo Penna		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013.	0
000.976.836-04	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/01/2011	Sim	0%
Não					
Lauro Sérgio Vasconcelos David		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013.	0
603.695.316-04	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/01/2011	Sim	0%
Empregado					
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013.	0
194.921.896-15	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/01/2011	Sim	0%
Não					
Maria Estela Kubitschek Lopes		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013.	0
092.504.987-56	Arquiteta	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/01/2011	Sim	0%
Não					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013.	0
813.975.696-20	Contador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/01/2011	Sim	0%
Não					
Otávio Marques de Azevedo		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013.	0
129.364.566-49	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/01/2011	Sim	0%
Não					
Paulo Márcio de Oliveira Monteiro		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013.	0
269.960.226-49	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/01/2011	Sim	0%
Não					
Paulo Roberto Reckziegel Guedes		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013.	0
400.540.200-34	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/01/2011	Sim	0%
Não					
Paulo Sérgio Machado Ribeiro		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013.	0
428.576.006-15	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/01/2011	Sim	0%
Não					
Renato Torres de Faria		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013.	0
502.153.966-34	Engenheiro de Minas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/01/2011	Sim	0%
Não					
Ricardo Antônio Mello Castanheira		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013.	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
130.218.186-68	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/01/2011	Sim	0%
Não					
Ricardo Coutinho de Sena		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013.	0
090.927.496-72	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/01/2011	Sim	0%
Não					
Saulo Alves Pereira Junior		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013.	0
787.495.906-00	Engenheiro Eletricista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/01/2011	Sim	0%
Não					
Tarcisio Augusto Carneiro		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013.	0
372.404.636-72	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/01/2011	Sim	0%
Não					
Marco Antonio Rodrigues da Cunha		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013.	0
292.581.976-15	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	20/01/2011	Sim	0%
Não					
Dorothea Fonseca Furquim Werneck		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013	0
261.863.817-49	Economista	20 - Presidente do Conselho de Administração	20/01/2011	Sim	0%
Não					
Luiz Carlos Costeira Urquiza		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013	0
591.838.457-04	Engenheiro Mecânico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/01/2011	Sim	0%
Não					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Djalma Bastos Morais		Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013.	0
006.633.526-49	Engenheiro	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	20/01/2011	Sim	0%
Diretor Presidente					
Fernando Henrique Schuffner Neto		Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até AGO de 2013.	0
320.008.396-49	Engenheiro	39 - Outros Conselheiros / Diretores	20/01/2011	Sim	0%
Diretor					
Aliomar Silva Lima		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012	0
131.654.456-72	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%
Não					
Ari Barcelos da Silva		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012.	0
006.124.137-72	Administrador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%
Não					
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012	0
026.939.257-20	Jornalista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%
Não					
Helton da Silva Soares		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012	0
000.185.326-08	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%
Não					
Luiz Guaritá Neto		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012.	0
289.118.816-00	Engenheiro Civil	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%
Não					
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012	0
001.909.696-87	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%
Não					
Newton de Moura		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
010.559.846-15	Bancário e Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%
Não					
Rafael Cardoso Cordeiro		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012	0
037.496.966-32	Engenheiro Civil	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%
Não					
Thales de Souza Ramos Filho		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012	0
003.734.436-68	Médico	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%
Não					
Vicente de Paulo Barros Pegoraro		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012	0
004.826.419-91	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%
Não					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Arlindo Porto Neto - 007.940.236-49

O Sr. Porto Neto nasceu em 27/03/1945. Formou-se em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia. Desde 2004 ocupa a Vice Presidência da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMIG. Foi Senador da República pelo Estado de Minas Gerais de 1995 a 2003. Exerceu o cargo de Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento de 1996 a 1998. De 1991 a 1994 foi Vice-Governador do Estado de Minas Gerais. Foi, também, Prefeito de Patos de Minas de 1983 a 1988.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Frederico Pacheco de Medeiros - 666.838.586-91

O Sr. Medeiros nasceu em 1969. Formou-se em direito pela UFMG em 1992. Foi Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça de MG de 1989 a 1998. Atuou como Secretário Parlamentar na Câmara dos Deputados de 1993 a 2002. Trabalhou como Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais entre 2003 e 2008 e Secretário-Geral do Governador de Minas Gerais entre 2008 a 2010. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Gestão Empresarial da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Raimundo Dias Fonseca - 261.986.576-04

O Sr. Dias Fonseca nasceu em 1958. É formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Juiz de Fora, tendo concluído o curso de especialização em Engenharia de Manutenção pela FUPAI/EFEI (Escola Federal de Engenharia de Itajubá), o curso de Pós-graduação em "Gestão Estratégica de Negócios" pela Fundação Getúlio Vargas, e o curso de especialização em "Management of Electric Power Utilities" em Estocolmo – Suécia. Professor de Equipamentos Elétricos do curso de pós-graduação de Engenharia de Manutenção da PUC de Minas Gerais. Foi Conselheiro Fiscal da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e Vice-Presidente da ABRACEEL – Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica. Profissional de carreira, ingressou na Cemig em 1982, onde ocupou vários cargos, desde engenheiro, Gerente de Controle e Liquidação das Operações de Energia a Superintendente de Compra e Venda de Energia no Atacado, cargo que ocupou entre 2007 e 2011. Atualmente exerce o cargo de Diretor Comercial da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Fernando Rolla - 195.805.686-34

O Sr. Rolla nasceu em 17/02/1949, é brasileiro, casado, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, portador da Carteira de Identidade nº MG-1389219 expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais e do CPF nº 195.805.686-34 Formou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em 1974.

Iniciou sua carreira na Cemig em 1974 e ocupou os seguintes cargos: Superintendente de Programação e Controle Financeiro sendo responsável pela coordenação de planejamento de longo prazo, controle orçamentário, análise de custos e "project finance".

Últimos Cargos / Funções de destaque: Superintendente de Relações com Investidores, sendo responsável pela implantação dos programas de ADR nível I e II na New York Stock Exchange e Nível I de Governança na Bovespa. Foi eleito o Melhor Profissional de RI pela Associação dos Analistas por diversos anos e pelos Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – Apimec e, ainda, pela IR Magazine (2006). Atualmente é Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Henrique de Castro Carvalho - 315.051.986-15

O Sr. Castro nasceu em 07/07/1957. Gradou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em julho/1982. É pós graduado pela mesma instituição em Análise de Sistemas ênfase em Suporte Mainframe tendo concluído o curso em julho/1983. Em fevereiro de 2000 concluiu, também, o MBA Executivo Internacional em Gestão de Negócios e Tecnologia da Informação Fundação Getúlio Vargas – FGV. Sua experiência profissional iniciou-se no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás – CPQD, como Engenheiro Eletricista no período de outubro/1983 a março/1984.

Iniciou sua carreira na CEMIG como Analista de Suporte no Grupo "Software e Apoio" março/1984 tendo sido também, Líder de Grupo na Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática, Adjunto da Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática, Assistente do Departamento de Apoio a Informática, Gerente da Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática, Gerente do Depto.de Apoio e Suporte a Usuários de Informática, Superintendente de Telecomunicações e Informática, Superintendente de Material, Logística e Serviços, Superintendente de Material e Serviços, Assessor da Presidência da Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG, Membro Suplente do Conselho de Administração da CEMIG e é Atualmente é Diretor de Geração e Transmissão da CEMIG.

Além das suas atribuições na CEMIG possui é Diretor da HORIZONTES ENERGIA S/A., Membro do Conselho de Administração da CENTRAL TERMELÉTRICA DE COGERAÇÃO S/A e Membro suplente do Conselho de Administração da CENTRO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE TECNOLOGIA - CGET e CENTRAL HIDRELÉTRICA PAI JOAQUIM S/A.

Dentre outras funções exerceu os cargos de Diretor Administrativo do CLUBE DE INVESTIMENTOS DOS EMPREGADOS DA CEMIG – CLIC no período de abril de 1999 a abril de 2003, Diretor de Ação Social na SOCIEDADE DE USUÁRIOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES DE MG - SUCESU – MG de 2000 a 2002, Diretor Presidente da ASSOCIAÇÃO INTERGERENCIAL DA CEMIG – AIC de julho de 2005 a julho de 2007.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Henrique Michalick - 177.342.826-87

O Sr. Michalick nasceu em 1951. É formado em jornalismo pela Faculdade de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Atuou como jornalista econômico da Sucursal do Jornal Folha de São Paulo, em Belo Horizonte, entre 1979 e 1985. Integrou a editoria econômica do Jornal Estado de Minas entre 1986 e 1987. Foi Assessor de Imprensa da Fundação Dom Cabral entre 1984 e 1985 e Diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Minas Gerais entre 1985 e 1987. Profissional de carreira da Cemig, ingressou na empresa em 1985, onde ocupou os cargos de jornalista e Gerente de Imprensa, Relações Públicas e Publicidade, assumindo em 2003 a Superintendente de Comunicação Empresarial, na qual permaneceu de 2003 a 2011. Desde 2006, integra como representante da Cemig e fundador da plataforma de empresas do Reputation Institute no Brasil. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Relações Institucionais e Comunicação da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Maria Celeste Morais Guimarães - 374.076.436-87

A Sra. Guimarães nasceu em 1949. É formada em ciências contábeis e administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, tendo concluído o curso de especialização em Direito Comercial, mestrado e doutorado em Direito pela mesma instituição. Foi Auditora-Geral do Estado de Minas Gerais entre 2003 e 2010, membro do Comitê de Governança Corporativa do Estado de Minas Gerais entre 2008 e 2010, membro do Colegiado dos Órgãos de Defesa Social entre 2005 e 2010, presidente do Conselho de Corregedores dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual – CONREGE entre 2004 e 2010 e presidente do Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – CONACI entre 2007 e 2009. Atualmente ocupa o cargo de Diretora Jurídica da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Carlos de Mattos - 070.853.896-72

O Sr. Mattos nasceu em 1946. É professor com licenciatura plena em Língua Portuguesa. Foi Superintendente Regional (Minas Gerais/São Paulo/Rio de Janeiro) na Caixa Econômica Federal entre 1983 e 1992, tendo assumido o cargo de Diretor Financeiro entre 1992 e 1994. Nesse mesmo período (1992-1994), ocupou a diretoria do BIAPE – Banco Interamericano de Poupança e Empréstimo nesse mesmo período. De 1995 a 1996, foi Vice-Presidente do Banco do Estado de Minas Gerais - BEMGE e entre 2003 a 2005 atuou como Diretor Financeiro da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMIG. Foi Diretor-Presidente da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - PREVIMINAS, de 2005 a 2006, Diretor-Presidente da GASMIG – Companhia de Gás do Estado de Minas Gerais, entre 2007 a 2009 e Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios da Cemig entre 2009 e 2010. Atualmente exerce o cargo de Diretor de Distribuição e Comercialização da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

FUAD JORGE NOMAN FILHO - 009.880.816-87

Fuad Jorge Noman Filho é bacharel em Ciências Econômicas pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub) e pós-graduado em Programação Econômica e Execução Orçamentária pela Universidade de Brasília (UnB). Iniciou sua carreira profissional como funcionário de carreira do Banco Central. Também foi secretário-executivo-adjunto e secretário de Haveres e Riscos da Secretaria do Tesouro Nacional, no Ministério da Fazenda. Fuad Noman também foi secretário-executivo da Casa Civil da Presidência da República e consultor do Fundo Monetário Internacional (FMI), quando prestou assessoria para o Governo de Cabo Verde.

Foi presidente da BrasilPrev Previdência Privada, da Associação das Empresas de Previdência Privada (Anapp) e do Conselho de Administração do Banco do Nordeste.

Em 2002, Fuad Noman foi eleito líder empresarial do ano no Setor de Previdência pelo Fórum Nacional de Líderes. Já em 2003, assumiu a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, onde conquistou o prêmio Desempenho Governamental, em 2004, pelo Instituto Brasileiro Executivo de Finanças (Ibef).

Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas - até 06/2010, Presidente da Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig desde 03-01-2011, Diretor de Gás da Cemig, Cemig D e Cemig GT desde 03-01-2011.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Adriano Magalhães Chaves - 086.051.928-79

•Presidente do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI, membro da Câmara de Energia da Associação Comercial de Minas Gerais – ACOMINAS, membro do Conselho Deliberativo do SEBRAE e membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Antonio Adriano Silva - 056.346.956-00

Mesbla S.A., Empresa Brasileira de Varejo S.A. - Embrava, Agência Jornalística Imagem, Associação Comercial de Minas, Asa Criação de Publicidade e Coteminas. Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz - 539.109.746-00

Trabalha na CEMIG Distribuição S/A desde 1988 onde ocupa o cargo de Técnico Administrativo e Comunicador Visual. Atualmente é Diretor do Sindieletro, membro do Conselho do Prosaúde e membro do Comitê da PCR – Plano de Cargos e Remuneração da Garantidora. Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Cezar Manoel de Medeiros - 006.688.346-68

Cia Vale do Rio Doce - Membro do Comitê de Planejamento Estratégico (2003/05);

Acesita - Membro do Conselho de Administração (2003/05);

Arcelor – Membro do Conselho de Administração (2006/08);

Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) há cinco anos.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Francelino Pereira dos Santos - 000.115.841-49

Foi senador de Minas Gerais, de 1995 a 2002 e governador de Minas Gerais de 1979 a 1983. Foi também deputado federal por quatro mandatos sucessivos de 1963 a 1979 e vereador da cidade Belo Horizonte de 1951 a 1954. De 1961 a 1966 foi Chefe de Gabinete do Secretário do Estado de Minas Gerais de Assuntos Internos e da Justiça, Chefe do Departamento de Administração Geral do Estado de Minas Gerais e Conselheiro Chefe de Assuntos Municipais do Gabinete do Governador. De 1985 a 1990 foi vice-presidente da administração do Banco do Brasil S.A. e diretor presidente da Acesita, de outubro de 1983 a agosto de 1984. Foi também professor e diretor da Escola Municipal de 2º Grau de Contabilidade em Belo Horizonte de 1955 a 1959. Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Companhia Energética de Minas Gerais S.A.: Técnico de Operação Sistema Elétrico e membro suplente do Conselho de Administração. Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.: Membro suplente do Conselho de Administração.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Guilherme Horta Gonçalves Junior - 266.078.757-34

Companhia Energética de Minas Gerais S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.: Membro suplente do Conselho de Administração.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Guy Maria Villela Pachcoal - 000.798.806-06

Trabalhou na Companhia Energética de Minas Gerais por 28 anos alcançando a Presidência da Companhia.

Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

João Camilo Penna - 000.976.836-04

Atuou como Engenheiro de obras na Companhia Vale do Rio Doce – CVRD de 1949 a 1951, Engenheiro de Planos Projetos e Obras na CEMIG de 1951 a 1961, Diretor Técnico da CEMIG, de 1961 a 1967. Presidente da CEMIG, de 1967 a 1975. Exerceu o cargo de Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais de 1975 a 1979. Foi Ministro de Estado da Indústria e Comércio do Brasil de 1979 a 1984. Presidente de Furnas Centrais Elétricas, de 1985 a 1989. Durante os períodos relatados, foi, interinamente, Secretário de Administração de Minas Gerais, Membro do Conselho Monetário Nacional, Membro do Conselho de Administração da Eletrobrás, Vice Presidente da Associação Brasileira de Normas Técnicas, Diretor do Comitê Brasileiro de Grandes Barragens e do Núcleo Brasileiro da Conferencia Mundial de Energia. A partir de 1990, exerceu funções de consultor e membro de Conselhos em empresas como a Companhia Siderúrgica Manesmann, Fundação Dom Cabral, Copersucar, Companhia Siderúrgica do Pará, Companhia Força e Luz Cataguazes – Leopoldina, Biobrás, Copasa, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG. De 1984 a 1992 foi Membro do Conselho de Administração da Itaipu Bi – nacional, Presidente do Conselho do Instituto Horizontes na Atech- SIVAM. Na Coopers and Lybrand esteve na presidência do Comitê de supervisão do Estudo de Competitividade da Indústria Brasileira. Em 2002, foi Consultor Especial no preparo do Estudo “Minas Gerais no século XXI” de iniciativa e Coordenação do BDMG e Presidente da Assembléia da “Economia e Energia – E&E”, Organização Social. Membro da Comissão de Ética da Presidência da República, de 2000 a 2005. De 2004 a 2005 foi Membro do Conselho de Ética pública do Governo de Minas Gerais.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Como trajetória profissional na CEMIG, foi Gerente de Programação e Controle Financeiro (1993-1998), Gerente de Orçamento e Custos (1999-2005), Superintendente de Controle e Gestão Empresarial (maio/2005).

Em sua vivência profissional o Sr. Vasconcelos participou dos seguintes projetos específicos:

- Participação na implementação do Projeto de Balanced Scorecard da Cemig (2003), como coordenador da Diretoria de Finanças e Participações- DFN;
- Participação no Projeto de Reestruturação Organizacional da Cemig como representante da Superintendência de Controle e Programação Financeira- FN (2001);
- Secretário Executivo do Comitê de priorização de Orçamento - CPO da Cemig (1998-2005);
- Membro do Comitê de Negociação Sindical (desde 2003);
- Diretor financeiro do Clube de Investimentos da Cemig - CLIC (2001-2005);
- Companhia Energética de Minas Gerais S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.: Membro suplente do Conselho de Administração
- Diretor financeiro do Clube de Investimentos da Cemig - CLIC (2001-2005) e Presidente do Clube (desde abril/2005).

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e telecomunicações, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Antônio Athayde Vasconcelos - 194.921.896-15

Desde 2003, Subsecretário de Assuntos Internacionais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais. De 1999 a 2003, •Diretor da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 1995 a 1998, •Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Minas Gerais. De 1992 a 1994, •Vice Presidente Financeiro do Banco Credireal S.A.. Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Maria Estela Kubitschek Lopes - 092.504.987-56

É sócia gerente da DF Consultores Ltda. e da Santa Júlia Importação, Exportação e Participações.

- É também conselheira do presidente da Fundação Municipal de Teatro da Cidade do Rio de Janeiro, e do presidente dos Amigos do Estado do Rio de Janeiro – AME-RIO, e do presidente do conselho da Casa Santa Ignez (uma entidade filantrópica responsável pela nutrição e educação de crianças e de famílias de baixa renda no bairro da Rocinha no Rio de Janeiro).
- Foi uma das fundadoras do Memorial JK, uma organização fundada em memória de Juscelino Kubitschek de Oliveira (ex-presidente do Brasil), e exerceu o cargo de vice-presidente de setembro de 1981 a maio de 2000, e como presidente executiva desde outubro de 2000.
- Foi também presidente do conselho do Instituto Cultural Cesgranrio, vice-presidente do conselho do Banco da Mulher, presidente de Instituições Benéficas do Estado do Rio de Janeiro e membro do conselho da Casa das Palmeiras, um instituto cultural.
- Recebeu diversas honras ao mérito cultural e social. Membro do Conselho de Administração da, Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) há cinco anos.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Otávio Marques de Azevedo - 129.364.566-49

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) há cinco anos.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Márcio de Oliveira Monteiro - 269.960.226-49

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) há cinco anos.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) há cinco anos.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Subsecretário de Desenvolvimento Mineral e Metalúrgico do Estado de Minas Gerais
Especialista em recursos Minerais no Departamento Nacional de Produção Mineral do Estado de Minas Gerais
Gerente Geral da Vale S.A.
Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Renato Torres de Faria - 502.153.966-34

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) há cinco anos.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ricardo Antônio Mello Castanheira - 130.218.186-68

Há 5 anos atuando com executivo, sendo nos 3 primeiros como executivo da Construtora Andrade Gutierrez S/A durante e há 2 anos como Executivo da Andrade Gutierrez Concessões - AGC.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) há cinco anos.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) há cinco anos.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Tarcisio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) há cinco anos.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

- . Diretor de Gestão Empresarial da CEMIG, Cemig D e Cemig GT desde janeiro de 2007;
- . Diretor da CEMIG Capim Branco Energia S.A.;
- . Diretor Técnico da Central Termelétrica de Cogeração S.A.;
- . Diretor-Presidente de Sá Carvalho S.A.;
- . Diretor Vice-Presidente de Rosal Energia S.A.;
- . Diretor Administrativo de CEMIG Serviços S.A.;
- . Diretor Técnico da CEMIG Telecom S.A. (ex-Empresa de Infovias S.A.);
- . Conselheiro Vice-Presidente da Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A.;
- . Conselheiro da CEMIG, desde 2003, até o presente momento;
- . Conselheiro da Cemig D e Cemig GT
- . Conselheiro da TAESA, 2009-2010;
- . Conselheiro da Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, telecomunicações e gás natural, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Dorothea Fonseca Furquim Werneck - 261.863.817-49

A Sra. Werneck nasceu em 1948. É formada em Economia, tendo concluído com curso de Mestrado na Escola de Pós Graduação em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (RJ), o M.A. e o Curso de Doutorado pela Boston College USA. Foi Ministra da Indústria, do Comércio e do Turismo (1995-1996) e Ministra do Trabalho (1989-1990). Foi Gerente Especial da APEX (1999-2002), Secretária Executiva do Ministério da Fazenda (1992), Secretária Nacional de Economia (1991-1992), Secretária de Planejamento Econômico Social (1988-1989), Secretária de Emprego e Salários (1985-1988) e Técnica do IPEA (1975-2003). Nos anos 1993-94 e 1998-99 foi diretora da Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade, além de membro dos Conselhos da FUNCEX e da AEB (1999-2005). Foi, ainda, Professora do Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco (1983-1984) e Professora do Instituto de Economia Industrial e da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ (1978-1980). Atualmente ocupa o cargo de Secretária de Estado de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e de Presidente do Conselho de Administração da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Carlos Costeira Urquiza - 591.838.457-04

O Sr. Urquiza nasceu em 1962. É formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo concluído o MBA pela COPPEAD – Rio de Janeiro e o PGA pela Fundação Dom Cabral / INSEAD. Foi Chefe da base de Caxias pela Shell Brasil S.A. entre 1984 e 1989. Trabalhou no Banco Nacional S.A. entre 1989 e 1994, onde ocupou os cargos de Gerente, Superintendente e Diretor de Produtos. Entre 1994 e 1995 ocupou o cargo de Diretor do Unibanco 30 horas pelo Unibanco – União dos Bancos Brasileiros S.A.. Entre 1995 e 2000 trabalhou na Quatro/A, onde ocupou os cargos de Conselheiro e Diretor Superintendente. Ente 2000 e 2004 foi sócio e diretor presidente do Banco 1.Net, primeiro banco virtual do Brasil. Desde 2009 é membro dos Conselhos de Administração da Light e da Light SESA. Atualmente ocupa o cargo de Conselheiro de Administração da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Djalma Bastos Morais - 006.633.526-49

Ministro de Estado das Comunicações
Interino – de 23-12-1993 a jan/1994
Efetivo – de jan/94 a jan/95
Petrobrás Distribuidora S.A.
Vice- Presidente – de 1995 a 98
GASMIG
Presidente do Conselho de Administração – desde 29-01-99
Diretor Presidente – de 29-01-99 a 15-12-2004
Cemig - Companhia Energética de Minas Gerais
Diretor-Presidente – desde 14-01-99
Vice- Presidente do Conselho de Administração – desde 14-01-99
Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.
Diretor-Presidente – desde 08-09-2004
Vice- Presidente Conselho de Administração – desde 13-12-2004
Light S.A.
Membro do Conselho de Administração – desde 10-08-2006
Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. – TAESA
Membro do Conselho de Administração – de 04-11-2009 a 28-12-2009
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.
Presidente do Conselho de Administração – desde 04-11-2009
Petrobrás Distribuidora S.A.
Vice- Presidente – de 1995 a 98

Cemig - Companhia Energética de Minas Gerais.
Diretor-Presidente – desde 14-01-99
Vice- Presidente do Conselho de Administração – desde 14-01-99
Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.
Diretor-Presidente – desde 08-09-2004
Vice- Presidente Conselho de Administração – desde 13-12-2004
Light S.A.
Membro do Conselho de Administração – desde 10-08-2006
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.
Presidente do Conselho de Administração – desde 04-11-2009

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e gás natural, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

- Companhia Energética de Minas Gerais- Cemig: Superintendente de Coordenação, Planejamento e Expansão da Distribuição e Superintendente de Coordenação Executiva do Programa Luz para Todos: 04/1985 até 01/2007; Diretor de Distribuição e Comercialização: desde 01/2007; Membro Suplente do Conselho de Administração: de 2002 a 2004 e desde 01/2007.
- Cemig Distribuição S.A.: Diretor de Distribuição e Comercialização e Membro Suplente do Conselho de Administração: desde 01/2007.
- Cemig Geração e Transmissão S.A.: Diretor e Membro Suplente do Conselho de Administração: desde 01/2007.

- Cemig Telecomunicações S.A.: Membro efetivo do Conselho de Administração, desde 08/2005
- Companhia de Gás de Minas Gerais-Gasmig: Membro do Conselho de Administração, desde 02/2007.
- Sociedade Mineira de Engenheiros: Membro do Conselho Deliberativo: desde março/2005
- Clube de Investimentos dos Empregados da Cemig – CLIC: Presidente, de abril/2002 a abril/2005.
- Light S.A.: Membro do Conselho de Administração.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, telecomunicações e gás natural, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Aliomar Silva Lima - 131.654.456-72

Economista com especialização em gestão de empresas de energia elétrica pela UFPR e mercado de capitais pelo IBMEC, professor de diversas disciplinas ligadas à área de finanças em cursos de Administração da PUCMINAS e membro suplente dos conselhos fiscais da Light S.A., Cemig, Cemig D e Cemig GT e Gasmig, e membro titular do conselho fiscal da CemigTelecon.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e telecomunicações, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ari Barcelos da Silva - 006.124.137-72

Trabalhou na ELETROBRAS, ELETRONUCLEAR, CHESF, CEMAR e ELETROSUL.

É membro do Conselho Fiscal da Light S.A., Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond - 026.939.257-20

Membro do Conselho de Administração da CEMAT – MT

Membro do Conselho Fiscal da Light S.A.

Diretor da Trad. Ass. e Consultoria

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Helton da Silva Soares - 000.185.326-08

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) há cinco anos.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Guaritá Neto - 289.118.816-00

Diretor – RCG Engenharia e Empreendimentos Ltda.

Diretor – Jaguará Shoppings

Diretor – 7 Estrelas Agropecuária

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho - 001.909.696-87

Trabalha na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. . É membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Newton de Moura - 010.559.846-15

Foi diretor vice presidente da Cooperativa Agropecuária de Divinópolis Ltda

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Rafael Cardoso Cordeiro - 037.496.966-32

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) há cinco anos.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Thales de Souza Ramos Filho - 003.734.436-68

Diretor do Hospital Dr. João Felício Ltda. (Juiz de Fora – MG)

Sócio – Zenite empreendimentos

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Vicente de Paulo Barros Pegoraro - 004.826.419-91

Conselheiro Fiscal/membro do Comitê de Auditoria da TIM Participações S.A. (2006).

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Arlindo Porto Neto - 007.940.236-49

Frederico Pacheco de Medeiros - 666.838.586-91

José Raimundo Dias Fonseca - 261.986.576-04

Luiz Fernando Rolla - 195.805.686-34

Luiz Henrique de Castro Carvalho - 315.051.986-15

Luiz Henrique Michalick - 177.342.826-87

Maria Celeste Morais Guimarães - 374.076.436-87

José Carlos de Mattos - 070.853.896-72

FUAD JORGE NOMAN FILHO - 009.880.816-87

Adriano Magalhães Chaves - 086.051.928-79

Antonio Adriano Silva - 056.346.956-00

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz - 539.109.746-00

Cezar Manoel de Medeiros - 006.688.346-68

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Francelino Pereira dos Santos - 000.115.841-49

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Guilherme Horta Gonçalves Junior - 266.078.757-34

Guy Maria Villela Pachoaal - 000.798.806-06

João Camilo Penna - 000.976.836-04

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Luiz Antônio Athayde Vasconcelos - 194.921.896-15

Maria Estela Kubitschek Lopes - 092.504.987-56

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Otávio Marques de Azevedo - 129.364.566-49

Paulo Márcio de Oliveira Monteiro - 269.960.226-49

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Renato Torres de Faria - 502.153.966-34

Ricardo Antônio Mello Castanheira - 130.218.186-68

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tarcisio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Dorothea Fonseca Furquim Werneck - 261.863.817-49

Luiz Carlos Costeira Urquiza - 591.838.457-04

Djalma Bastos Morais - 006.633.526-49

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

Aliomar Silva Lima - 131.654.456-72

Ari Barcelos da Silva - 006.124.137-72

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond - 026.939.257-20

Helton da Silva Soares - 000.185.326-08

Luiz Guaritá Neto - 289.118.816-00

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho - 001.909.696-87

Newton de Moura - 010.559.846-15

Rafael Cardoso Cordeiro - 037.496.966-32

Thales de Souza Ramos Filho - 003.734.436-68

Vicente de Paulo Barros Pegoraro - 004.826.419-91

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Adriano Magalhães Chaves	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/01/2011	Até AGO de 2012
086.051.928-79	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Engenheiro		27/01/2011	0	0%
Não						
Antonio Adriano Silva	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/01/2011	Até AGO de 2012
056.346.956-00	Comitê de Recursos Humanos	Administrador		27/01/2011	0	0%
Não						
Cezar Manoel de Medeiros	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até AGO de 2012
006.688.346-68	Comitê Finanças, Auditoria e Risco/Comitê de Estratégia/Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Economista		04/08/2010	0	0%
Não						
Djalma Bastos Morais	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até AGO de 2012
006.633.526-49	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Engenheiro		04/08/2010	0	0%
Diretor Presidente						
Dorothea Fonseca Furquim Werneck	Outros Comitês		Outros		27/01/2011	Até AGO de 2012
261.863.817-49	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Economista	Coordenadora	27/01/2011	0	0%
Não						
Eduardo Borges de Andrade	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/01/2011	Até AGO de 2012
000.309.886-91	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Engenheiro		27/01/2011	0	0%
Não						
Fernando Henrique Schuffner Neto	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até AGO de 2012
320.008.396-49	Comitê de Estratégia	Engenheiro		04/08/2010	0	0%
Diretor						
Fernando Henrique Schuffner Neto	Outros Comitês		Outros		04/08/2010	Até AGO de 2012

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
320.008.396-49	Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	Engenheiro	Coordenador	04/08/2010	0	0%
Diretor						
Francelino Pereira dos Santos	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até AGO de 2012
000.115.841-49	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Advogado		04/08/2010	0	0%
Não						
Franklin Moreira Gonçalves	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até AGO de 2012
754.988.556-72	Comitês de Apoio Conselho de Administração/Comitê de Gov Corporativa e Sustentabilidade	Tecnólogo em processamento de dados		04/08/2010	0	0%
Empregado						
Guy Maria Villela Pachcoal	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até AGO de 2012
000.798.806-06	Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	Engenheiro		04/08/2010	0	0%
Não						
João Camilo Penna	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até AGO de 2012
000.976.836-04	Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro		04/08/2010	0	0%
Não						
João Camilo Penna	Outros Comitês		Outros		04/08/2010	Até AGO de 2012
000.976.836-04	Comitê de Estratégia	Engenheiro	Coordenador	04/08/2010	0	0%
Não						
Lauro Sérgio Vasconcelos David	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até AGO de 2012
603.695.316-04	Comitê Finanças, Auditoria e Riscos/Comitê Desenv Negócios e Controle Emp Controladas e Coligadas	Administrador		04/08/2010	0	0%
Empregado						

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Lauro Sérgio Vasconcelos David	Outros Comitês		Outros		04/08/2010	Até AGO de 2012
603.695.316-04	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Administrador	Coordenador	04/08/2010	0	0%
Empregado						
Luiz Carlos Costeira Urquiza	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/01/2011	Até AGO de 2012
591.838.457-04	Comitê de Estratégia/Comitê Desenv Negócios e Controle Empresarial Controladas e Coligadas	Empresário		27/01/2011	0	0%
Não						
Marco Antonio Rodrigues da Cunha	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até AGO de 2012
292.581.976-15	Comitês de Apoio ao Conselho de Administração	Engenheiro		04/08/2010	0	0%
Não						
Marco Antonio Rodrigues da Cunha	Outros Comitês		Outros		04/08/2010	Até AGO de 2012
292.581.976-15	Comitê de Recursos Humanos / Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos	Engenheiro	Coordenador	04/08/2010	0	0%
Não						
NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até AGO de 2012
813.975.696-20	Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos	Contador		04/08/2010	0	0%
Não						
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até AGO de 2012
400.540.200-34	Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos	Engenheiro		04/08/2010	0	0%
Não						
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até AGO de 2012
400.540.200-34	Comitê Recursos Humanos / Comitê Estratégia / Comitê Finanças, Auditoria e Riscos	Engenheiro		04/08/2010	0	0%

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Não						
Paulo Roberto Reckziegel Guedes 400.540.200-34	Outros Comitês Comitê de Desenv de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	04/08/2010	04/08/2010 0	Até AGO de 2012 0%
Não						
Paulo Sérgio Machado Ribeiro 428.576.006-15	Outros Comitês Comitê Apoio Conselho Adm/Comitê Recursos Humanos/Comitê Finanças, Auditoria e Riscos	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	04/08/2010	04/08/2010 0	Até AGO de 2012 0%
Não						
Renato Torres de Faria 502.153.966-34	Outros Comitês Comitê de Estratégia	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	04/08/2010	04/08/2010 0	Até AGO de 2012 0%
Não						
Ricardo Antônio Mello Castanheira 130.218.186-68	Outros Comitês Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade / Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	04/08/2010	04/08/2010 0	Até AGO de 2012 0%
Não						
Ricardo Coutinho de Sena 090.927.496-72	Outros Comitês Comitê Gov Corporativa e Sustentabilidade/Comitê Desenv Negócios e Contr Empr Controladas e Coligada	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	04/08/2010	04/08/2010 0	Até AGO de 2012 0%
Não						
Saulo Alves Pereira Junior 787.495.906-00	Outros Comitês Comitê Apoio Cons Adm/Comitê Estratégia/Comitê Desenv Negócios Contr Empr Controladas e Coligadas	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	27/01/2011	27/01/2011 0	Até AGO de 2012 0%
Não						

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões

Outros cargos/funções exercidas no emissor

Tarcísio Augusto Carneiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até AGO de 2012
372.404.636-72	Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro		04/08/2010	0	0%
Não						

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Adriano Magalhães Chaves - 086.051.928-79

Antonio Adriano Silva - 056.346.956-00

Cezar Manoel de Medeiros - 006.688.346-68

Djalma Bastos Moraes - 006.633.526-49

Dorothea Fonseca Furquim Werneck - 261.863.817-49

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

Francelino Pereira dos Santos - 000.115.841-49

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Guy Maria Villela Pachol - 000.798.806-06

João Camilo Penna - 000.976.836-04

João Camilo Penna - 000.976.836-04

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Luiz Carlos Costeira Urquiza - 591.838.457-04

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Renato Torres de Faria - 502.153.966-34

Ricardo Antônio Mello Castanheira - 130.218.186-68

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tarcísio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Adriano Magalhães Chaves - 086.051.928-79

Antonio Adriano Silva - 056.346.956-00

Cezar Manoel de Medeiros - 006.688.346-68

Djalma Bastos Moraes - 006.633.526-49

Dorothea Fonseca Furquim Werneck - 261.863.817-49

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

Francelino Pereira dos Santos - 000.115.841-49

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Guy Maria Villela Pachcoal - 000.798.806-06

João Camilo Penna - 000.976.836-04

João Camilo Penna - 000.976.836-04

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Luiz Carlos Costeira Urquiza - 591.838.457-04

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Renato Torres de Faria - 502.153.966-34

Ricardo Antônio Mello Castanheira - 130.218.186-68

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tarcísio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Documento ainda não preenchido!

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Documento ainda não preenchido!

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Não temos outras informações para esse item que a Companhia julgue relevantes.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A diretoria da Cemig GT se encontra lotada na Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Documento ainda não preenchido!

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

Os percentuais, para os três últimos exercícios sociais, foram:

Diretoria: 0%

Conselho Administração: 0%

Conselho Fiscal: 0%

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Companhia Energética de Minas Gerais						
17.155.730/0001-64	Brasileira	Não	Sim	13/01/2010		
2.896.785.358	100,000	0	0,000	2.896.785.358	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
2.896.785.358	100,000	0	0,000	2.896.785.358	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia Energética de Minas Gerais				17.155.730/0001-64	
Ações em Tesouraria					
		Não	Não		
0	0,000	290.920	0,076	290.920	0,043
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
AGC Energia S.A					
11.221.326/0001-65	Brasileira	Não	Não	16/06/2010	
98.321.592	32,964	0	0,000	98.321.592	14,408
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
BlackRock, Inc.					
	Norte Americana	Não	Não	01/12/2009	
0	0,000	36.104.343	9,399	36.104.343	5,291
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Energética de Minas Gerais				17.155.730/0001-64		
Estado de Minas Gerais						
18.715.615/0001-60	Brasileiro	Não	Sim	29/04/2010		
151.993.292	50,958	0	0,000	151.993.292	22,273	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Lazard Asset Management LLC						
	Norte Americana	Não	Não	14/04/2010		
0	0,000	19.246.934	5,010	19.246.934	2,820	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
47.954.784	16,078	328.502.717	85,515	376.457.501	55,166	
TOTAL						
298.269.668	100,000	384.144.914	100,000	682.414.582	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AGC Energia S.A				11.221.326/0001-65		
OUTROS						
98.321.592	100,000	0	0,000	98.321.592	100,000	
TOTAL						
98.321.592	100,000	0	0,000	98.321.592	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BlackRock, Inc.					
OUTROS					
0	0,000	36.104.343	100,000	36.104.343	100,000
TOTAL					
0	0,000	36.104.343	100,000	36.104.343	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Estado de Minas Gerais				18.715.615/0001-60	
OUTROS					
151.993.292	100,000	0	0,000	151.993.292	100,000
TOTAL					
151.993.292	100,000	0	0,000	151.993.292	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Lazard Asset Management LLC					
OUTROS					
0	0,000	19.246.934	100,000	19.246.934	100,000
TOTAL					
0	0,000	19.246.934	100,000	19.246.934	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2010
Quantidade acionistas pessoa física	28
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Todas as informações consideradas relevantes já foram devidamente informadas

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Estado de Minas Gerais	25/07/2002	90.000.000,00	125.487.978,31	125.487.978,31	Até 29/12/2030	0,000000
Relação com o emissor	Participação acionária					
Objeto contrato	Implantação da Usina Hidrelétrica de Irapé					
Garantia e seguros	-					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	Subscrição de Debêntures Não Conversíveis em ações / O saldo devedor esta registrado a valor presente - R\$ 30.211.113,83					
Posição contratual do emissor						
Estado de Minas Gerais	25/07/2002	30.000.000,00	35.217.334,88	35.217.334,88	Até 28/12/2031	0,000000
Relação com o emissor	Participação acionária					
Objeto contrato	Implantação da Usina Hidrelétrica de Irapé					
Garantia e seguros	-					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	Subscrição de Debêntures Não Conversíveis em ações / O saldo devedor esta registrado a valor presente - R\$ 6.842.334,62					
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluzminas de Seguridade Social - Forluz	05/03/2002	319.119.149,56	205.265.449,95	205.265.449,95	Até 30/06/2024	6,000000
Relação com o emissor	Patrocinadora dos planos de benefício definido e Saldado de benefícios previdenciários, administrado pela FORLUZ.					
Objeto contrato	Ajuste das reservas a amortizar dos planos de benefício definido e saldado de benefícios previdenciários.					
Garantia e seguros	Garantia de receita					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	Ajuste das reservas a amortizar dos planos de benefício definido e saldado de benefícios previdenciários					
Posição contratual do emissor						

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

Não há.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital Unidade	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias Unidade	Quantidade de ações preferenciais Unidade	Quantidade total de ações Unidade
Tipo de capital	Capital Emitido				
29/07/2005	2.896.785.358,00		2.896.785.358	0	2.896.785.358
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações Unidade	Título	Condições para conversão		
		NÃO HÁ	Não há		
Tipo de capital	Capital Integralizado				
29/07/2005	2.896.785.358,00		2.896.785.358	0	2.896.785.358
Tipo de capital	Capital Subscrito				
25/07/2005	2.896.785.358,00		2.986.785.358	0	2.986.785.358

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Documento ainda não preenchido!

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Documento ainda não preenchido!

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Documento ainda não preenchido!

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

Todas as informações consideradas relevantes já foram devidamente informadas

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão de Debêntures Simples
Data de emissão	01/11/2006
Data de vencimento	01/11/2011
Quantidade	37.152
Unidade	
Valor total R\$	588.371.752,56
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>QUANTIDADE POR SÉRIE: 22.348 - 1ª série // 14.804 - 2ª série. VALOR NOMINAL: R\$349.556.035,80 - 1ª série // R\$238.815.716,77 - 2ª série. VENCIMENTO DE CADA SÉRIE: 36 meses, em 01/11/2009 - 1ª série (liquidada) // 60 meses, em 01/11/2011 - 2ª série. JUROS: 1ª Série: CDI + 1,2% a.a. // 2ª Série: 104% CDI, pagos anualmente, em 1º de novembro. AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL: Na data de vencimento de cada série. GARANTIA: Fidejussória (fiança) prestada pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. CRÉDITO: Quirografário. RESTRICÇÕES AO EMISSOR: Não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei 6.404/76, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas. VENCIMENTO ANTECIPADO: Vide Cláusula V – item 5.2 da Escritura de Emissão.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>As deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da modificação das condições das debêntures, que deverá ser deliberada por debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação. Alterações nas condições de remuneração, repactuação, garantia e pagamento deverão ser aprovadas por debenturistas representando 100% das debêntures em circulação. A liberação da Emissora de obrigações e situações de vencimento antecipado deverão ser aprovadas por debenturistas que representem pelo menos dois terços das debêntures em circulação.</p>
Outras características relevantes	<p>AGENTE FIDUCIÁRIO: Planner Corretora de Valores S.A. BANCO MANDATÁRIO: Banco Itaú S.A. DESTINAÇÃO RECURSOS: Não houve recebimento de recursos, uma vez que as debêntures foram integralizadas com as debêntures da 1ª Emissão da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG em razão da permuta obrigatória prevista. MECANISMO ALTERNATIVO DE PAGAMENTO: Na hipótese de não pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às debêntures, ou previsto nos termos da Escritura, nas respectivas datas de vencimento, as debêntures terão poder liberatório, e serão obrigatoriamente aceitas pela Emissora em dação em pagamento pelos debenturistas de contas de fornecimento de energia elétrica faturadas pela Emissora.</p>

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Nota Promissória
Data de emissão	21/12/2007
Data de vencimento	18/06/2008
Quantidade	20
Unidade	

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor total R\$	200.000.000,00
Restrição a circulação	Slm
Descrição da restrição	A Oferta foi destinada, única e exclusivamente, a investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109, inciso I da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 409, de 18 de agosto de 2004.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá resgatar antecipadamente as Notas Promissórias, a seu exclusivo critério, desde que haja anuência expressa dos titulares das mesmas, nos termos da legislação aplicável. No caso de resgate antecipado parcial, este se realizará mediante sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei nº 6.404, de 17 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Características dos valores mobiliários de dívida	JUROS: 101,5% da Taxa DI. GARANTIA: Não há. CRÉDITO: Sem preferência. Concorre com os demais credores. RESTRICÇÕES AO EMISSOR: Não há. VENCIMENTO ANTECIPADO: vide item 1.17 da Lâmina ou verso da cártula.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.
Outras características relevantes	BANCO MANDATÁRIO: Banco Citibank S.A. DESTINAÇÃO RECURSOS: (i) recomposição de caixa utilizado nos pagamentos de principal da dívida da Companhia ocorridos desde janeiro de 2007 até o recebimento dos recursos, pagamentos estes estimados em R\$161,5 milhões, dos quais se destaca o pagamento ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no valor de R\$143,0 milhões; e (ii) pagamento das dívidas vincendas até o final do ano estimado em R\$38,5 milhões.

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	3ª Emissão de Notas Promissórias
Data de emissão	30/10/2009
Data de vencimento	28/04/2010
Quantidade	270
Unidade	
Valor total R\$	2.700.000.000,00
Restrição a circulação	Slm
Descrição da restrição	Público Alvo: Fundos de investimento (inclusive aqueles fundos de investimento cujos cotistas não são considerados investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/2004, bem como junto a outros investidores caracterizados como investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/2004. Inadequação da Oferta: As Notas Promissórias não são adequadas a investidores que (i) busquem retornos de médio e longo prazos; (ii) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Notas Promissórias no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam capacitados a compreender e assumir os riscos inerentes ao investimento nas Notas Promissórias.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá resgatar as Notas Promissórias em Circulação antecipadamente, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, pelo seu Valor Nominal Unitário, sem pagamento de qualquer prêmio aos titulares de Notas Promissórias, de acordo com os procedimentos previstos na Cártula.
Características dos valores mobiliários de dívida	JUROS: 113% CDI. GARANTIA: Aval da Companhia Energética de Minas Gerais -CEMIG. RESTRICÇÕES AO EMISSOR: Não há. VENCIMENTO ANTECIPADO: : vide item 1.28 da Lâmina ou verso da cártula.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	A aprovação de qualquer deliberação em Assembleia precisa da aprovação de titulares das Notas Promissórias que representem mais de 50% das Notas Promissórias em Circulação, observados os quoruns qualificados estabelecidos na cártula. Toda e qualquer alteração às regras relacionadas às Assembleias previstas na Cártula dependerá da aprovação de titulares das Notas Promissórias que representem, no mínimo, 75% das Notas Promissórias em Circulação e deverá ser aprovada pela Emissora. As alterações solicitadas pela Emissora relativas: (i) à Remuneração das Notas Promissórias, (ii) ao prazo de vencimento das Notas Promissórias, (iii) ao Aval; e/ou (iv) aos eventos de vencimento antecipado, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia dos titulares das Notas Promissórias ou em qualquer convocação subsequente, por titulares das Notas Promissórias que representem 90%, no mínimo, das Notas Promissórias em Circulação.
Outras características relevantes	BANCO MANDATÁRIO: Banco Bradesco S.A. DESTINAÇÃO RECURSOS: (i) R\$ 1,07 bilhão, ou aproximadamente 40% do valor total da emissão foram utilizados para aporte de capital na TAESA para que esta, então, utilizasse esses recursos na aquisição de 49% das ações ordinárias da Terna de propriedade da Terna S.p.A.; (ii) até R\$ 0,96 bilhão ou aproximadamente até 36% do valor total da emissão, foram destinados ao aporte de capital na Alterosa para que esta utilizasse esses recursos na realização da OPA da Aliança; e (iii) o restante do valor captado por meio da emissão foi destinado à recomposição de caixa dos investimentos já realizados em 2009 pela CEMIG GT, bem como para a implementação do plano de investimentos da CEMIG GT.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Debêntures Simples
Data de emissão	15/01/2010
Data de vencimento	15/01/2015
Quantidade	270.000
Unidade	
Valor total R\$	2.700.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Convertibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Características dos valores mobiliários de dívida**

QUANTIDADE POR SÉRIE: 156.600 - 1ª série // 113.400 - 2ª série.
VALOR NOMINAL: R\$1.566.000.000,00 - 1ª série // R\$1.134.000.000,00 - 2ª série.
VENCIMENTO DE CADA SÉRIE: 2 anos, em 15 /01/2012 - 1ª série // 5 anos, em 15/01/2015 - 2ª série.
JUROS: 1ª Série: CDI + 0,9% a.a., pagos anualmente, em 15 de janeiro //; 2ª Série: 7,6796% a.a., pagos anualmente, em 15 de janeiro.
AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL: 1ª Série: na data de vencimento da série, em 15/01/2012 // 2ª Série: 3 parcelas anuais, em 2013, 2014 e 2015 (33%, 33% e 34%, respectivamente).
CORREÇÃO MONETÁRIA: 1ª Série: não há // 2ª Série: IPCA, pago juntamente com a amortização do principal.
GARANTIA: Fidejussória (fiança) prestada pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.
CRÉDITO: Quirografário (sem garantia nem preferência).
RESTRICÇÕES AO EMISSOR: Não há.
VENCIMENTO ANTECIPADO: vide na íntegra a Cláusula VII da Escritura

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação.
As alterações relativas: (i) a qualquer das condições de remuneração das debêntures; (ii) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas; (iii) à espécie das debêntures; (iv) à cláusula VII da Escritura (Vencimento Antecipado); (v) às autorizações ou permissões (waivers) com relação a obrigações da Emissora decorrentes da Escritura; e/ou (vi) às disposições e/ou dos quora estabelecidos na Escritura deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 90% das debêntures em circulação.

Outras características relevantes

AGENTE FIDUCIÁRIO: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
BANCO MANDATÁRIO: Banco Bradesco S.A.
DESTINAÇÃO RECURSOS: os recursos recebidos foram integralmente utilizados para o resgate das 270 Notas Promissórias Comerciais da 3ª Emissão da Companhia, emitidas em 30 de outubro de 2009.

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

As debêntures são registradas para negociação no mercado secundário por meio do (i) SND - Sistema Nacional de Debêntures , administrado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e/ou (ii) por meio do Sistema BOVESPAFIX, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

As Notas Promissórias são registradas para negociação no mercado secundário por meio do NOTA, sendo as negociações liquidadas na CETIP.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Documento ainda não preenchido!

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Documento ainda não preenchido!

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Documento ainda não preenchido!

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

As Pessoas Relacionadas deverão comunicar qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores que, nos termos deste Manual, é a pessoa responsável por sua comunicação aos devidos órgãos, e sua divulgação à imprensa.

Quaisquer reuniões com entidades de classe, público investidor ou com público selecionado, no País ou no exterior, relativas a matéria que possa consubstanciar Informação Relevante, somente poderão ser realizadas por Administradores da Companhia quando contarem com a presença do Diretor de Relações com Investidores ou de outra pessoa por ele nomeada para esse fim. Caso contrário, deverão ter o seu conteúdo reportado ao Diretor de Relações com Investidores, naquilo que possa consubstanciar Informação Relevante, visando a que a eventual Informação Relevante seja divulgada simultaneamente ao mercado.

Caberá ao Diretor de Relações com Investidores a prestação de quaisquer informações de cunho financeiro da CEMIG aos órgãos de imprensa, bem como a confirmação, correção ou esclarecimento de informação sobre Ato ou Fato Relevante perante a CVM, as Bolsas de Valores e a SEC, se for o caso.

Na hipótese de solicitação de esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante pela CVM ou pelas Bolsas de Valores, e ainda caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários da Companhia, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devem ser divulgadas ao mercado.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

As Pessoas Relacionadas com acesso a informação terão o dever de (i) guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado, em função do cargo ou posição que ocupam na Companhia, até sua divulgação ao mercado, bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever do sigilo.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é responsável pela divulgação e comunicação acerca de Ato ou Fato Relevante, bem como por zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que os Valores Mobiliários sejam admitidos à negociação.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.